CASA DO LIVRO

Ivo Carneiro de Sousa

ANDRÉ DE RESENDE E A HISTÓRIA DA ANTIGUIDADE DA CIDADE DE ÉVORA

CONFERÊNCIAS & DEBATES

© Ivo Carneiro e Casa do Livro
Impressão: Riagráfica - Estarreja
Dezembro de 1993
Depósito legal: 72610/93

Todos os direitos reservados de acordo com a legislação em vigor.

Interessa-se este livro[1] por estudar uma pequena obra de um celebrado humanista do nosso século XVI, primeiramente, em função dos saberes e disciplinas promovidos pela erudição renascentista, mas tratando, a seguir, de a integrar também no contexto epocal que, enformado por multímodos eventos e situações, parece contribuir para determinar a sua actualidade. Parte-se, assim, do princípio que os significados actuantes desse discurso literário particular apenas se podem reconstruir, duplamente, através da compreensão da especificidade da disciplina intelectual que procura cultivar e cruzando esta identificação com o *contexto* que, mais imediatamente, solicita os temários que a obra procura investigar... *Do texto ao contexto,* eis o nexo que, em grande medida, orienta esta pesquisa: reinterpretando o *texto* pela sua adequação a uma realidade contextual histórica e procurando ainda tratar de evidenciar as modalidades com as quais o seu discurso intervém e se deixa invadir pelos fenómenos mais representativos da sua própria época.

Nem sempre um texto literário nos aparece claramente vinculado ao seu tempo histórico, aos seus debates e problemas mais característicos, muitas vezes, porque são os nossos «defeitos de visão» (de métodos, de problemáticas...) contemporâneos a embaraçar a objectivação dessas conexões, noutras situações, porque ainda se continua, insistentemente, a encarar a produção literária do passado

[1] Este estudo é uma versão corrigida da nossa dissertação complementar de doutoramento em Cultura Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Porto, FLUP, 1992, pol.). Agradecemos penhorados o conjunto de observações críticas que nos foi oferecido pelo Prof. Doutor José Vitorino de Pina Martins que teve a amabilidade de arguir, com o seu elevado saber, essa prova académica.

como uma espécie de «estrutura autónoma fechada» só compreensível de *per si* ou, complementarmente, através da minuciosa reconstrução da genealogia literária em que se integra, propondo a indagação do texto quase exclusivamente na base das suas origens e posteridades literárias... Estes temas, também metodológicos e epistémicos, interessam, igualmente, a este trabalho: procura-se começar por tentar esclarecer o género e formato de um discurso literário histórico, tratando de o inserir também nessas longas cadeias de hereditariedade que uniam as Letras do Renascimento à tradição normativa dos clássicos, mas, num segundo andamento de estudo, visa-se chegar mais longe, interrogando como é que a opção por um género literário conhecido e amplamente caucionado pela sua dignidade intelectual poderá ter representado uma escolha deliberada ao serviço da propaganda de conteúdos culturais activos e intervenientes na sociedade portuguesa epocal.

Restará ainda sublinhar, neste breve exórdio, que esta é uma investigação em história cultural e não projecta seguir as competências próprias dos estudos e ensaios literários. Apesar de os dois domínios de análise se deverem (e poderem...) interligar intimamente em função de um mesmo texto, os estudos de história da cultura pretendem, no entanto, reconstruir e explicar os funcionamentos das representações e programas culturais do passado, recorrendo à sua aproximação obrigatória aos contextos sociais históricos que comparecem, na época, como pertinentes para a interpretação dos temas e objectos em pesquisa... No caso vertente, e esse é o esforço primordial deste pequeno livro, símbolos culturais e retórica literária combinam-se, confundem-se *(do texto ao contexto),* acabando, talvez, por constituir uma realidade histórica unívoca que se julga fornecer a uma obra, aparentemente vassalada no reino da simplicidade, significados tão inusitados, como, provavelmente, interessantes.

I. O texto: o humanista e a história

O texto impresso nasceu a 26 de Outubro de 1553, nos prelos eborenses de André de Burgos. Aparecia como uma das obras mais breves realizadas pelo célebre humanista André Resende (c.1498/1500-1573) e intitulava-se *História da antiguidade da cidade de Évora.* O livro, humilde in-8º de 55 fólios, não deverá ter constituído grande sucesso de livraria, caso tenham algum significado os vinte e três anos que mediaram entre aquela primeira estampagem e a segunda que, datada de 1576, foi concluída depois do falecimento de Resende[2]. Com base, essencialmente, nesta última edição, haveriam de correr ainda as outras reimpressões mais importantes da obra: uma, mais vetusta, aparecida em 1783 e outras duas, mais recentes, organizadas em 1952-53 e em 1963, esta última incluída numa conhecida e bela colecção de *Clássicos* da nossa literatura[3]. Assinale-se, portanto, que a segunda

[2] RESENDE, André - *História da antiguidade da cidade de Evora,* Évora, André de Burgos, 1576. Refira-se que o título da edição *princeps* - *Historia da Antiguidade da ciidade Evora* - foi por nós sempre modernizado ao longo deste estudo, ultrapassando-se, assim, aquele evidente (e propositado?) latinismo presente na suas últimas palavras. Os critérios utilizados na transcrição do texto impresso foram os seguintes: (a) respeitou-se a ortografia da obra, mantendo as suas maiúsculas e minúsculas; (b) desenvolveram-se as abreviaturas, mas manteve-se o til nas palavras que nasaliza (por razões meramente técnicas, nas vogais **u e e o** til teve de ser substituído por um acento circunflexo); (c) manteve-se a pontuação original; (d) finalmente, o **&** foi sempre grafado **e**.

[3] Referimo-nos a RESENDE, André - *História da Antiguidade da Cidade Évora,* Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, 1783. Em alguns repertórios bibliográficos, esta edição comparece como tendo sido organizada por Bento José de Sousa Farinha, o que resulta de evidente confusão com a sua impressão, em 1785, da *Colleçam das Antiguidades de Évora.* No boletim «A cidade de Évora», entre 1952 e 1953, Flório José de Oliveira publicaria uma reedição do texto resendiano que intitulou *História da antiguidade da cidade de Évora feita pelo Mestre André de Rezende no ano de 1552* (27-28 (1952), pp.247-263; 29-30 (1952), pp.395-407; 31-32 (1953), pp.207-215; 33-34 (1953), pp.459-473). Deixando de lado a confusão cronológica, retenha-se que esta reimpressão, conquanto pretendesse seguir a lição da primeira edição, acaba por aceitar e reproduzir todas as alterações da segunda estampagem, pelo que funciona, em rigor, como outra das suas reedições. A derradeira publicação aparece integrada em

edição da *História* resendiana conseguiu sobreviver devido, porventura, à curiosidade histórica das «luzes» setecentistas, somada, mais tarde, ao zelo não menos esclarecido dos esforços da erudição local e de um grande editor contemporâneo. Quanto à impressão original, comparece, nos poucos exemplares completos que se guardam em bibliotecas nacionais, como um texto, em grande parte, esquecido. Este pequeno «insucesso» na preservação da nossa memória literária histórica não teria a mínima gravidade, porque o «conhecimento» do texto do humanista português estaria confortavelmente garantido através das reproduções da edição de 1576. Ocorre, porém, que esta versão não se encontra apenas arranjada no estilo e depurada dos irritantes erros tipográficos da edição original, mas também alterou o texto, leve e subtilmente, em alguns dos seus conteúdos, testemunhos e aportações. Acresce ainda que, para além de se entender ser problemática a atribuição dessas alterações à própria pena de André de Resende, esta reedição distancia-se também da sua actividade epocal, não permitindo, em consequência, uma objectivação clara dos contextos em que, então, a *História* se procurava mover[4].

Voltemo-nos, definitivamente, para o livro estampado em 1553. Neste horizonte cronológico, a obra tem, de imediato, um significado relevante: tratava-se da primeira história autónoma impressa sobre um município ibérico. Conquanto aparecesse como uma pequena história, a sua dimensão humilde era, nesta altura, claramente alteada pela importância do seu autor. André de Resende possuía, de facto, à roda

RESENDE, André - *Obras Portuguesas,* (pref. e notas de José Pereira Tavares), Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1963, pp.3-69.

[4] Apesar de no rosto da edição de 1576 se escrever textualmente *e agora nesta segunda impressam emendada pelo mesmo autor,* parece mais verosímil atribuir a organização e conclusão desta reimpressão a Diogo Mendes de Vasconcelos, amigo e discípulo do nosso humanista, a quem cabe ainda o mérito de ter acabado e estampado, já depois da morte de Resende, os seus celebrados *Libri Quatuor de Antiquitatibus Lusitaniae* (Évora, Martim de Burgos, 1593), monumento que incluía um quinto livro constituído precisamente pela tradução latina da *História da antiguidade da cidade de Évora.*

desta data, uma larga actividade no campo das Humanidades, encomiada no país e no estrangeiro, exibindo-se ainda como uma das veias literárias mais profícuas de todo o século XVI português[5]. Daqui decorre que talvez seja mesmo preferível encetar as nossas investigações pela área em que o cruzamento entre o autor e a obra se afigura mais preciso: o casamento entre o humanista e a sua *História,* a associação entre o mestre de humanidades e a cultura histórica da sua época.

Principiemos, então, pelo humanista. O seu continuado labor intelectual de mais de cinquenta anos julga-se, actualmente, em linhas gerais, não obstante os quatro séculos de distanciamento, estudado e caracterizado nos seus interesses e temários mais estruturantes: conhecem-se, nomeadamente, as orientações humanistas da sua educação académica em Portugal e no estrangeiro (Salamanca, Paris, Lovaina); relevaram-se, para os anos trinta do século XVI, os contactos intelectuais aprofundados durante os seus périplos europeus como mestre de D. Pedro de Mascarenhas, o embaixador da Coroa portuguesa junto de Carlos V; assinalou-se-lhe ainda um celebrado, quase «triunfante», regresso ao país, marcado por um acolhimento generoso da sociedade de corte, ponto de partida para uma larga actividade pedagógica junto da família real, antecedendo a sua definitiva instalação em Évora, sua cidade natal, em meados da década de quarenta[6]. Apoiando-se neste carrocel factual que segue, afinal,

[5] Cremos ser correcto afirmar-se que, exceptuando o caso exemplar de D. Jerónimo Osório, de longe o autor português mais editado em Portugal e no estrangeiro, ao longo do século de Quinhentos, André de Resende apresenta uma produção impressa muito importante e que, em termos quantitativos, se pode comparar, por exemplo, à de um Damião de Góis, sendo possível, assim, colocar o humanista eborense imediatamente atrás, no que tange a difusão literária, do famoso bispo do Algarve.

[6] VASCONCELOS, Diogo Mendes de - *Vita L. Andreae Resendij,* in «Libri Quatuor de Antiquitatibus Lusitaniae», Évora, 1593; FERREIRA, Francisco Leitão - *Vida de André de Resende,* (ed. de Anselmo Braamcamp Freire), in «Arquivo Histórico Português», VII (1909), nºs 1 e 2, pp.345-347; FERREIRA, Francisco Leitão - *Notícias da Vida de André de Resende,* (ed. de Anselmo Braamcamp Freire), *loc. cit.,* pp.400-415. Cf. DIAS, J. S. da Silva - *A política*

itinerários culturais que André de Resende poderia ter compartilhado com alguns dos eruditos humanistas portugueses de maior ressonância na época, edificou-se um discutível sumário analítico da sua vida intelectual que procurou acusar-lhe dois grandes projectos e interesses: do *Desiderii Erasmi Encomium* (1531) à *Oratio Pro Rostris* (1534) realçaram-se as abertas simpatias do humanista pelo erasmismo, prelúdio culturalmente intenso da sua fuga ulterior aos ideários ético-evangélicos do mestre de Roterdão, registando-se, em seguida, a sua indesmentível acomodação ao ambiente religioso que vai prefigurando a Contra-Reforma, situação claramente sentida na actividade que desenvolve a partir de 1545[7]. Seria, assim, neste segundo andamento da biografia cultural de Resende que, pelo menos cronologicamente, se deveria passar a integrar uma obra tão aparentemente «pacífica» e pouco problemática como se pensa ser, a uma primeira leitura, a *História da Antiguidade da cidade de Évora*... Todavia, talvez se deva hesitar. Poderá não ser imediatamente aconselhável associar, de forma estreita e dependente, a pequena obra do humanista às ideias mais gerais que se têm vindo a agregar à segunda fase da sua vida cultural. Várias razões parece concorrerem para renovar os temas e as problemáticas que ressaltam do estudo da derradeira etapa da actividade intelectual resendiana, incluindo mesmo as razões transportadas, como veremos, pela sua breve *História.*

Para começar, deve-se continuar a relevar que os estudos de história religiosa do Renascimento procuraram, nas últimas décadas, reanalisar criticamente a omnipresença social e cultural da Reforma Católica, a qual constitui uma dinâmica compósita que não se limita à

cultural da Época de D. João III, Coimbra, 1969, I, pp.353-357. Assinale-se ainda que os anos de 1539 e 1540 são, habitualmente, apresentados como tendo marcado um ponto de viragem relevante na vida e actividades resendianas, porque se trata do período em que o humanista acabaria por obter a sua redução ao estado secular, um processo que se afigura complexo e que não é esclarecido nem investigado pelas suas principais biografias.

[7] DIAS, J. S. da Silva - *ob. cit.,* pp.360-380.

edificação de programas e respostas defensivos e alternativos às renovações protestantes. De facto, quando se exorbita esta última ideia, surge, de imediato, a «tentação» de, sobrevalorizando a dimensão desestruturante das fracturas do Céu cristão renascentista, tratar de passar a filiar todos os debates culturais epocais nos afrontamentos, também intelectuais, antitéticos das Reformas. Um dos principais prejuízos desta persistente conceptualização sabe-se ser a desvalorização das movimentações variadas que, ainda ao largo da centúria de Quatrocentos, exigiam e, por vezes, procuravam concretizar a Reforma da Igreja[8]. Trata-se de inquietações religiosas pluriformes de que o próprio «erasmismo» constitui apenas uma das componentes, provavelmente mais erudita que religiosa e espiritual, veios estes que se coligam melhor aos diferentes esforços de ordens e círculos religiosos em que activamente a renovação da vida devocional se foi fazendo[9]. Mesmo que a divisão da biografia cultural de Resende, opondo o «acomodado» de pós-1545 ao «erasmista» de outrora, não radique nas considerações anteriores, mesmo assim ainda valeria a pena investigar rigorosamente se as suas simpatias «erasmianas» queriam comungar, sobretudo, da exemplaridade do «príncipe dos humanistas» ou incluíam ainda uma adesão sentida e militante às suas propostas religiosas... Conquanto a figura culturalmente gigantesca de Erasmo exibisse um poder de atracção intelectual enorme e constituísse um exemplo de associação das metódicas críticas do humanismo à

[8] Conta já com mais de sessenta anos de investimentos científicos importantes a revisão que a historiografia contemporânea tem tentado aprofundar em torno do tema das causas e caracterização das Reformas e, em particular, da Contra-Reforma católica. Na verdade, um dos estudos em que se filia, indiscutivelmente, a renovação das historiografias religiosas das reformas apareceu ainda em 1929 - referimo-nos, justamente, a FEBVRE, Lucien - *Une question mal posée: les origines de la Réforme Française et les problèmes des causes de la Réforme,* in «Revue historique», 161 (1929), (reimp. *Au coeur religieux du XVIe. siècle,* Paris, 1983, pp.7-95)

[9] Cf. FEBVRE, Lucien - *Au coeur religieux du XVIe siècle,* Paris, 1983, pp.97-184; DELUMEAU, Jean - *Naissance et affirmation de la Réforme,* Paris, 1973, particularmente, o prólogo e o primeiro capítulo.

leitura e interpretação das Sagradas Escrituras, também não deixa de verificar-se que o seu assumido «evangelismo» continha uma constelação de propostas religiosas de modo algum inovadora e que, em vários temas, poderia ser subscrita por muitos intelectuais cristãos vinculados, inclusive, a posições, na época, mais «tradicionalistas»[10].

Quando se começa a penetrar com mais atenção na vida e obra de André de Resende, verifica-se que, enquanto as interpretações são, naturalmente, «recentes», os materiais biográficos em que se apoiam as investigações e, principalmente, as sínteses são «antigos» e escassos: trata-se, nomeadamente, do texto laudatório que se intitulava *Vida de L. André de Resende,* estampado por Diogo Mendes de Vasconcelos como o pórtico de entrada que deveria ser franqueado pelos leitores

[10] A célebre *philophia Christi* de Erasmo *«n'a rien de systématique pour son héraut: elle représente tout simplement le christianisme, tel qu'il doit être pensé mais surtout vécu dans son authenticité, le christianisme du Christ et des Apôtres, celui des Evangiles, celui de saint Paul. Religion traditionelle, certes, et où Erasme n'a rien à innover et n'a rien innové en fait, mais dont l'esprit primitif s'était singulièrement altéré au cours des ages, au point que les vérités redécouvertes par l'humaniste hollandais pouvaient passer aux yeux de ses contemporains - et même de certains religieux - comme elles passent encore à nos yeux, pour des thèses audacieuses, sinon pour des manifestes révolutionnaires»* (MARGOLIN, Jean-Claude - *Érasme par lui-même,* Paris, 1970, pp.69-70). Reúne obras importantes e extremamente competentes o estudo do erasmismo de André de Resende que se afigura, de facto, uma fase activa da sua vida intelectual até, pelo menos, 1536, ano da morte do celebrado «príncipe dos humanistas». Para a edição de alguns dos textos apologéticos que Resende escreveu sobre Erasmo vejam-se os seguintes títulos fundamentais RESENDE, André - *Erasmi Encomium (Lovaina, 1531) e uaria quaedam alia,* (ed. de J. V. de Pina Martins), in «Humanismo e Erasmismo na Cultura Portuguesa do século XVI», Paris, 1973, pp.81-148; RESENDE - André - *Elogio de Erasmo,* (ed. de W. de Sousa Medeiros e José Pereira da Costa), Lisboa, 1961 e SAUVAGE, Odette - *L'Itinéraire érasmien d'André de Resende 1500-1573,* Paris, 1971. Estudos importantes recolhem-se, principalmente, em MARTINS, J. V. de Pina - *Aspectos do Erasmismo de André de Resende,* in «Euphrosyne», Lisboa, 3 (1969), pp.87-163 (reimp. Lisboa, 1969); RAMALHO, Américo da Costa - *André de Resende e Erasmo,* in «Humanitas», Coimbra, 33-34 (1981-1982), pp.236-240 e SÁ, A. Moreira de - *O Elogio de Erasmo de André de Resende,* in «Revista da Faculdade de Letras», 23 (1960), pp.180-209. Para uma apreciação mais geral, mas que não deixa de tratar largamente de André de Resende, veja-se o estudo fundamental de MARTINS, J. V. de Pina - *Humanismo e Erasmismo na Cultura Portuguesa do Século XVI (Estudos e Textos),* Paris, 1973.

dos *Libri Quatuor de Antiquitatibus Lusitaniae;* referências devem ainda ser feitas às *Notícias da Vida de André de Resende,* da autoria do beneficiado Francisco Leitão Ferreira, compilação que, contudo, não adiantava novas informações gerais relevantes em confronto com a biografia anterior, obra, afinal, de um amigo estreito e discípulo do humanista[11]. Julgamos ser conveniente voltar a reler estas representações biográficas e, em particular, o texto de Vasconcelos, o qual, na sua qualidade de colaborador íntimo de André de Resende, não deixou de convocar para o seu trabalho testemunhos factuais relevantes que ajudam a caracterizar os interesses profissionais e culturais resendianos. Assim, estas notícias começam por exornar a formidável produção literária do humanista eborense que, em grande parte, jazia ainda manuscrita depois da sua morte, colecção em que se incluíam também os textos dedicados às antiguidades da Lusitânia que o próprio Vasconcelos, a pedido do cardeal D. Henrique, acabaria por completar e editar[12]. Curioso se afigura assinalar que esta biografia quase não se refere às obras mais célebres de Resende, antes preferindo realçar que a sua actividade intelectual se expressava por um continuado labor escrito, do qual emergiam dezenas de cartas, orações e poemas, enformando, afinal, os exercícios característicos de um humanista profissional. Parece ter sido mesmo este trabalho o principal

[11] Deve-se, no entanto, sublinhar que quer a *Vida de André de Resende* quer, principalmente, as *Notícias da vida de André de Resende,* de Francisco Leitão Ferreira, constituem estudos mais completos e exaustivos das actividades intelectuais resendianas do que o texto de Vasconcelos, mas continuam, porém, no essencial, a seguir de perto as ideias fundamentais que se acolhiam ao princípio dos *Libri Quatuor de Antiquitatibus Lusitaniae,* sobretudo no que tange a apresentação factual da vida resendiana, mostrando-se estes textos apenas mais completos nos domínios da biografia literária e cultural.

[12] *«Escreveo muitas obras algumas das quaes nam quis imprimir, e outras atalhou, e nam deixou acabar a sua morte; entre as quaes foy a Historia das antiguidades de Portugal, a qual depois da sua morte me mandou entregar el Rey D. Anrique para rever e acabar, como se pode ver na carta que lhe escrevi, e mandei imprimir no principio da obra».* (VASCONCELOS, Diogo Mendes de - *Vida do lecenciado Andre de Rezende,* in «Colleçam das Antiguidades de Évora», (ed. de Bento Jozé de Sousa Farinha), Lisboa, 1785, pp.18-19).

responsável, juntamente com a sua condição de criado do cardeal-infante, pela desafogada situação económica de André de Resende, mesmo no difícil período posterior a 1555, data em que fechou voluntariamente a escola pública que mantinha na catedral de Évora, na sequência da transferência do ensino superior nacional para a direcção da Companhia de Jesus[13]. A partir destas lições, não deixaria de ser lícito perguntar - se tivesse algum interesse fracturar e fasear a vida cultural de André de Resende - porque não passar a optar por distinguir entre o humanista mobilizado por funções docentes e actividades pedagógicas desse, aparentemente, «outro» Resende, absorvido, em termos dominantes, por um trabalho privado, marcado pela produção e encomenda literárias? Acreditamos, de resto, que esta como outras quaisquer divisões não dependem, talvez maioritariamente, do estudo de um caso singular, por mais representativo que possa ter sido no seu tempo, porque se afigura tratar de temas que se encontram, com anterioridade, submetidos a quadros mais amplos relacionados com os sentidos e as condições sócio-culturais da produção intelectual, acerca dos quais ainda desconhecemos muitos dos ritmos e características que lhes são impostos pelos diferentes meios e níveis sociais do Portugal do Renascimento... Não obstante áreas e problemas significativos da cultura portuguesa quinhentista se encontrarem por investigar em profundidade, embaraçando, assim, a qualidade de algumas sínteses demasiado genéricas, parece possível, no que tange a caracterização da biografia intelectual de André de Resende, poder, pelo menos,

13 *«E depois da morte do Cardeal Affonso, nam foy menos estimado do Cardeal Henrique, o qual lhe deu alguns beneficios, e o admittio no numero dos seus creados, e poderia ter mores despachos, se chegasse ao seu Reynado, mas finouse reinando ainda el Rey D. Sebastião»* (VASCONCELOS - *ob. cit.*, p. 22); *LIVRO da Fazenda do Infante D.Henrique* (BPADE - *Cod. CVII/1-29*, fl. 164). Uma interessante investigação acerca das condições sociais e intelectuais de vida dos humanistas profissionais peninsulares encontra-se na obra importante de FERNANDÉZ, Luis Gil, *Panorama social del humanismo español (1500-1800)*, Madrid, 1981, pp.231 e ss.

sumariar que a sua actividade profissional e o seu labor literário o denunciam continuadamente como um humanista[14].

Tratemos, agora, de seguida, a segunda premissa que, mais imediatamente, ressalta da sua pequena obra dedicada ao passado de Évora: a história. Se em relação ao humanista algumas interrogações adejam em torno das ideias com que se tem procurado dividir e estruturar a sua obra e projectos culturais, o mesmo não se propugnará afirmar acerca da historiografia portuguesa de Quinhentos. Esta afigura-se suficientemente esclarecida... De verdade? Conhecem-se, realmente, os grandes monumentos de história da época, reconhecem-se ainda os seus principais autores e tem-se mesmo procurado investigar o *valor* do seu pensamento histórico, intentando integrá-lo, finalmente, na genealogia dos antepassados próximos da *nossa história*[15]. No entanto, as culturas históricas do Portugal renascentista só parecem passíveis de serem totalmente reconstruídas quando se conseguir determinar os espaços e as funções que ocupavam no conjunto dos saberes e das relações culturais e sociais epocais, factores, tantas vezes, complementares e que se julgam absolutamente

14 Recorde-se, a propósito desta noção, que a palavra *humanista* designava, desde, pelo menos, meados do século XV italiano, um mestre ou estudante de humanidades, sendo estas constituídas por um conjunto orgânico de disciplinas que incluía a retórica, a gramática, a poesia, a história e a filosofia moral, saberes plasmados, porém, pelo referencial comum constituído pelas línguas e letras clássicas que compareciam como as suas fontes e objectos de estudo (KRISTELLER, Paul Oskar - *Ocho filósofos del Renacimiento italiano*, México, 1970, pp.14-15, *El pensamiento renacentista y sus fuentes*, Madrid, 1985, pp.39-40 e, ainda, do mesmo autor, *El pensamiento renacentista y las artes*, Madrid, 1986, pp.19-20) Parece ter sido, justamente, com base nesta condição de especialistas naquelas disciplinas, nas letras e literaturas clássicas que os humanistas viriam a ocupar postos de relevo como secretários e embaixadores de monarcas, príncipes e Estados, procurando ainda, frequentemente, transformar-se nos seus oradores e historiadores oficiais.

15 Cf., em termos gerais, a obra que ainda constitui o melhor guia para o estudo da historiografia portuguesa da autoria de SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *A historiografia Portuguesa*, Lisboa, 1972, I. Um exemplo característico de estudo escorado numa pesquisa que sobrevaloriza o temário do *valor* da historiografia quinhentista pode encontrar-se no artigo de DÓRIA, António Álvaro - *Historiografia na Época Moderna*, in «DHP», VI, pp.420-436.

imprescindíveis para se interpretar correctamente a produção de sentido também das obras historiográficas. É que, caso quiséssemos perguntar, por exemplo, quais seriam os principais saberes que orientavam e compareciam na literatura histórica do nosso século XVI, acreditamos que a(s) resposta(s) não assomaria(m) com facilidade. Desde logo, porque a historiografia de Quinhentos não ressaltava nem de um «saber» particular nem, muito menos, de uma disciplina «científica» autónoma, não representando sequer um discurso conceptual unívoco e independente ou uma actividade profissional consagrada[16]. Não poderia ser de outra forma, atendendo a que não se consegue reconstruir qualquer unanimidade acerca das próprias características centrais da actividade daqueles que, oriundos de variados sectores sócio-profissionais e marcados ainda por diversificadas formações culturais, se haveriam de dedicar, circunstancial ou longamente, a escrever história: esta tanto podia ressaltar da redacção de um cronista, de um antiquário, de um editor, de um humanista, como também poderia coligar-se ao labor de um tabelião ou de um religioso conventual... A história afigura-se, assim, constituir, ainda no nosso século XVI, uma prática ou, em alguns casos localizados, como a história religiosa e eclesiástica, uma *praxis* submetida directamente a outros projectos intelectuais. Apesar de estar ainda por realizar um amplo estudo de todos os programas e de todas as modalidades do «fazer história» quinhentista, não parece difícil

[16] Julga-se, talvez imediatamente, poder escapar a estas considerações a actividade de *cronista* que parece, pelo menos em períodos limitados, ter constituído uma verdadeira profissão, conquanto muitos cronistas fossem, ao mesmo tempo ou, até, principalmente, escrivães, tabeliães, cumprindo funções nas administrações e burocracias epocais. Contudo, para o nosso século XVI, período que exibe uma maior pluralidade de personalidades a dedicar-se à redacção de diferentes tipos de história, não se afigura possível apresentar qualquer caso singular em que a sua actividade principal tivesse sido ocupado pelos estudos históricos, da mesma forma que não se encontra ninguém que tenha sobrevivido exclusivamente a partir da situação profissional, aliás, inexistente, de historiador... Reconhecer-se-á que algumas destas problemáticas comparecem nesta investigação a partir da adaptação de sugestões do estudo de GUENÉE, Bernard - *Histoire et Culture historique dans l'Occident médiéval,* Paris, 1980.

reter, pelo menos, que a história era uma actividade e, principalmente, uma disciplina «secundária», não sendo ainda apanágio dos nossos meios culturais epocais, incluindo os meios académicos, o reconhecimento da autonomia do saber histórico[17].

Regressemos ao convívio de André de Resende... Tentemos, agora, situar com mais rigor o cruzamento entre o humanista e a história, porquanto o primeiro comparece na época como mensageiro de um entendimento específico da segunda, veiculado, principalmente, pelo denominador comum que ambas as noções partilham: o passado e, de forma mais específica, a *qualificação* do passado. Especialista em línguas e literaturas clássicas *(ou antigas),* cultivando os *studia humanitatis,* o humanista apresentava-se no elitário mundo europeu das Letras como portador de um novo paradigma metodológico capaz de fixar e interpretar os autores antigos. Referimo-nos à metódica filológico-histórica, tratando de estudar a gramática de um texto também em função da sua historicidade própria, estribando-se naquilo que se acreditava, então, enformar a prioridade do rigor da crítica filológica e histórica. Detentores deste método que foram aplicando, sucessivamente, ao conjunto «redescoberto» dos escritos clássicos, os humanistas arrogaram-se, não raro para garantir a promoção e dignificação do seu labor, possuidores únicos das metódicas para uma leitura correcta da cultura do passado que julgavam veiculada (numa opinião, aliás, não partilhada por todas as correntes culturais renascentistas) através de livros e literaturas. Em termos sumários, recorde-se que os humanistas acabariam mesmo por reivindicar para si o direito singular de fixar e traduzir todas as obras literárias oriundas

[17] No caso da Universidade de Coimbra, mesmo no período de mais generosas influências humanistas, o estudante avizinhava-se da história nas aulas de gramática latina, mais especificamente, na quarta classe, altura em que seriam lidas as *Decadae,* de Tito Lívio. Tratava-se de um contacto esporádico que, realizado no âmbito geral da formação das *Artes,* não permitia perceber a especificidade da história e que não seria também, mais tarde, prolongado no desenvolvimento da formação académica (Cf. DIAS, J. S. Silva - *ob.cit.,* pp. 505 e 535).

da Antiguidade, o que de facto, fizeram, profundamente, desde as Matemáticas à Astronomia, passando ainda, como é sabido, pelas próprias Sagradas Escrituras, com esses célebres e complicados debates em torno do tema da letra, das redacções originais dos textos bíblicos...

Passaria, de seguida, rapidamente, a evidenciar-se a relação pertinente que existia entre saber «ler» o passado e escrever acerca dele, por outras palavras, a conexão entre conhecer os grandes modelos da cultura do passado e fazer a sua própria história... Apesar dos ritmos e modalidades destas ligações não estarem ainda suficientemente esclarecidos, acredita-se, actualmente, que a passagem da «leitura» do passado para o «escrever» acerca dele estava já completamente concluída quando Leonardo Bruni (c.1370-1444), o chanceler humanista da república de Florença, termina a sua famosa *Historiarum Florentini Populi Libri XII,* obra monumental que continha a maior parte dos processos normativos e formais que, no século e meio seguinte, passaria a identificar a historiografia humanista[18]. Aprofundado, transmitido e propagandeado graças, sobretudo, à plêiade numerosa de humanistas que trabalhava ao serviço da cúria

[18] O modelo de discurso histórico desenvolvido por Bruni ressaltava, na verdade, de investimentos importantes numa releitura das grandes obras históricas clássicas, principalmente a *História de Roma,* de Tito Lívio e a *História da Guerra do Peloponeso,* de Tucídides, de que o chanceler florentino foi mesmo um dos primeiros ocidentais a ler em mil anos, monumentos que, depois, através da *imitatio,* eram seguidos como guias da sua actividade historiográfica (COCHRANE, Eric - *Historians and Historiography in the Italian Renaissance,* Chicago-Londres, 1983, p.3). Veja-se também dois estudos magistrais, recentemente editados, de BARON, Hans - *Essays on the Transition from Medieval to Modern Thought,* Princeton, 1988, I, pp.43-67 (*The Changed Perspectiv of the Past in Bruni's "Histories of the Florentine People"*) e pp.68-93. Recorde-se, a propósito, que, na sua mais célebre obra, este autor creditava mesmo a obra de Bruni e o nascimento da historiografia humanista como uma das principais conquistas do Renascimento (BARON, Hans - *La Crisi del Primo Rinascimento Italiano. Umanesimo civile e libertà repubblicana in un'età di classicismo e di tirannide,* Firenze, 1970, pp.6-7). Uma investigação mais minuciosa e importante das fontes clássicas recuperadas e utilizadas por Leonardo Bruni poderá seguir-se em FRYDE, E. B. - *Humanism and Renaissance Historiography,* Londres, 1983, pp.33-54.

pontifícia (Flavio Biondo, Bartolomeo Platina, Pomponio Leto...), o modelo de história humanista sugeria, de imediato, um labor escrito à semelhança dos historiadores clássicos, nomeadamente César, Salústio e Tito Lívio, exacerbando também as preocupações do discurso, dirigindo a sua atenção para uma cuidadosa reconstrução das batalhas, reflectindo ainda sobre o ideário de príncipe, de poder e da sua efectivação. Preocupando-se, igualmente, em fornecer longos discursos imaginários colocados na boca de personagens históricas, a historiografia humanista tentava conduzir o leitor a retirar lições morais da narrativa, aprendendo através dos «exemplos» como evitar vícios e pecados para trilhar uma conduta virtuosa, orientando, assim, correctamente a vida moral[19]. Insistiu-se ainda que a historiografia humanista só assumia toda a sua competência modelar através da utilização de um latim elegante, ao mesmo tempo que as ocorrências factuais, o manuseamento de fontes documentais ou a análise das conexões causais entre os diversos eventos compareciam como materiais subsidiários dessa «verdadeira história»: ensinar ética a partir da estratégia dos *exempla...*[20] Sublinhe-se, porém, que interpretações panorâmicas deste teor reduziram com frequência a historiografia humanista aos seus aspectos formais - narrações históricas embelezadas por discursos em longos textos divididos em pequenos «livros» introduzidos por reflexões gerais -, bem como à distinção entre uma corrente «retórica» e outra marcadamente «política», esta última edificando a avenida que fundaria o «progresso» subsequente da chamada historiografia moderna[21].

[19] COCHRANE, Eric - *Historians and Historiography in the Italian Renaissance,* Chicago-Londres, 1983, p. 3.

[20] YATES, Frances A. - *Renaissance and Reform: the Italian contribution,* Londres, 1983, p. 89

[21] É esta a opinião de GILBERT, Felix - *History, Choice and Commitment,* Cambridge, 1977, p. 137 e ss. Cf., igualmente, YATES, Frances A. - *ob. cit.,* pp.90-93.

A actividade dos humanistas do Renascimento não era, naturalmente, abstracta e intemporal, nem se esgotava sequer na imitação das grandes autoridades clássicas. O seu modelo de discurso histórico tinha de ser aplicado a diferentes realidades sócio-políticas, cumprir diversas encomendas e serviços, da mesma forma que se via compelido a enfrentar as vicissitudes e ritmos característicos dos problemas epocais. Os humanistas encontravam-se, assim, colocados perante uma «segunda história» - a das suas próprias sociedades, a do seu próprio tempo - que não podia ser, mediatamente, escrita em termos de exclusividade na base da imitação dos historiadores antigos. Em grande parte, este desafio havia sido encarado pelo próprio Bruni que o procurou ultrapassar ao definir a *imitatio* como um incentivo e não como um empecilho da originalidade, concluindo dever seguir-se os modelos clássicos como guias e não como autoridades, o que acabaria por fazer com que a história passasse a ser entendida como um género literário que bebia nas obras clássicas as suas regras narrativas centrais, com as quais se intentava enquadrar a especificidade dos eventos que se pretendia historiar. Daqui decorre que a história humanista não se ateve à ideia, tão exornada pela literatura clássica, de *opus oratorium maxime,* debuxando mesmo toda uma série de qualidades e princípios historiográficos muito pouco ou nada conhecida pelos trabalhos históricos da Antiguidade[22].

Acrescente-se ainda a este breve sumário que, durante todo o Renascimento, a actividade cultural dos humanistas apostou em tornar-se historicamente funcional, adaptando-se a diferentes tarefas de propaganda política de diversificados Estados territoriais, pelo que o mesmo modelo que, por exemplo, na obra bruniana servia para exaltar a liberdade da república florentina era utilizado igualmente por Flavio Biondo, na *Roma Triumphans* (1452-1459), para defender o primado

[22] Um bom resumo dos caracteres qualitativos e normativos que marcam a história humanista pode encontrar-se em CARBONELL, Charles-Olivier - *Historiografia,* Lisboa, 1987, pp.78-81.

do império e renovar as pretensões imperiais. Situações como esta multiplicaram-se rapidamente, conseguindo a historiografia humanista propagar-se menos pelas suas virtualidades e princípios intrínsecos e mais pela sua facilidade em adaptar funcionalmente o seu discurso a diferentes tipos de consumo político e social: aqui plasmando a ideologia de um príncipe de um pequeno Estado, ali defendendo uma constituição republicana, mais além, concorrendo para suportar a expansão de uma oligarquia familiar ou renovando os sonhos de restauração do Império.

Resta ainda perguntar em que é que todas estas considerações ajudam a investigar a *História da Antiguidade da cidade de Évora?* De facto, o cruzamento entre o humanista e a história que se afigurava, com anterioridade, fornecer, de imediato, os contextos fundamentais em que se poderia mover o trabalho resendiano não se julga ajudar com suficiente generosidade à sua investigação. De tudo o que foi dito em relação ao humanismo renascentista e ao seu modelo de história humanista parece ressaltar uma larga composição de elementos diversos que se associam para relevar a formidável funcionalidade que as actividades e os discursos dos humanistas sempre procuraram perseguir. E estas funções não se conseguem reconstruir fora da investigação dos contextos epocais em que tentavam intervir. Naturalmente, a opção deliberada por determinadas formas e géneros literários representa, desde logo, uma constelação de indícios e sugestões pertinentes. Mas géneros e formatos absolutamente semelhantes podem também ter servido para defender causas diametralmente opostas... Não parece, assim, restar outra solução de estudo que não seja, também em relação à *História da Antiguidade da cidade de Évora,* a de cruzar o literário e o histórico, procurando investigar o texto começando por tentar uma aproximação às modalidades através das quais poderia ter sido lido e entendido pelo seu próprio tempo.

II. O texto, verdadeiramente: organização, conteúdos e género

Apesar de ter sido impressa pela primeira vez em 1553, a *História da Antiguidade da cidade de Évora* apresentava-se, então, como um texto já conhecido. É o próprio Resende quem, na dedicatória da sua obra ao príncipe D. João (o pai de D. Sebastião), assinala cuidadosamente que

> tinha eu esta historia fecta a petiçam da camara da cijdade, a qual leendo poucos dias haa ho doctor Gil de Villalobos, juiz que hora en ella e, confessou me que stava de proposito de ha mandar trasladar sen eu ho saber, e llevalla a V. A. Eu receoso de me fazerem este furto, e offerescendo se hora impressam haqui, quis me anticipar com dar primeiro a V. A. este gosto que sei que ha de têer, da antiguidade da sua patria.[23]

Talvez seja possível adiantar, em termos cronológicos, que o pequeno texto deveria mesmo estar, pelo menos, provisoriamente, concluído desde 1548, data em que Gaspar Barreiros se lhe refere na sua *Chorographia,* terminada em 18 de Janeiro desse ano, explicitando no capítulo relativo a Badajoz o seguinte: *«Temos outro argumento, ó qual ê acharse nomeada á cidade de Beja por este nome Pacca, em hum summario de hûa historia dos Godos que ó doctor mestre Andre de Resende (baram mui docto em todo o genero de disciplinas, e gram investigador de cousas antigas) allega em hum tractado que fez da origem e antiguidade de Evora, sua patria, d'onde nos ó tomamos»...*[24] Uma declaração que não deixa de constituir um importante testemunho coevo do interesse suscitado pelo modelo de investigação resendiano,

[23] RESENDE, André - *História da Antiguidade da cidade de Évora,* Évora, André de Burgos, 1553, fl. 1. Para evitar o recurso constante a notas da obra resendiana, passaremos a citá-la, a partir daqui, no corpo deste estudo, assinalando entre [ ] os respectivos fólios.

[24] BARREIROS, Gaspar - *Chorographia,* Coimbra, João Álvares, 1561, fl. 2.

mas que aqui reproduzimos para, essencialmente, realçar que o manuscrito inicial de onde sairia o texto impresso pelos prelos de André de Burgos se encontrava disponível desde, na hipótese mais tardia, 1547. Situação que não deve, todavia, impedir que se reconheça que a dignificação e publicitação mais amplas do trabalho do nosso humanista se afiguram vinculadas à estampagem da obra, na qual Resende parece ter trabalhado criteriosamente. De facto, para além da referida dedicatória ao príncipe D. João, o pequeno volume impresso foi ainda alargado com uma *«Fala que meestre Andree de Reesende fez aa Princepsa domna Ioanna nossa senhora, quando logo veo a estes regnos, na entrada da cijdade de Evora»* [fls.47-48v.]. Mas a cuidadosa atenção do humanista eborense em relação à impressão do seu texto revela-se ainda na realização de índices onomásticos e ideográficos, bem como nas sentidas preocupações em torno dos próprios tipos utilizados na sua composição[25]. Reúnem-se, portanto, toda uma série de elementos - da protecção da obra à organização do texto, passando ainda pela sua qualidade formal - que visava agregar à edição de 1553 uma outra dignidade e dimensão que não se poderia encontrar na versão manuscrita que seria certamente, sem os desenvolvimentos e acrescentos propositadamente elaborados para o volume impresso, um caderno quase modesto... Embora não tenha sido possível compulsar documentação que permitisse precisar com rigor as datas em que o nosso humanista concluiu o seu manuscrito original, julga-se, a outro nível, pertinente indicar algumas das principais motivações que impeliram André de Resende a concentrar-se na sua «rápida» conclusão. A câmara eborense, num qualquer final de ano

[25] Esta preocupação em relação à qualidade dos prelos não é inédita, afigurando-se mesmo como uma postura constante de Resende na sua ligação com a imprensa portuguesa epocal. Recorde-se, a propósito, que na edição da sua célebre *Oratio Pro Rostris* (Lisboa, Germão Galharde, 1534) - uma espécie de «cartão», duplamente, de apresentação e consagração do mestre eborense no seu regresso ao país - comparecem no curto prólogo a D. João III considerações pouco elogiosas acerca da competência da tipografia que havia estampado o seu discurso.

entre 1540 e 1547[26], havia concluído junto do conceituado humanista uma encomenda original, sem paralelo na história dos municípios portugueses: *«Vos me pediste que vos quisesse comunicar ho que do antiguo de esta cijdade Evora nossa Patria, tinha alcançado e darvollo per scripto: para ho lançardes em tombo e memória»* [fl.4v.]. Comunicação intelectual que teria sido, de seguida, também apoiada por outras autoridades urbanas e *«algumas pessoas nobres»* (passava, assim, a ser uma encomenda da própria «cidade» representada pelos seus poderes municipais e pela sua aristocracia nobiliária?) que trataram de combater as resistências iniciais do humanista em aderir ao projecto municipal acerca do qual acentua, desde as primeiras linhas, o carácter arquétipo *(«De que a vos, por serdes hos primeiros que isto procurastes, ninguem tiraraa vosso louvor» [fl.5v.])*... De forma significativa, seguindo, naturalmente, estas exacerbadas precauções resendianas, a encomenda possuía um prazo de realização exíguo, o que terá causado algumas hesitações no nosso humanista. Na verdade, o «executivo» camarário da época cessava o seu mandato um mês depois e pretendia ver terminada a *História* de Évora mesmo antes de

[26] A total inexistência de documentação camarária e, particularmente, de livros de vereações, receitas e despesas contemporâneos do período em que Resende escreveu a versão manuscrita da sua *História da Antiguidade da cidade de Évora* impossibilita, quase definitivamente, uma datação rigorosa da obra original. No entanto, se a edição impressa correspondesse e reproduzisse exactamente o manuscrito original - o que não parece verosímil - poder-se-ia aventar uma datação mais precisa a partir das suas próprias informações internas. De facto, o humanista intitula no texto impresso D. Henrique de *cardeal infante nosso senhor e prelado* e sabendo-se que o irmão de D. João III apenas recebeu a dignidade cardenalícia em 16 de Dezembro de 1545 (Breves *Quod semper optauimus* e *Hodie in his sacris* - *CORPO Diplomático Português*, V, pp.506-507), neste caso, o trabalho manuscrito teria sido escrito em 1545 ou 1546 e, provavelmente, neste último ano, atendendo ao próprio testemunho resendiano que refere ter-se dedicado à sua conclusão em *hûa duzia de madrugadas deste dezembro* [fl.5v.]. Repete-se, porém, que nada assegura ter a versão impressa trasladado fielmente o texto manuscrito primitivo, exibindo-se, pelo contrário, indícios suficientes, já aludidos, de uma revisão e arranjo do trabalho inicial. A própria referência à dignidade cardinalícia de D. Henrique seria, naturalmente, obrigatória num texto impresso em 1553, na sua cidade de Évora e, ademais, da autoria de um dos seus servidores.

expirado esse limite, numa altura em que André de Resende, de acordo com as suas razões, se encontrava sobrecarregado de trabalho, mobilizado, nomeadamente, pelo labor em torno de *«um livro de arquitectura per mandado de elRei»* [fl.5], para além de se dedicar à pregação e a acompanhar uma doença do infante D. Henrique, de quem era, como se disse, criado[27]... Depois de todo este propositado contexto de prudência, final que já se adivinhava: o erudito humanista acabaria por aceder aos pedidos da sua «cidade», resolvendo-se, então, a *«dar aa patria hûa duzia de madrugadas deste dezembro e põer em stilo ho que me pedistes»*. [fl.5v]

Transparece em todo este itinerário, culminando com a aceitação da encomenda peregrina solicitada pelos poderes municipais eborenses, um conjunto de pistas que importa esclarecer. André de Resende afigura-se ter compreendido que se encontrava a compor um trabalho pioneiro e, procurando acautelar a sua recepção, exacerba talvez as condições que rodearam a sua produção: encomenda com prazo de realização insuficiente..., sobrecarga de trabalho..., preocupações com o acompanhamento da doença de D. Henrique..., obstáculos que aconselhariam a deserção, mas o mestre humanista, numa prova concludente da sua enorme capacidade intelectual, cumpriria essa encomenda cultural numa *dúzia de madrugadas*... A situação parece repetir-se, noutro contexto e com outras variantes,

[27] *«(...)De modo que en outro studo nõ intendo, excepto ho preeger, que sen errar a deus non lexaria: e a voltas disto ho ingenho solicito e affadigado com ha doença e perigoo da vida do Cardeal infante nosso Senhor e prelado, ou para melhor diga, padre»[fl.5]*. Assinale-se que estas linhas integram informações significativas que, caso reproduzissem rigorosamente o texto manuscrito original, deveriam possibilitar a sua datação. De qualquer forma, não nos foi também possível detectar essa doença, aparentemente grave, de D. Henrique, apenas se recolhendo, em diferentes testemunhos coevos, notícias gerais que confirmam a fragilidade da sua saúde e o elevado número de vezes em que jazia doente. (*CHRONICA del-Rei D. Henrique,* - BPADE - *Cod. CIII / 1-15,*fl. 21; *CHRONICA do Cardeal Rei* - BPADE - *Cod. CV / 1-3,* fl. 124; *CRONICA del-Rey D.Henrique,* - BPADE - *Cod. CIII / 1-15,* fl.51; Cf. DOMINGUES, Mário - *O Cardeal D. Henrique. O homem e o monarca. Evocação histórica,* Lisboa, 1961.

quando Resende se vê quase obrigado a orientar a impressão do seu texto. Como se reproduziu atrás, a obra estaria para ser estampada sem o conhecimento do humanista *(«stava de proposito de ha mandar trasladar sen eu ho saber»)* que terminaria por ser impelido a intervir para não apenas defender a sua propriedade literária, mas, principalmente, assegurar a qualidade do impresso que passaria, ademais, a exibir a sua autoria numa obra que não curava de seguir as tradições literárias dignificadas pelas culturas eruditas portuguesas epocais.

O escrúpulo com que André de Resende tratou de preparar, conscienciosamente, a recepção pública do pequeno volume que agora se multiplicava e oferecia mais acessivelmente através dos prelos recolhe-se ainda na dedicatória ao príncipe D. João que era, ao tempo, o herdeiro jurado do reino, exórdio em que o humanista debuxa uma cena emblemática que tenta associar à própria dimensão sócio-cultural da sua actividade intelectual, recordando

> que beisando eu ha mão a V. A. en Almeirim, oclhou V. A. para ho arcebispo de Lisbõa, e perguntoulhe quem eu era, e tornando se a mi, me dixe que lhe perdõasse que me non cognescera. A esta tã real humanidade eu nõ tive entam mais que responder, salvo que plazeria a deos con longa vida de vossa alteza darme a mi graça de lhe fazer algũo serviço per onde me melhor cognescesse. [fl.1v]

Como o reconhecimento entre os príncipes e os intelectuais se deveria estribar no princípio, detalhado, aliás, pela própria dedicatória de que *«hos homẽes dados aas leteras, com leteras servem hos Reis e principes» [fls.1v-2],* Resende encontraria na estampagem da sua *História* uma oportunidade de servir o, então, futuro monarca, aproveitando para procurar encontrar uma protecção elevada para a sua obra, enquanto diligenciava ainda começar a definir as fronteiras dos seus públicos potenciais. De facto, enquanto o volume manuscrito inicial se destinava a ser «lançado em tombo e memória», não

atingindo, assim, mais do que um escasso público local, nomeadamente de altos dignitários e funcionários municipais, a sua edição impressa poderia almejar encontrar auditórios mais vastos e, principalmente (se estamos a decifrar correctamente o cenário simbólico da dedicatória), cortesãos... De qualquer modo, deve assinalar-se que, em termos estritamente sociológicos, era a dignidade nobiliária que dominava já a sociedade de corte, já também os poderes urbanos daquela que era, neste período, uma das cidades portuguesas mais frequentadas pela nobreza senhorial e cortesã, bem como pelas grandes autoridades eclesiásticas da época, outro estamento privilegiado e outra característica social que a corte não deixava de partilhar com a metrópole alentejana.[28]

Mas o que é que André de Resende conseguia oferecer, a partir de 1553, aos seus virtuais leitores?

A começar, oferecia um pequeno volume, possivelmente pouco dispendioso, o que não era negligenciável quer para os públicos, especialmente nobiliários, ainda pouco habituados a investir em livros, quer para os públicos letrados e cultivados, enformado por clérigos, religiosos, altos funcionários..., os quais, em face da multiplicação das edições na segunda metade do nosso século XVI, começavam a ter que fazer opções no desenvolvimento das suas bibliotecas e leituras. Resende presenteava ainda os seus leitores com um livro em vulgar, conciso e de fácil leitura: 82 páginas que não ultrapassavam, de resto, as 19 linhas cada, no total cerca de nove mil palavras que, mesmo numa leitura demasiado pausada, se lêem em menos de uma hora e meia... No entanto, nesta *História,* brevidade não é sinónimo de falta de importância - o texto ostenta-a e, desde logo, através de dois veios impressivos: o seu modelo de «fazer história» e as suas metódicas específicas... Quanto ao modelo de história parece poder sumariar-se

[28] Cf. GUERREIRO, José Manuel - *André de Resende e o Humanismo em Portugal,* in «A Cidade de Évora», XII-XIII (1955-1956), pp.5-53

sem grandes dificuldades, atendendo a que os dezassete resumidos capítulos da obra investigavam o passado da urbe transtagana desde as suas origens *(fundação)* até à instalação da Ordem de Avis. Na prática, em termos estruturantes, todo o discurso comparece dominado por duas áreas, por dois interesses, aparentemente, diversos: a romanidade e o cristianismo, quer dizer, a inventariação do passado latino e do passado cristão da cidade de Évora.

Nesta ordem de ideias, André de Resende, depois de abrir o seu livro com a determinação do «verdadeiro» nome da urbe, *Ebora*, apoiando-se nos testemunhos de Plínio, Pompónio Mela e Antonino Pio, concentra-se, rapidamente, no estudo da dignidade e nobreza latinas da cidade, cruzando em termos exclusivos dois temários: a referência às personagens ilustres actuantes nessa zona do passado municipal e a caracterização da situação jurídica da história romana eborense. Assim, seguindo aquele primeiro plano de investigação, a *História* procura relevar que a dignidade latina da cidade havia sido inaugurada por Sertório que o humanista apresenta como

> valeroso capitão: (que) cerca do anno sexcentesimo sexagesimo segundo da edificaçam de Roma, por Evora ser de noble e grande povoo, fez grande adjuda a ho mesmo Sertorio, dando lhe hûa cohorte .s. sexcentos soldados para serviço da gherra, hos quaes ho serviron tambeem, que elle por gratificar este serviço, e tambeem por esta cijdade ser em meio de Lusitania, que faz muito para senhorear ho mais, qua segundo julgan os peritos na arte militar, quem e senhor de toda epsa terra: tomou en ella seu assento. [fls.9-9v.]

Apresentado sempre pelo mestre humanista como um paradigma de herói romano, da mesma forma que os soldados que o haviam ajudado a combater Roma se organizavam numa «cohorte» eborense, Sertório acabaria por instalar em Évora a *«sua casa que inda hagora se chama de Sertorio, em ha qual tinha hûa molher domestica; e tres libertos que com ella estavam»* [fl.9v.], tornando-se mesmo o verdadeiro impulsionador do renascimento da cidade, talvez mesmo o

seu verdadeiro «fundador». De resto, alega Resende, duas grandes obras civis e públicas, cuja construção havia sido dirigida e orientada pelo «valeroso capitão», passaram a marcar (e para o futuro, como se verá mais adiante) a nova fisionomia latina, modelar e normativa, da cidade. De facto,

> mandou Sertorio cercar ha cijdade de cantaria lavrada, quomo inda em muitas partes mõstra, per onde e ha cerca velha, e assi fez trazer ha agua da Pratta a ho portico en ho mais alto da cijdade, donde se repartia per has regiões della...[fl.10v.]

Repare-se, contudo, a seguir, enquanto o texto não conseguira, anteriormente, esclarecer o nome do verdadeiro fundador de Évora, declarando sobre a matéria que *«seguiase a pos ho nome, dizer quem foi ho fundador, porque per ho fundador se collige e intende ha muita antiguidade, e tambeem non e pequeno gosto saber e têer noticia dos principiadores das cijdades, e maiormente se fooron varões illustres»*...[fls.7-7v.], em contraste, mostra-se extremamente generoso a associar a figura de Sertório a essa verdadeira «refundação» de uma «nova» cidade. Estas conexões, que não parecem sequer difíceis de destrinçar em toda a sua extensão, serviam para Resende afirmar que, de acordo com os princípios agitados nas últimas linhas, o fundador de uma cidade acabava por dotá-la com toda uma série de caracteres ligada à sua própria personalidade - se o rosto e a fisionomia de Évora tinham as marcas da romanidade, o seu «fundador» só poderia ter sido uma ilustre personalidade latina, como era o caso de Sertório... Nele não se esgotavam, porém, os traços da *latinitas* de Évora. A sua importância alteava-se também por ter possuído

> seu flamen .s. sacerdote que en tempo dos gentios era, quomo en tempo dos christãos hos bispos. Hûa flaminica ou sacerdotissa teve nobilissima ha qual non soomente era flaminica de Evora, mas tambem de toda Lusitania. [fl.17v.]

Sublinhe-se, assim, a partir destas lições do passado latino eborense, que a cidade não era apenas uma espécie de centro político e militar, mas também o coração religioso de toda a Lusitânia, enformando uma história que, escorada neste inventário, quase não curava de ter paralelo na história dos outros municípios portugueses. Por fim, toda a dignidade e centralidade latinas da urbe eram ainda plasmadas pelo direito romano. Na representação do nosso humanista, Évora tinha sido *«municipio, e de juro do antiguo Latio, e non paguava tributo»* [fl.14]. Uma situação jurídica privilegiada que era somente ultrapassada pelas cidades de Lisboa e Beja, conquanto André de Resende procure demonstrar que a sua cidade natal,

> en tempo dos Romanos, era de stado livre e immune, e socia do povoo Romano, e hos naturaes della eram quasi en tudo cijdadãos Romanos: e se chamavan, e comptavan entre as tribos Romanas, e podiam na gherra en has legiões e cohortes Romanas militar, e têer todos hos cargos e officios e en Roma pedir magistrados e ser en elles electos, posto que non podiam votar, por totalmente non teerem juro de cijdadãos. [fls.15-15v.]

Restava, naturalmente, questionar quem teria sido o principal responsável pela prestigiante situação jurídica da cidade em matéria de direitos e privilégios? Ao fazer esta pergunta, o leitor culto do século XVI pensaria, imediatamente, em associar o direito e a lei a uma personagem do máximo relevo, concentrando poder suficiente para os distribuir e obrigar a executar. Resposta, em conformidade, do texto resendiano: o próprio Júlio César... O humanista eborense conseguira, na verdade, apurar com rigor a este propósito que

> per liberalidade de Iulio Cesar houve Evora ho juro ou directo de municipio Latino, sendo passadas has gherras de Sertorio, e esta cijdade ja en graça com hos Romanos, e perventura com algûos meritos. [fl.16]

A encerrar, por fim, este primeiro andamento central da sua *História,* Resende conclui ter sido, precisamente, o cruzamento entre os méritos próprios da cidade e a magnanimidade do imperador a edificar a grandeza latina de Évora, perpetuada de forma definitiva no seu nome: *Liberalidade Iulia.* [fl.15v.]

Infelizmente, seguindo o trabalho do mestre humanista, depois deste apogeu clássico suceder-lhe-ia, cronologicamente, o declínio gótico e muçulmano. Trata-se de dois «períodos históricos» quase transformados em tópicos que o humanista prefere não investigar, limitando-se a reproduzir, com a devida aplicação local, as imagens, metáforas e, mesmo, estereótipos de que os humanistas se serviam profusamente para, marcando um andamento tríplice da história universal *(apogeu-declínio-renascimento),* resumir aquelas longas épocas debaixo do tema genérico de *decadência.* Deve-se reter, pela eloquência com que ilustram as concepções de periodização seguidas por Resende, as escassas referências acerca do domínio da Península pelos «godos» que, apesar de assistirem à cristianização destes espaços, não assumiria outro significado que não fosse a destruição da cultura latina, arrematando mesmo o nosso humanista que *«acabouse com ha perdição da Hispania ho senhorio dos Godos».* [fl.29v.]

Contrastando com estes breves tópicos que caracterizam, rápida e quase radicalmente, o período visigótico, André de Resende entende dedicar um dos dezassete capítulos da sua obra à inventariação do *«tempo em que Evora foi tomada dos mouros».* Oferece-se, todavia, uma narrativa fugaz, extremamente lacunar, quase inteiramente absorvida por explicações gerais em torno da conquista islâmica do Sul de Portugal, mas que tem o relevante interesse, a acreditar nas provas textuais, de seguir a *Crónica do Mouro Rasis,* texto de que o humanista possuiria, apesar de lhe acusar a dimensão pouco verídica, uma versão

manuscrita hoje perdida[29]. Em termos concretos, a dominação muçulmana, não obstante a sua longa duração e de haver marcado profundamente as regiões transtaganas, resume-se com ideias deste teor, assinalando que

> seguiose o tempo dos mouros. En ho qual quomo todo era barbaria, nem têemos noticia das cousas que en esta cijdade passaron, nem elles foorom dignos de nos por ipso muito procurar mos [fl.29v.]

Neste nexos perpassam, justamente, alguns dos princípios normativos da historiografia humanista, para a qual era lícito, senão mesmo obrigatório, coligar a narrativa histórica exclusivamente aos temas que dignificavam, a partir do passado, sobretudo clássico, o devir do presente. Estas normas expressam-se ainda, na continuação da *História da Antiguidade da cidade de Évora,* através das conceptualizações edificadas por Resende na redacção daquele que se mostra o mais longo discurso textual: o passado cristão da cidade. Metade da pequena obra dedica-se inteiramente a este temário, conquanto, desde as suas primeiras investigações, o livro resendiano procure convidar os seus leitores a reter alguns princípios simples, recordando, nomeadamente, que Évora *«recebeo ha fee de nosso señor Iesu Christo ou primeiro que todas has outras cijdades de Hispania, ou aho menos entre has primeiras»*. [fl.21v.]. Para comprovar este sucesso, Resende apela, de novo, à estratégia do exemplo, tratando agora de realçar a acção de S. Manços, discípulo «directo» de Cristo, apresentado como principal promotor da evangelização e conversão das populações peninsulares e, em particular, das da região e cidade de Évora,

[29] Resende esclarece que *«Este livro de Rasis, quomo ho auctor era pouco sabedor das historias e cousas latinas, confunde muitas vezes has verdadeiras historias a voltas de fabulas* [fls.27-27v.] e, logo de seguida, conclui *«hora posto que ho Mouro (rasis) non seja de muito credito »*[fl.27v.]. Veja-se, mais à frente, n.32.

> porque ho beem aventurado sanct Mancio discipulo de nosso redenptor: sendo per hos sanctos apostolos enviado, veo a esta cijdade, e haqui preegou ha fee, e achando ha gente docile: approvectou tanto, que se fez grande numero de christãos. Hos quaes elle fazia junctar e participar na comunham do corpo e sangue de nosso senhor Iesu Christo. Per onde claro paresce que elle foi ho nosso primeiro bispo, e nosso apostolo. [fls.21v.-22]

Contando, a seguir, longa e minuciosamente, o martírio de S. Manços, a *História* procura demonstrar, radicando-se neste paradigma, que o seu exemplo de primeiro apóstolo, bispo e mártir da Évora cristã fundava uma dignidade ímpar de uma cidade que havia aderido ainda à acção evangélica e apostolar da Igreja primitiva. Esta tradição, na qual, com muito esforço, se poderiam concentrar muito esbatidas ressonâncias das simpatias «erasmianas» do mestre humanista (relevando aquela exemplar descrição do apostolado evangélico, «simples» e dedicado de S. Manços, prolongando a missão terrena de Cristo...), servia eficazmente para André de Resende ultrapassar, com esta defesa da cristianização de Évora logo no século I, a disfunção latente criada pela adjectivação dos visigodos como *pouco cristãos,* noção que embaraçava a perspectivação do próprio fenómeno da reconquista que, afinal, se escorava historicamente na sua conversão à fé cristã. Ao fazer, assim, coincidir no tempo e no espaço a adesão da cidade transtagana ao cristianismo com o seu apogeu clássico sob o império romano, o humanista eborense não estava apenas a resolver originalmente uma das principais disfunções da historiografia humanista peninsular - a tendência para reivindicar a importância da antiguidade visigótica, justificando histórica e juridicamente a Reconquista, em oposição à norma do humanismo renascentista que acusava os «godos» pela decadência do mundo clássico -, mas procurava ainda edificar um renovado paradigma de discurso histórico que, como veremos, apostaria em tornar-se culturalmente actual e ideologicamente funcional... A seguir, continuando a acompanhar este

andamento textual, a dignidade cristã de Évora via-se ainda mais alteada por novos exemplos relevantes. Tratava-se, nomeadamente, do caso dos mártires Vicente, Sabina e Cristeta, cabendo também a Évora a paternidade das suas vidas. Na verdade,

> hos gloriosos martyres Vincentio e suas hirmãas Sabina e Christheta, nados e moradores en esta cijdade, en haquella pobre hermida que de seu nome se chama. Do que eu por ha parte que me cabe da patria: muitas vezes hei vergonha e beem oclhado, ha cijdade devia haver por affronta non ha têer tanto tempo haa melhorado. [fl.23v.]

A este outro paradigma de santidade cristã e de comprovação eloquente da qualidade incomparável do passado cristão eborense, informando um temário que, como se sabe, havia merecido já do nosso humanista um volumoso investimento literário-litúrgico[30], vinha, agora, coligar-se a reconquista cristã do reino, sob a direcção do nosso primeiro monarca:

> En este misero stado (o texto referia-se à dominação muçulmana) durou hacte que approuve aa majestade divina levantar se este regno per industria e maravilhosos fectos do beem adventurado D.Afonso Henriquez primeiro rei delle: en cujo tempo sahio do misero captiverio en que jazia passava de quatrocentos annos: e foi tornada aa liberdade da fee e religiam christãa. [fls.32v.-33]

Continuando, depois de narrar detalhadamente a reconquista de Évora, garantida pela acção corajosa e engenhosa de Giraldo *sem pavor* (comparado, exageradamente, a David!), a *História* termina discorrendo acerca de dois sucessos, julgados também emblemáticos: a restauração do bispado eborense e a instalação na urbe da Ordem de Avis. Assumem mesmo estes derradeiros capítulos um claro valor

[30] O humanista procura também fixar a narração do martírio de Vicente, Cristeta e Sabina no *Breviarium Eborense* (Lisboa, Luís Rodrigues, 1548), monumental volume de 2090 colunas e 546 fólios nos quais não deixava de comparecer, em destaque, a história do martírio dos três irmãos que teria ocorrido, presumivelmente, no princípio do século IV (cols. 942-952).

conclusivo e normativo. Assim, a antepenúltima lição, intitulada *«quomo Evora tornou ser Bispado, e quem foi ho primeiro Bispo»*, assinalava, significativamente, que

> procurou logo elRei dom Afonso Henriquez que ha cijdade foosse tornada a sua dignidade episcopal, e assi ho pos per obra. En ho livro dos anniversarios de esta see, se conteem que ho primeiro bispo depois de tornada ha cijdade a poder dos Christãos, foi dom Paaio, que jaz na capella de sanct Ioam Baptista que hora e do sanctissimo sacramento. [fl.42v.]

Baseado nestas notícias, procurava o humanista concluir com elevação toda a inventariação sumária da história cristã de Évora, representando a restauração da dignidade episcopal, impulsionada directamente pela acção afonsina, como uma síntese brilhante de um prestigiante passado religioso, pautado originalmente, ademais, pelo abraçar da fé cristã nos alvores da Igreja evangélica apostolar.

No que tange o penúltimo capítulo, apresentado *«quomo ha militia que se hora chama de Avis, foi instituida en Evora»*, afigura-se retomar alguns dos argumentos em torno do tema da privilegiada situação geográfica da metrópole alentejana, discussão que Resende havia chamado anteriormente à colação para, entre outras motivações, justificar a instalação de Sertório na cidade. Neste quadro, o texto aproveita para sublinhar que

> tornada ha cijdade a poder dos Christãos, quomo dicto tenho, por ho sitio della ser commodo para dali gherrear hos mouros, paresceo beem a elRei situar em ella ha cabeça e meestrado da ordeem dos cavalleiros que en Castella se chama de Calatrava, e hagora de Avis en estes regnos, para que elles por sua parte adjudassen expellir hos inimigos de nossa sancta fee. [fl.44]

Note-se que André de Resende assinala com destaque a posição geográfica privilegiada da cidade, nomeadamente, no desenvolvimento da expansão da fé, no aprofundamento da reconquista cristã. Tema que,

ao cruzar-se com os quadros históricos agora concluídos, permitia avultar que uma das normas centrais para a investigação da dignidade histórica de uma urbe consistia em casar a preeminência temporal (chamemo-la, provisoriamente, *história*) com a nobreza do espaço (designemo-lo, por ora, *geografia*). A *história* havia sido, inclusivamente, já resumida por Resende quando, na transição do primeiro para o segundo andamento do texto, escrevera que

> este foi o stado desta cijdade en tempo dos Romanos. Hora se deste stado que sen duvida era noble, esta nossa cidade se pode gloriar, certo que com muito mais razam se deve gloriar, que recebeo ha fee de nosso señor Iesu Christo ou primeiro que todas has outras cijdades da Hispania, ou aho menos entre has primeiras. [fl.21v.]

No que concerne o espaço (ou a geografia?) não deve deixar de se assinalar também que parece, pelo menos, sintomático que o último capítulo do livro resendiano encerre definitivamente as suas narrativas com uma comemoração do crescimento populacional da cidade, no reinado de D.Afonso IV, declarando, a propósito,

> quero acabar este tractado com hûa memoria que sta na see, en ho steo de fronte da capella da cruz, que tambeem faz a este proposito, para se saber quanto ha cildade se tinha ennoblescido en povoaçam, pois quando elRei dom Afonso ho quarto foi aa batalha do Salado, ho pode Evora servir com cent cavalleiros e mil homêes de pee.[fl.45v.]

Esta breve organização panorámica dos principais conteúdos narrativos da primeira edição impressa da *História da Antiguidade da cidade de Évora* poderá conduzir, quase inevitavelmente, a pensar-se que, de facto, a concisão comparece neste pequeno trabalho resendiano como um preclaro sinónimo de simplicidade... Trata-se de uma ideia que talvez pudesse ser compartilhada pelo público cultivado epocal que teve acesso a esta obra, o qual conseguiria, provavelmente, com facilidade aceder à compreensão dos principais símbolos e temários

que cunhavam a *História* de originalidade e actualidade. O mesmo não ocorre em relação às nossas diferentes capacidades de reconstruir e, depois, interpretar todos os elementos, todas as sugestões e investimentos intelectuais que se combinavam para transformar o livro do nosso humanista numa obra funcional e, até, atractiva, verdadeiramente importante... Para começar, não se julga ser sequer fácil esclarecer o género literário eleito para albergar os conteúdos deste discurso, colaborando para decidir acerca da sua forma e do seu próprio formato. Tratemos de nos aproximar da compreensão destas matérias, cuidando de investigar também as metódicas manejadas pelo humanista eborense para suportar as lições da sua conceptualização.

Principie-se, nesta área, por sublinhar, de imediato, que vários dos principais conteúdos exemplares reunidos por André de Resende eram tudo menos pacíficos: a exorbitada «sertorização» de Évora constituía um nexo difícil de comprovar..., o mesmo sucedia com a apropriação da figura de S. Manços..., da mesma forma, o casamento íntimo da cidade alentejana com esse outro mártir Vicente exibia-se, igualmente, como um tema de tal forma polémico que acabaria mesmo por precipitar o humanista a combater em sua defesa, nomeadamente contra as investigações do cronista oficial de Carlos V, Florian Ocampo, o qual, nas suas *Crónicas,* procurava, pelo seu lado, «castelhanizar» aquele mártir peninsular[31]. Impunha-se, portanto, que a *História da Antiguidade da cidade de Évora* carreasse provas, testemunhos seguros e compreensíveis pelas culturas históricas epocais, passíveis de corroborar todos os exemplos que se congraçavam para edificar o dignificado passado da cidade. Tornava-

[31] Acerca desta polémica torna-se esclarecedora a leitura da carta de Resende a Bartolomeu Quevedo intitulada *Pro Sanctis Christi Martyrubus Vincentio Olissoponensi patrono, Vincentio, Sabina, et Christhetide, Eborensis civibus* (Évora, João de Barreira, 1567), epístola em que, fundamentalmente, o humanista eborense procura rebater as alegações das *Crónicas* de Ocampo. (RESENDE, André - *Carta a Bartolomeu Quevedo,* (ed. de Virgínia Soares Pereira), Coimbra, 1988).

se, enfim, imperativo para a credibilidade do texto resendiano que ele apresentasse fontes e metódicas suficientemente claras e válidas capazes de suportar, especialmente, toda a estratégia exemplar exibida no pequeno livro.

Tratando-se de um dos humanistas mais conceituados no Portugal da sua época e estando, afinal, em jogo a sua própria reputação intelectual, como se depreende do seu escrupuloso acompanhamento da impressão da *História,* pensa-se, imediatamente, ter André de Resende mobilizado um conjunto de fontes escritas e de autoridades clássicas em abono das suas afirmações mais polémicas. Para um texto relativamente conciso, uma primeira leitura revela, de facto, uma considerável mobilização de testemunhos escritos, contabilizando-se mesmo, ao longo da obra, trinta e oito chamadas deste tipo de fontes. No entanto, uma pesquisa mais atenta permite assinalar que somente metade dessas citações apela a um autor e a uma obra concretos, veiculando-se as restantes dezanove referências como, meramente, confrontações genéricas, não especializadas, de uma autoridade clássica. Procuremos aprofundar estas situações. Assim, numa primeira colecção, que poderíamos designar como *fontes escritas clássicas,* apontam-se dez diferentes autores, mas apenas se fixam expressamente oito obras. À cabeça, com as suas seis nomeações, surge-nos Plínio, o autor que é mesmo o mais citado na obra, conquanto a sua *História Natural* (título omitido) compareça apenas referida claramente três vezes, duas ao livro segundo e uma ao livro terceiro [fls.6, 6v.,14v., 15, 15v.]. A seguir, o texto serve-se ainda em três momentos dos trabalhos de um dos mais importantes tratadistas jurídicos do período clássico romano, Ulpiano, do qual se escolhem alguns títulos forenses, mas não as suas obras [fls.9,12v.,16v.]. Este conjunto encerra-se ainda com chamadas singulares aos autores seguintes: Estrabão, Pompónio Mela, Ptolomeu, Suetónio, Tácito, Paulo, Aulus Gellius, Ascónio Pediano e Antonino Pio. Cotejando mais rigorosamente a utilização destas autoridades, assinala-se, de

novo, que praticamente não se revela nenhum título das suas obras. Declara-se um *livro terceiro* de Estrabão, certamente da sua *Geografia,* mas sem quaisquer referências titulares [fl.6v.]. Aponta-se também genéricamente um *livro XI,* de Tácito, provavelmente dos seus *Anais* [fl.13]. Invoca-se, simplesmente, um articulado jurídico *De Censibus,* do jurisconsulto romano Paulo, talvez retirado de alguma versão do *Digesto* [fl.14v.]. Faz-se, igualmente, uma menção pouco precisa a um *livro XVI,* da autoria de Aulus Gellius, parte possivelmente das suas *Noites Áticas* [fl.13v.]. Por fim, ainda se considerava textualmente um *Itinerário* atribuído erradamente ao imperador Antonino Pio [fl.6]. No que concerne aos outros quatro autores clássicos alegados, o carácter vago das suas chamadas permite apenas conjecturar que Resende se servia de apontamentos e consultas de obras como o *De Situ Orbis,* de Pompónio Mela ou a *Geografia Universal,* de Ptolomeu, ao mesmo tempo que resumia, muito livremente, alguns temas do *Divino Augusto,* de Suetónio [fls.12, 16].

Acompanhando estreitamente estes testemunhos clássicos, o humanista eborense adianta ainda duas referências a fontes que se poderiam classificar *patrísticas* e *bíblicas:* uma chamada, não especificada, ao famoso trabalho *Historiarum adversus paganos libri VII,* de Paulo Orósio [fl.8v.] - obra que os prelos quinhentistas continuavam a divulgar -, a que se somava uma pequena citação do capítulo IV do *Génesis,* livre e concisamente copiado [fl.7]. Curiosamente, nesta área, apenas um único autor moderno colhia, duas vezes, a atenção do texto resendiano: André Alciato, o grande mestre da jurisprudência do Renascimento, comparecia duplamente para apoiar com a sua autoridade as incursões do nosso humanista na história do direito eborense [fls.12v.,13v.]. Em continuação, ainda mais humilde se afigura o repertório das *fontes e documentos escritos* manejado pelo trabalho realizado por Resende em torno dos temas da história cristã de Évora. Recolhem-se, sumariamente, nove diferentes fontes. A mais citada, com as suas três minuciosas chamadas, é o *Livro*

de Linhagens do conde D. Pedro [fls.27,33], a que se seguem as duas longas menções panorámicas da *Crónica do Mouro Rasis* [fls.27,29v.-32], testemunhando com interesse, como já se referiu, ter o mestre humanista conseguido aceder a uma tradução medieval, total ou parcial, dessa narrativa com algumas interferências relevantes na cronística peninsular medieval[32]. Coligem-se ainda alusões singulares à *Crónica de D. Afonso Henriques,* de Duarte Galvão [fl.33], a duas memórias anónimas [fls.34,35,37] e a outros diversificados materiais, desde o *Breviarium Eborense* ao foral da cidade, passando ainda por um *livro de aniversários da Sé* ou por um códice manuscrito medieval hoje desconhecido[33] [fls.22v., 24, 26, 26v.,34, 42v.,43v.]. Assinale-se, a terminar, que este conjunto documental se aplicava, justamente, ao

[32] A totalidade do capítulo XI, como é indicado pelo seu óbvio título - *Ho que Rasis cronista mouro dixe accerca do Bispado de Evora* -, encontrava-se quase exclusivamente ocupado com a reprodução dessa fonte: *ho qual livro foi de lingua Arabica trasladado en Portughesa per meestre Mafamede mouro dos que en Portugal sohia haver, e screveo ho com elle hûo Gil Pirez capellão de Pedreanes de Portel, filho de dom Ioão de Avoim, ho que deu ha villa do Marmellar aa ordẽe de sanct Ioan* [fl.27]. Em continuação, também parte significativa do capítulo seguinte recorria às notícias da *Crónica* do mouro Rasis [fls.29v.-32]. De qualquer forma, o aspecto mais importante desta matéria releva, precisamente, das palavras com que André de Resende assinala a origam da versão que parece utilizar com desenvoltura, indiciando mesmo que o humanista deveria, então, possuir um códice contendo a tradução da *Crónica,* mandada fazer por D. Dinis. A *História da Antiguidade da cidade de Évora* constitui, assim, um dos poucos documentos que ainda possibilita a reconstrução de partes significativas dessa tradução portuguesa medieval, anterior, provavelmente, a 1315. Veja-se acerca desta questão a *Introdução* do falecido professor Luís Filipe Lindley Cintra à sua edição da *Crónica Geral de Espanha de 1344,* Lisboa, 1951, p.CXLIII, na qual se publicam, em apêndice, todas as passagens que as diversas obras resendianas devem àquela tradução (p.CDLXVII e ss.). Continua, porém, a prestar serviços fundamentais a leitura do trabalho de VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de - *André de Resende e a Crónica do Mouro Rasis,* Lisboa, 1912. (*CRONICA del moro Rasis,* (ed. de Diego Catalan e Maria Soledad de Andres), in «Fuentes Cronísticas de la História de España», Madrid, 1974, III)

[33] Neste último caso, poderá tratar-se de um códice alcobacense que é apresentado como *eu tenho hûo breve summario dos reis Godos hacte elRei dom Afonso Henriquez, en Latin, tal qual haquelles têpos usavan* [fl.34]. O manuscrito parece, depois, ter passado para a posse de Manoel Severim de Faria, desconhecendo-se, actualmente, o seu paradeiro - veja-se o estudo de NASCIMENTO, Aires Augusto - *Em busca dos códices alcobacenses perdidos,* in «Didaskalia», IX (1979), p.285.

segundo andamento narrativo que estruturava o texto resendiano, não existindo sequer quaisquer associações entre os dois planos heurísticos da obra, como se Resende para escrever acerca do passado latino o tivesse que fazer, normativa e obrigatoriamente, à semelhança, por exemplo, de um Tácito, enquanto para fixar a memória da história cristã eborense a tivesse de celebrar como um religioso conventual...

Importa, no entanto, destacar que, paradoxalmente, nenhuma das alegações polémicas da *História* se resolvia através das provas transportadas por essas *fontes escritas*... Nem a acção de Sertório ou a apropriação do protoapóstolo S. Manços, nem ainda, muito menos, a reivindicação da naturalidade eborense das figuras dos mártires Vicente, Cristeta e Sabina se conseguiam testemunhar e explicar através do conjunto dos documentos escritos. Analisando mais detalhadamente esta situação, retenha-se o seguinte. As *fontes escritas clássicas* colhiam, exclusivamente, na investigação do nome e origem da cidade e da sua situação jurídica face ao direito romano. De fora, sem quaisquer conexões com estas fontes, permanecia toda a estratégia exemplar que se expressava, já pela dignificante ligação entre Sertório e Évora, já também pelas outras referências acerca da posição e de personagens que ilustravam a qualidade quase ímpar do passado latino da cidade. A mesma situação ocorre, com algumas variantes, em torno de grande parte das matérias mais polémicas da história cristã eborense, não se mostrando neste andamento as *fontes e documentos escritos* eficazes para corroborar, por exemplo, a data da reconquista afonsino-geraldina da urbe, o apostolado evangélico de S. Manços, a filiação eborense do mártir Vicente e das suas duas irmãs e, mesmo, por fim, o próprio crescimento citadino registado no reinado de D.Afonso IV.

A fama e competência intelectuais do celebrado humanista encontravam-se, porém, suficientemente salvaguardadas: Resende exibia ao largo da sua *História* testemunhos «definitivos» que comprovavam todas as suas alegações e temários mais polémicos...

Estas provas fazem mesmo do seu pequeno livro, no panorama nacional, uma obra totalmente inovadora no domínio das metódicas e do género, uma obra singular e, até então, única. De facto, os métodos de prova ofereciam aos seus leitores um estudo que se distanciava dos trabalhos históricos habituais, particularmente através de uma surpreendente e generosa utilização de fontes, maioritariamente, não literárias. O humanista, aliás, tinha advertido logo no início do seu discurso que

> eu nom screverei salvo ho que achar por auctores dignos de fé, ou por scripturas de pedras ou o que nossos olhos inda podemos veer... [fl.7v.]

Parece ser, na verdade, esta metódica tríplice o vector responsável por orientar os desenvolvimentos conceptuais e o próprio estilo perseguido pela *História,* tratando de entrecruzar as autoridades literárias, os testemunhos epigráficos e os monumentos arqueológicos e topográficos que é como se julga poder traduzir-se essa noção *«o que os nossos olhos inda podemos veer»*... Não obstante esta declaração inicial, o trabalho resendiano não utiliza nem reúne equilibradamente os três veios de investigação alegados, antes se constata, sem dificuldade, ter a obra optado decididamente por privilegiar o tratamento e reprodução dessas *scripturas de pedras*... Manejando profusamente este tipo de monumentos, André de Resende não apenas critica e corrige algumas autoridades clássicas[34], como, sobretudo, consegue comprovar a esmagadora maioria dos eventos polémicos

[34] Assim acontece logo no primeiro capítulo quando, a propósito do *vero nome desta cijdade,* o humanista critica a lição de Ptolomeu com estas palavras: *«dos quaes letereiros depois falarei. Por ho qual nõ duvido que em Ptolomeu sta erro, ou da impressã, ou da memoria, que a esta cijdade de Lusitania chama Ebura, e a hũa villa de Andaluzia perto de Cadiz chama Ebora.»* [fls.6v.-7]. Todavia, um pouco mais à frente, Resende não deixa de procurar desculpar alguns dos erros que se poderiam encontrar em obras clássicas, alegando que *«quomo estes foorom Gregos e estrâgeiros: facilmente podeeron errar en ha semelhança e propinquidade dos nomes, tomando hũo por outro»*... [fl.6]

compilada no seu texto. Retenha-se mesmo que praticamente *toda* a decisiva *estratégia dos exemplos* se certifica e, até, ressalta de documentação epigráfica. Desde a abertura da *História* que se capta esta deliberada opção, concluindo, por isso, o nosso humanista no seu primeiro capítulo centrado na defesa da etimologia *Ebora* que

> assi sta em hũo letereiro antiguo en casa do capitão dos ginetes, e em tres que eu en minha casa tenho, e en outro na rua da sellaria, meio quebrado, e em hũa colũna per que se conptavam has milhas allem da Tourega per ha strada antigua que hia para Alcaçar. Dos quaes letereiros depois falarei. [fl.6]

Apresenta-se, assim, propositadamente significativo que, desde o primeiro tema enfrentado e resolvido pelo erudito humanista, se adiante tão fértil e oportuna colecção de provas epigráficas, reforçada ainda com aquela promessa *«dos quaes letereiros depois falarei»,* prefigurando uma visita íntima entre o desenvolvimento da narrativa e a prodigalidade desses monumentos. É o que acontece, de imediato, no capítulo seguinte sobre a *«muita antiguidade de Evora»,* lição que se encontra escorada num desses indiscutíveis «letereiros», permitindo esclarecer que

> posso mõstrar grande antiguidade, pois em tempo do grande Lusitano Viriato ia era. Ho que paresce por aquelle letereiro antigo que sta em sanct Beento de Pomares, que diz assi: L. SILO. SABINVS. bello contra Viriatum. in Ebor. prov. Lusit. agro. multitudine telor. confoss. ad. C. Plaut. praet. delatus humeris mil. H. Sep. e. pec. mea. m. f. I. in quo nemin, velim mecum, nec Serv. nec lib. infseri. Si Secus fiet. velim ossua quorum cun Q. sepulcr. meo erui. Si patria libere erit. [fls.7v.-8]

A seguir, já nem sequer surpreende que quase toda a narrativa do terceiro capítulo, acerca *«do tempo de Sertorio»,* se encontre estruturada em torno de outros testemunhos epigráficos, a começar pela instalação em Évora do «valeroso capitão», o qual, relembre-se,

> fez sua casa que inda hagora se chama de Sertorio, em ha qual tinha hûa molher sua domestica; e tres libertos que com elle stavan, segundo paresce per este elegante letreiro, que havera sex annos, se descobrio juncto das meesmas casas, que diz assi... [fl.9v.]

Um documento que não tem particular interesse reproduzir e que servia ainda, no sexto capítulo, para testemunhar a magnanimidade de Júlio César na consagração da liberdade municipal da Évora romana... Continuando a acompanhar o desenvolvimento da narrativa da *História* resendiana regista-se, de novo, como seria de esperar, uma estreita dependência do quarto tema - intitulado *«dos flamines e flaminicas»* - de duas provas epigráficas originais que esclareciam a posição religiosa dominante da cidade alentejana na Lusitânia latina, período em que

> hûa flaminica ou sacerdotissa teve nobilissima, ha qual non soomente era flaminica de Evora, mas tambeem de toda Lusitania. Ho epitaphio della sta inda hagora en casa do capitão dos ginetes, por pectoril de hûa ianella, e diz assi... [fl.17v.]

Um pouco mais à frente, este último documento comparece realçado por outro argumento epigáfico, agora de outra zona do país, concretamente,

> en Leiria sta hûa pedra que foi trazida da cijdade de Collippo: que hagora e destruida: onde paresce que ha dicta flaminica morreo... [fl.18v.]

Tratando de *«dous homeens naturaes de Evora»*, cuja memória contribuía para certificar a nobreza da sociedade eborense romana, todo o oitavo capítulo orbitava em torno de mais dois monumentos epigráficos que colaboram também para se perceber definitivamente a consideração elevada, quase íntima e familiar, que Resende nutria por esta documentação e pela sua investigação. Vale a pena, por isso, transcrever mais longamente este quadro:

> Houve en Evora cijdadãos notavees: a que ha cijdade pos memoria publica por assi ho têerem merescido. Non duvido que têeria outros muitos, mas has destruições dos edificios, e perda das scripturas: e barbaria dos tempos: me fazem que delles non saiba. De dous screverei, que inda en pedras duram. Ho primeiro seraa hûo de que falla haquele Cippo grande que eu en casa tenho, e diz assi... [fl.19]

Depois de minuciosa transcrição monumental, o erudito humanista resolve passar aos seus leitores, pouco habituados, certamente, à especificidade da leitura epigráfica, a tradução deste testemunho, situação que, aliás, se repetia em relação a todas as fontes epigráficas compiladas ao longo da sua *História.* O documento que jazia, então, na própria casa de Resende rezava o seguinte:

> A Lucio Voconio Paulo: filho de Lucio, da tribu Quirina, ho qual foi edil, e questor: e sex vezes hûo dos dous varões: e sacerdote de Roma, e dos deoses, e dos Augustos: e prefecto da cohorte primeira dos Lusitanos, e da cohorte primeira dos Vertones, e tribuno da terceira legiã Italica, Evora liberalidade Iulia pos esta statua aa custa publica, en ho foro: porquanto elle en Roma diante da ordeem amplissima: defendeo fiel e constantemente has causas e utilidades publicas, en hûa embaxada en que foi embaxador por esta sua republica, aa sua propria custa. [fls.19v.-20]

Trata-se de um testemunho monumental verdadeiramente singular e que se albergava oportunamente em casa do humanista, de onde saía, agora, para a sua obra, comprovando generosamente vários temas da sua investigação acerca da dignidade latina de Évora. Concorria mesmo para comprovar a liberalidade do César para com a «pátria» do humanista, veiculando ainda informações que pareciam permitir identificar nesse passado romano um período de pujança cultural e económica (é o que talvez se procure infundir nos leitores com essa ligação entre a edificação da estátua no *forum* da cidade e a subscrição pública que a permite...). Para alargar estas sugestões, Resende tem ainda o cuidado de apelar a novo documento epigráfico, incompleto,

que voltava a aludir a comemorações artísticas promovidas pela urbe para perpetuar a memória de um outro seu ilustre cidadão romano, assinalando a tradução do monumento que

> hos eborenses, per decreto dos decuriões, poserõ esta statua de marmore com ha base de erame a seu boom cijdadão Q.Cecilio Volusiano: filho de Quinto por has bõas obras que a este municipio fez. Ho qual foi prefecto da cohorte segunda de cijdadãos Romanos, e vencedor en desafio a que foi provocado: e en premio de sua velentia e merescimentos, foi dõado per ho imperador...de dous...e tres lanças puras, e...pendões, e hûa corõa civica, e quatro muraes e...obsidionaes e en esta sua republica teve subcessivamente todas as honras e officios. [fls.20-21]

Esta exacerbada utilização metódica da investigação epigráfica não ocorre apenas, como seria lícito pensar-se, no estudo do passado romano de Évora, servindo também para testemunhar a sua história cristã. De facto, logo no temário que abre esta área de estudo, o décimo capítulo, intitulado *«quomo Evora e mui antigo bispado»,* exibem-se renovados testemunhos epigráficos, decisivos, igualmente, para comprovar que,

> com todo, en este tempo nunqua Evora lexou de ser sede episcopal. En minha casa tenho dous letereiros de leteras ja barbaras e mal fectas: mas que eu muito estimo, por daren testimunho de nossa antigua christandade...[fl.24]

Apesar de o erudito eborense reproduzir ainda outro oportuno monumento epigráfico que colaborava na comprovação da dignidade religiosa e episcopal do passado da sua cidade, não deixava também, a um outro nível, dominado, talvez, pela sua formação humanista, de acusar o carácter «bárbaro» desses documentos, provavelmente, tanto pela corrupção do seu latim quanto pela sua letra «gótica»... Não se encerra neste temário a recolha de materiais epigráficos e, em continuação, quando Resende se detém na discussão da data precisa da

reconquista cristã de Lisboa, procurando defender a cronologia proposta pelo *Livro de Linhagens,* do Conde D.Pedro, criticando ainda a omissão desta investigação na recente *Crónica de D. Afonso Henriques,* de Duarte Galvão, trata, mais uma vez, de ressuscitar velhos «letreiros» que permitem corroborar essa datação que

> eu acho certo assi per ho cronista, quomo principalmente por duas pedras que na see de Lisbõa stã. Hûa mais antiga e de melhor letra que sta aa porta do sol da see, da parte de dentro que diz assi. (...) Ha outra sta aa mão directa da porta principal, no coberto, e diz o meesmo: salvo que acrescenta que foi dia dos sanctos martyres Crispino e Crispiano. [fl.33-34]

Cremos ser lícito, a partir deste último excerto, sublinhar que André de Resende nesta sua *História* sobrevaloriza propositadamente as provas epigráficas que prefere, inclusive, a outras fontes históricas documentais e memoriais (julga-se ser este o significado daquele rotundo *e principalmente por duas pedras...*), ideia que se parece ainda comprovar através da hierarquização documental seguida por esta última investigação concreta, notando-se que só depois da exibição destas referências epigráficas se resolve o humanista a chamar a atenção para

> hûo breve summario dos reis Godos hacte elRei dom Afonso Henriquez, en Latim, tal qual haquelles tempos usavam, e concerta com isto, nõ soomente no anno e dia do mes, mas inda diz que era hûa sexta feria, aa sexta hora do dia, havendo cinquo meses que elRei ha tinha cercada .s. desde Iunho hacte Octubro. [fl.34]

Atente-se, retirando as respectivas consequências: apesar da crónica manuscrita anónima em poder do humanista eborense veicular notícias mais precisas e completas sobre a reconquista afonsina de Lisboa, mesmo assim o humanista elegeu privilegiar e destacar as notícias mais concisas dos monumentos epigráficos. E de tal forma a sua

investigação trata de exornar este tipo de lições que, por fim, o capítulo terminal, intitulado precisamente *«conclusam do tractado»*, procura ainda filiar a comprovação memorial do engradecimento da urbe alentejana no reinado de D.Afonso IV na prodigalidade do depoimento de nova fonte epigráfica, escrevendo mesmo o erudito humanista que

> quero acabar este tractado com hûa memoria que sta na see, en ho steo de fronte da capella da cruz, que tambêe faz a este proposito, para se saber quanto ha cijdade se tinha ennoblescido en povoaçam, pois quando elRei dom Afonso ho quarto foi aa batalha do salado, ho pode Evora servir com cent cavalleiros e mil homêes de pee. Ho letereiro da memoria diz assi: Era de MCCCLXXVIII annos Rei Abenarim senhor da alem mar, confiando de si, e do seu grande haver, e poder, passou a aquem do mar, com Iorra filha do rei de Tuniz, para perseguir e destruir hos Christãos. Cercou Tarifa, e ho seu poder era tanto, que se non pode somar conto do poder e pois Rei dom Afonso de Castella viu que non pode ser certo, houve receo, e per si veo a Portugal demandar ajuda a ho quarto Afonso Rei de Portugal seu sogro. A el prougue muito de lha fazer com seu corpo, e com seu poder. Logo sem tardança comepçou ho caminho pera ha fronteira, e mandou que hos seus se fossen empos el. De Evora levou cent cavalleiros e mil peõs. Gonçallo Steveez Carvoeiro foi por Alferiz. Lidaron com hos Mouros, e Rei de Portugal entendeu en Rei de Grãada, e Rei de Castella en rei Abenamarin. Et mercee foi de deus que nunqua mouro tornou rostro. Et morreron delles tantos, a que non podeeron dar conta. Rei Abenamarin acharon grande haver, en ouro e en pratta, e houve ho Rei de Castella. Mattaron ij ha Forra, e muitas ricas mouras, e outras mouras muitas, e meninos enfijndos, captivaron hûo filho de Abenamarin, e hûo seu sobrinho, e hûa sua nepta. Deus seja para todo sempre bêeto por tanta mercee, quanta fez hos Xpãos. Amen. [fls.45v.-46v.]

Deste modo, com esta longa e arranjada transcrição de um monumento epigráfico recuperado na Sé de Évora, termina André de Resende a sua *História da Antiguidade da cidade de Évora*... Não se deve tratar de um encerramento circunstancial, antes se julga exibir esta conclusão

significados emblemáticos e normativos que concorriam para relevar a generosa importância da investigação epigráfica, denunciando ainda, definitivamente, a dívida profunda que, em matéria de conteúdos, como também de formato, o pequeno texto resendiano tinha para com esses discursos e inscrições das «pedras»... Julgamos até ser precisamente esta exorbitada utilização recorrente destas provas e documentos um dos veios que mais poderá contribuir para nos aproximarmos da fixação e interpretação do género e formato seguidos pela obra de Resende, compreendendo melhor a sua organização, estrutura e, inclusive, principais temários.

Se concedermos, novamente, a palavra ao nosso humanista não deixaremos de notar o seu interesse em acautelar, junto dos seus potenciais leitores, *pari passu*, sequencialmente, a originalidade do género disciplinar eleito pelo seu texto. Assim, logo no prólogo dirigido às autoridades municipais eborenses, Resende assinala que a melhor forma de atender à encomenda da «cidade» passava por esclarecer que

> E tã antiguo costume estimar has memorias antiguas, que quasi per hûo consentimento en todas has idades houve esta opiniã, têerem se muitas cousas en preço non por ha bondade de ellas, mas por antiguidade... [fl.3v.]

Este apelo universal à investigação e fixação da *antiguidade* era, no entanto,

> muitas vezes tanto seen razão, que foi tempo en que se estimavan mais hos rudes e desconcertados versos de Ennio, que ha delicada e limada musa de Virgilio, e non por mais, que por haquelle ja ser antiguo, e este entam moderno. [fl.3v.]

Retire-se, assim, destas ideias que o erudito humanista se encontrava disponível para averiguar a antiguidade da sua cidade, mas não desejava realizar este estudo vinculando-se apenas a um indistinto culto

pelo passado, preferindo mesmo seguir um labor intelectual diverso. A opção confirma-se e explicita-se imediatamente a seguir, começando o texto por reconhecer que

> Et çerto que la teem ha antiguidade hûa sua graça e maiestade, per que de todos se faz têer en reverencia. Donde vêe que hos povoos tanto se hãa por de maior dignidade, quanto se poden mõstrar por de mais longa antiguidade. Ho que foi causa que muitos quando com verdade non podiam, per outra via procurassem de se mõstrar mais antiguos. Quomo hos AEgyptos, de que Diodoro screve que per tam fingidas e fabulosas razões se quiseron fazer hos primeiros homêes que no mundo fooron gêerados, comptando tantos milhares de anos, e tantas cijdades antiquissimas entre si. Hora demos e permittamus isto aa vulgar opiniam, quer seja erro, quer ho non seja, nem reprendamos ho que todas has nações acculta e abertamente procuran, a que non faltam auctoridades da sagrada scriptura, per que mõstrem que ha antiguidade das cijdades deve ser prezada. [fls.4-4v.]

Como se depreende desta última declaração, começando a prefigurar um programa literário original, André de Resende reitera o seu interesse em estudar a antiguidade, mas pretende fazé-lo evitando qualquer tipo de fabulações e falsificações, apropriadas talvez para alimentar a *vulgar opiniam*... A investigação das antiguidades e, em particular, da antiguidade das cidades era um tema sério que comparecia mesmo com elevação e dignidade nas próprias Sagradas Escrituras. *«Vos me pedistes que vos quisesse communicar ho que do antiguo de esta cijdade Evora nossa, e darvollo per scripto»* [fl.4v.], pelo que o atendimento desta encomenda original apelava para uma obra também inédita, capaz de combinar a inventariação das antiguidades com a geração de um discurso literário capaz de dignificar e validar, com erudição e verdade, esse labor. Resende insiste, de facto, neste tema recorrente das *antiguidades,* chegando mesmo, na sua dedicatória ao príncipe D. João, a oferecer-lhe o livro referindo *«este gosto que sei que ha de têer, da antiguidade da sua patria»*... Por fim,

relevando definitivamente a especificidade da sua narrativa, o humanista eborense conclui a sua obra discriminando que

> hacte aqui me paresce que basta screver has antiguidades desta cijdade. Bem sei que haa outras cousas dignas de saberem. Mas epsas, ou stan en has cronicas dos Reis, ou en hos privilegios e foral da cijdade, por ipso me non quis entremetter a comptallas. Por hagora tenho comprido com ho que me pedistes...[fls.45-45v.]

Consciente do dever cumprido, mas através de um discurso distinto das narrativas históricas, Resende não julga sequer lícito «intrometer-se» noutras áreas de investigação do passado, pelo que prefere não combinar, assim, temas, géneros e discursos diferentes. Valoriza trilhar um caminho outro, independente, nomeadamente, das «crónicas dos reis», independente até das normas e das formas desenvolvidas pela historiografia humanista. De facto, cotejando o texto resendiano com os modelos que o humanismo renascentista foi especializando mesmo para a redacção de histórias municipais não se registam grandes pontos de contacto, mas divergências, distanciamento[35]. Na verdade, ao darmos a palavra univocamente a André de Resende e à sua obra apenas podemos concluir que o humanista procurou com o seu livro escrever, precisamente, umas *antiguidades*... O seu labor encontrava-se, assim, exclusivamente comprometido com o esclarecimento e redacção das *antiguidades* de Évora.

Ao longo da centúria de Quinhentos, todos aqueles que, pelo menos, possuíam uma cultura académica e literária razoáveis, e que

[35] Na verdade, a *História da Antiguidade da cidade de Évora* não reproduzia o modelo liviano-bruniano adoptado, geralmente, nas narrativas históricas acerca de uma única comunidade política, paradigma que guiaria as principais histórias municipais influenciadas pela historiografia humanista. Não seguia também esse modelo inspirado em César e que servia, geralmente, para historiar um evento singular ou uma série de acontecimentos e que se reconhecia sob a designação de *comentários*.. Muito menos abraçava esses modelos utilizados para a descrição de situações contemporâneas e que se podiam designar, na época, como histórias *ipsius temporis*. (COCHRANE, Eric - *ob.cit.*, p.XVI)

frequentavam com alguma regularidade o mundo, cada vez mais impresso, dos livros e das letras, sabiam que o estudo das *antiguidades* (ou, simplesmente, *antiquitates*) tinha passado a designar uma disciplina intelectual marcada por ampla autonomia que se dedicava à investigação de todos os vestígios do mundo antigo e que era mesmo responsável pelo aparecimento de uma enorme quantidade de títulos multiplicados pelos prelos do século XVI[36]. Os autores destes estudos, reconhecidos por *antiquários* (ou, também, *antiquari*), cultivavam mesmo um género literário que, como a biografia ou a história eclesiástica, se mantinha fundamentalmente distinto da história, dos seus modelos e, inclusive, dos seus interesses. De facto, os antiquários edificavam as suas obras em bases distintas das adoptadas pelos historiadores, começando pelos repertórios heurísticos que estudavam materiais ignorados ou desprezados pelos historiadores, como moedas, achados arqueológicos, monumentos, estudos topográficos e, principalmente, documentos epigráficos. Estes ressaltavam de um continuado interesse pelas inscrições antigas que remonta, no princípio do século XV, a homens como Ciriaco d'Ancona (um contemporâneo de Leonardo Bruni) cujo labor se desenvolveria, depois, com a actividade de Felice Feliciano (1433-1479), preparando o caminho que haveria de conduzir às primeiras edições das grandes colecções de inscrições, de que um dos exemplos maiores parece ter sido as *Epigramata Antiquae Urbis* (Roma, 1521), de Mariangelo Accuri e Jacopo Mazzochi.[37] O desenvolvimento e multiplicação dos estudos de *antiguidades,* mais sentidamente, a partir da segunda metade de Quinhentos, revelou-se um sucesso que atingiu praticamente todo o mundo cultivado europeu e, em muitos casos, viria mesmo a ultrapassar o interesse que a historiografia humanista havia continuadamente despertado a partir da obra de Leonardo Bruni. Esta

[36] Cf. COCHRANE, Eric - *ob. cit.,* p. 423 e, principalmente, WEISS, Robert - *Gli studi antiquari in Italia,* in «Rinascimento», 9 (1958), nº 2, pp.141-201.

[37] WEISS, Robert - *ob. cit.,* pp. 162-176.

situação afigura-se ter ficado a dever, entre outras sugestões, ao facto de as *antiguidades,* conquanto não deixassem de colaborar em algumas das curiosidades da história, haverem alargado tão generosamente os seus interesses temáticos que se tornariam, rapidamente, uma área de confluência de intelectuais e profissinais oriundos de vários quadrantes e marcados por formações e interesses culturais diversos. Muitos antiquários eram estimulados a escrever as suas obras motivados, quase exclusivamente, pelas suas fontes de estudo; outros eram impulsionados pela moda crescente do coleccionismo; alguns mobilizavam-se em torno da nova disciplina para procurar esclarecer textos e monumentos escritos; outros ainda encontravam nas *antiguidades* as bases com que edificavam a glória e a dignidade das suas terras natais... Reuniam-se, assim, intelectuais e curiosos que, em muitos casos, faziam parte de categorias sócio-profissionais diferentes das que partilhavam os historiadores e que começaram ainda a trabalhar apoiados em modelos antigos específicos. Impossibilitados de recorrer à *imitatio* da produção antiquária helenística e romana, conhecida apenas por vagas referências tardias, desconhecendo também o paradigma sugerido por S. Agostinho - as *Antiquitates,* de Varrão, obra de que restavam humildes fragmentos -, os antiquários dirigiram a sua atenção para alguns textos clássicos que acabariam por influenciar o estilo e o formato dos seus estudos: o *De Lingua Latina,* do mesmo Varrão, a que juntavam trabalhos de Aulus Gellius, Estrabão e, entre outros, Diodorus Siculus[38]. Aliás, era precisamente com este último autor que André de Resende começava a definir, recorde-se, os princípios mais impressivos que pretendia seguir a sua investigação das *antiguidades* eborenses *(«ho que foi causa que muitos quando com verdade non podiam, per outra via procurassem de se môstrar mais antiguos. Quomo hos Aegyptos, de que Diodoro screve que per tam fingidas e fabulosas razões se quiseron fazer hos*

[38] COCHRANE, Eric - *ob. cit.,* p.438

primeiros homêes que no mundo fooron gêerados»...). De facto, era seguindo com competência e conhecimento os travejamentos centrais em que assentavam os estudos das *antiguidades* que o mestre humanista havia logrado construir o seu livro, a primeira obra impressa promovendo a nova disciplina nos espaços cultos peninsulares. Esforço inovador que acabaria, porém, por enfrentar alguns riscos sérios...

Uma leitura atenta da *História* permite relevar que alguns pequenos temas se casavam mal ou se divorciavam mesmo dos métodos e das conceptualizações especializados pelas *antiguidades*. Referimo-nos, essencialmente, aos longos capítulos doze a catorze, dedicados à inventariação do passado cristão da cidade transtagana, os quais, apesar da presença pertinente de duas pródigas inscrições monumentais epigráficas, privilegiavam, contudo, um estilo cronístico, assumidamente histórico. Resende enfrentava mesmo nestas matérias temários que não integravam habitualmente o património das *antiguidades* e, apesar do seu esforço também antiquário, esta zona do texto afigura-se ter mais a ver com os princípios da *história eclesiástica* ou com a tipologia dos factos transmitida pela *tradição cronística medieval* do que com as qualidades e características do género disciplinar que o humanista introduzira na cultura portuguesa da sua época... De qualquer modo, mesmo estes assuntos acabavam por se organizar, não nos conteúdos, mas no formato, seguindo a estrutura dos estudos de *antiguidades*. Repare-se que, genericamente, André de Resende abandonou quaisquer outras preocupações para com a unidade do seu objecto que não fossem as que se definiam, ainda que vagamente, em torno da noção mesmo de *antiguidades,* expressando-se através dos exemplos que, mais eloquentemente, fundavam a nobreza e dignidade da urbe alentejana. Concretizando, todo o livro divulga os seus estudos através de capítulos tópicos, marcados, significativamente, pela quase total omissão do ordenamento cronológico, tão imprescindível nas narrativas históricas, processo que apenas se altera, naturalmente, na discussão do tema da reconquista

afonsina de Évora e Lisboa. Repare-se que não só desapareceram do texto as preocupações de cariz cronológico, como também se resumem vastos períodos históricos a um único momento no «tempo», como se afigura ser o caso, nomeadamente, dos cerca de sete séculos de ocupação romana da península que se apresentam tratados sem quaisquer referências temporais, debaixo de uma única inspiração, na verdade, *num só momento*. Despido da dimensão cronológica, o pequeno volume resendiano encontrava-se, naturalmente, impedido de trilhar uma organização narrativa factual-temporal, como ocorria nos discursos históricos, estruturando-se de forma diversa, mas relativamente homogénea e simples: depois de se adiantarem alguns breves tópicos introdutórios da lição de cada capítulo, o espaço geralmente reservado pela historiografia, particularmente, humanista para a redacção das orações passava, neste modelo, a divulgar transcrições e traduções de monumentos epigráficos, os documentos que mais marcavam os conteúdos da obra. Assim, o formato do discurso transformava-se quase inteiramente numa simples questão de exiguidade ou grandeza decorrendo directamente da prodigalidade das provas epigráficas e, mais escassamente, de outra documentação antiquária. O nosso humanista mais do que escrever deixa-se, propositadamente, conduzir pelo que já estava, afinal, inscrito, tratando apenas de dilucidar com competência específica essas inscrições antigas, depois ainda divulgadas mais amplamente através das respectivas traduções... Parece poder reter-se que as *antiguidades* eborenses estampadas em 1553 formavam um texto breve e rápido porque o erudito humanista havia esgotado completamente nas pequenas dimensões da obra a totalidade dos materiais antiquários que havia reunido... E, no entanto, é com, pelo menos, uma certa estranheza que a nossa curiosidade antiquária regista uma indesculpável omissão nesta colecção de fontes antigas: não se encontra no estudo do nosso humanista uma única referência que seja a esse monumento romano que ainda hoje é o mais conhecido *ex-libris*

da cidade alentejana, o templo chamado de Diana... Ao acompanharmos o desenvolvimento do livro resendiano fomos também percebendo que este era um discurso quase exclusivamente vinculado à inventariação das principais *antiguidades* que dignificavam e promoviam a cidade de Évora, pelo que, convenhamos, não seria particularmente dignificante escrever acerca de um edifício clássico que se encontrava agora transformado no mais concorrido açougue da urbe...[39]

Não obstante a sua concisão, a *História da antiguidade da cidade de Évora* servia de forma eloquente o objectivo de divulgar as principais características e potencialidades da nova disciplina, exibindo algumas pistas que nos possibilitam compreender melhor porque é que as *antiguidades,* durante o Renascimento, conseguiram congregar interesses, profissionais e intelectuais, numerosos e variados. Partindo do texto resendiano, releva-se, de imediato, uma enorme liberdade no estilo e na forma, não se registando, assim, preocupações excessivas em torno da organização narrativa e conceptual, da estruturação dos eventos e da sua caracterização cronológica - processos tão decisivos no discurso histórico -, ao mesmo tempo que não se enfatiza a qualidade literária e retórica, nomeadamente as normativas ciceronianas que a historiografia humanista epocal pretendia impor a todas as suas produções e publicações... Verdadeiramente mais «livres», menos coagidas pelos géneros literários clássicos, não admira que as *antiguidades* tivessem angariado adesões em níveis sociais e culturais compósitos, recrutando membros que eram, por exemplo,

[39] Na verdade, esse templo romano, celebrizado pela dedicação, sem grandes fundamentos, a *Diana,* havia sido transformado, no reinado de D.Afonso IV nos açougues centrais da cidade, tendo o edifício original registado amplas transformações, sendo, então totalmente emparedado e ameiado com merlões góticos. Devemos até interrogar-nos se, de facto, André de Resende conhecia cabalmente o passado latino deste monumento, atendendo a que não colhe na sua bibliografia qualquer atenção. Consulte-se, para informações mais detalhadas, ESPANCA, Túlio - *O aqueduto da água da prata,* Évora, 1944, p. 10 e, do mesmo autor, *Évora. Arte e História,* Évora, 1980, pp.14-15.

religiosos, médicos, cosmógrafos..., passando ainda pelos profissionais do direito, um sector tão longamente hostilizado pelo humanismo[40].

André de Resende era na altura da primeira saída dos prelos da sua pequena obra um humanista afamado, de projecção nacional e, provavelmente, peninsular. Surpreende, por isso, que o seu discurso, exceptuando os breves acenos à verdade, mas escorados em Diodorus Siculus, não esboce o mínimo esforço para adaptar os mais agitados postulados do humanismo renascentista, em que se integrava a sua formação cultural, à investigação e redacção das *antiguidades.* Analisando mais de perto esta ideia, divisa-se com facilidade que o género e discurso próprios das obras de *antiguidades* não apenas sobressai incólume da intervenção de Resende, mas, principalmente, chega mesmo a robustecer a sua especificidade e autonomia ao conseguir investigar temários tão, aparentemente, distanciados conceptualmente, como o passado romano e o passado cristão, cuja investigação não se combinava com proximidade causal nos trabalhos vinculados à historiografia humanista. Neste último caso, e apesar das disfunções anteriormente aludidas, o erudito eborense encontrava-se a realizar um esforço, em grande parte original, que não deixaria de contribuir para alargar a funcionalidade e pluralidade dos estudos antiquários... Fortalecidas, assim, com estas capacidades variadas, atraindo ainda, ao longo do século XVI, o interesse e curiosidade de novos públicos, as *antiguidades* trataram ainda de começar a evidenciar as suas clivagens teóricas em relação à história: esta, como esclarecia Paolo Manuzio, herdeiro do célebre editor veneziano, preocupava-se com o tempo, as antiguidades com o espaço...[41] Quanto

[40] Recorde-se, apenas para ilustrar estes exemplos, que um dos mais relevantes manuais de *antiguidades,* editado no século XVI, resultava do trabalho de um bem conhecido cosmógrafo: APIANUS, Peter - *Inscriptiones sacrossanctae vestustatis,* Ingolstadii, 1534. Sobre o tema da hostilidade entre humanistas e juristas remete-se, novamente, para a notável investigação de FERNÁNDEZ, Luis Gil - *Panorama social del humanismo español (1500-1800),* Madrid, 1981, pp.231 e ss.

[41] Citado em COCHRANE, Eric - *ob.cit.,* p.440.

ao texto de André de Resende, o espaço parece significar exclusivamente a dignidade de Évora, a cidade natal, a pátria do nosso humanista... Ou haverá ainda outros significados que escapam à nossa observação com mais de quatro séculos de sedimentação de outras tantas curiosidades?

III. O contexto: símbolos, funções e actualidade

O público culto português de Quinhentos que leu ou teve oportunidade de discutir o livro resendiano atribuíria, certamente, este sentido imediato aos seus principais temários: tratava-se de um rasgado elogio da sua cidade, concretizado originalmente através da narração e da transcrição dos mais sublimes exemplos do seu passado latino e cristão. O elogio transformar-se-ia, naturalmente, em orgulho para os leitores eborenses, esperando-se que suscitasse a admiração dos restantes...

Se a impressão da *História da antiguidade da cidade de Évora* pretendia, de facto, divulgar a uma escala mais ampla, nacional, junto de um público culto e cortesão, a «nobreza» da sua cidade, alimentando o orgulho e excitando a admiração, parece lícito supor que André de Resende esperava com a estampagem da sua obra contribuir para elevar a importância da sua urbe, no seio do geografia urbana também concorrencial do Portugal do seu tempo. Na verdade, não parece possível deixar de ligar a rasgada exornação do passado de Évora, alteada, ademais, pela intervenção de uma figura intelectualmente tão prestigiada e solicitada como o nosso humanista, com os processos cada vez mais intensos de competição entre as grandes cidades do reino, numa altura em que as ambições urbanas se expressavam, nomeadamente, pela qualidade dos direitos e pela quantidade de privilégios ou, mais «simplesmente», pelo *banco* que os

seus representantes ocupavam em Cortes... Entre 1531 e 1536, os mais altos dignitários municipais e a alta nobreza local parece terem procurado intensamente alterar e engrandecer a posição que Évora ocupava no espaço do reino. Cuida-se, precisamente, de datas que coincidem com a longa permanência de D.João III e da corte na metrópole alentejana, começando, então, a tomar forma um movimento de contornos pouco definidos, actualmente pouco reconhecido e menos estudado, que reivindicava a transformação da cidade em cabeça do reino, em centro político do país.

Possuímos poucas informações sobre esta corrente de opinião, mas é ainda possível, a partir de alguns testemunhos dispersos, aproximarmo-nos de alguns dos matizes mais interessantes de um movimento que talvez tenha apostado em alicerçar a ambição social e política mais imediata com um programa ideológico mais profundo. Do conjunto de dinamismos, ideários e ambições que se foi formando na sociedade de corte durante a sua instalação em Évora, assinalem-se apenas duas posições que se procuravam relacionar com a própria situação da cidade. Em 1535, um ano antes de D.João III abandonar a urbe, Garcia de Resende, em representação dirigida às mais importantes dignidades eborenses, exortava-as a interceder junto do monarca para que a metrópole transtagana passasse a beneficiar dos mesmos privilégios concedidos a Lisboa, ao mesmo tempo que reivindicava o interesse da cidade em albergar os Estudos Gerais[42].

[42] Uma carta de Garcia de Resende, integrada no processo de preparação das cortes de Évora de 1535, explicitava junto da Câmara da cidade as ideias e reivindicações assinaladas: *«eu estou tam mall sentido, que nam poso hyr a chamado de vosas merçes, o que muyto folgara de fazer; e por yso pedy por merçe ao Sõr Andre Boto que fose dar esta escusa por my. E lhe dyse que lenbrase a vosas merces, que, o que me pareçe que deviam de requerer pera serem nestas Cortes, eram os Senhores Craveyro e Francisco de Myranda, que por suas nobrezas de sangue, vertudes e bom saber o faram muyto bem. E que devem de requerer a elRey, noso Sõr, que polos muytos mereçimentos desta cidade, como eu compridamente mostrarey; e polo Princepe, noso Sõr, e os Senhores Ifantes dela serem naturaes, que o Princepe, noso Sõr, aqui foy conçebydo (...) que sua Alteza faça merce a esta çidade de todolos prevelejios, que tem e tever a cidade de Lixboa. E que faça nela em cada hũ ano hũa feira franca, pera se tornar a*

Ainda três anos mais tarde, em 1538, mesmo depois da corte joanina ter abandonado a cidade, Francisco de Miranda, um dos seus procuradores, continuava a bater-se junto do monarca, claramente, pela mudança definitiva da corte para Évora, propondo a sua erecção em «capital» do reino[43]. É mesmo possível encontrar no compilador do *Cancioneiro Geral* um dos porta-vozes mais activos deste movimento que parece ter sido suportado pelos poderes municipais e pelos estamentos sociais superiores da sociedade eborense da época, isto a acreditarmos nas ideias que se expressavam noutra sua epístola, a qual, escrita ainda no calor da estada da corte em Évora, aprofundava o programa reivindicativo que estamos a tentar reconstruir e acompanhar. Dirigindo-se, apesar do intermediário, claramente ao monarca, a missiva assinalava que

> cá estão os excelentes príncipes e muito altos infantes. Cá tendes o senhor duque e muitos outros senhores. Aqui está a real corte. Aqui tendes touros, canas saraus e nobres damas. Se quiserdes passear, tendes terreiro e rocio e também hortas como lá, e ruas largas e bem

restaurar de quã perdida estaa. E asy que pase aquy os Estudos Jeraes, pera a çidade se povoar; e isto, Senhores, me pareçe neçessario, cõ o mais que a vosas merces parecer bem; e beijo as mãos a vosas merces. Garcia de Reesende». Esta carta encontra-se em BPADE - *Arquivo da Câmara de Évora,* Livro 9 de Originais, fl.551 e foi publicada em FREIRE, Anselmo Braamcamp - *Em volta de uma carta de Garcia de Resende,* in «Arquivo Histórico Português», III (1905), nºs 1-2, p.46

[43] A carta que nos chegou de Francisco de Miranda que comprova estes ideários desenvolve mesmo uma estratégia argumentativa que se escora numa evidente dicotomia entre Évora e Lisboa, esta radicalmente associada à maldade, enquanto Évora era exageradamente exibida como uma espécie de terra prometida: *«dou novas a V.A. da vosa cydade a quall esta de maneira que quem na vyr numca seja dela hyra peço a Deus noso senhor que me de vida ate ver Vosa A. e dahi pera diante seja ho que ele quijer a Rainha nosa Senhora não sei se he ja convertida a nosa fe dEvora que me dizem qua que vay ja conhecemdo a malldade dese lugar e a nosa verdade porque mui contente deve ser Rainha dEvora sem outra cousa nenhûa beijo as mãos de V.A. a que peço que por sua vida e saude e de vosos filhos e casa se tire dahy e se venha pera esta terra da promissam dEvora aos xxbj dabrill de b^{c}xxxbiij anos. Francisco de Miráda».* O original desta carta guarda-se no ANTT - *Corpo Cronológico,* Parte I, maço 61, nº51 e encontra-se publicada no estudo anteriormente referido de FREIRE, Anselmo Braamcamp - *ob.cit.,* p.60.

> chãs, cidade bem assombrada com solenes mosteiros. Se sairdes fora, aqui estão os verdes campos cheios de todallas caças e, se pescar, pescarias, e se desejardes jogar, jogo achareis que farte e banquetes mui sobejos...[44]

Trata-se nestas palavras de ideários que realçam com nitidez o tema de uma sociedade de corte que se movia num ambiente nobiliário e aristocrático, mas vinculado a um espaço urbano em que o poder monárquico se poderia também esvair perante a atracção de uma vida senhorial, veios que serviam para opor, quase dicotonomicamente, uma Évora áulica a uma Lisboa cosmopolita e mercantil, com a vantagem acrescida de na cidade alentejana existir tudo (existe sempre naquelas linhas desse outro Resende um alternativa para o se...) menos, provavelmente, os problemas que a sociologia lisboeta impunha ao monarca... Afigura-se, assim, haver este movimento, sediado na cidade alentejana e procurando reivindicar a presença definitiva da corte e do rei, uma raiz claramente nobiliária, expressando interesses ligados a uma cidade dominada pela principal nobreza do reino, a qual poderá ter mesmo estado na base deste programa que, caso se concretizasse, não deixaria de alterar profundamente os ordenamentos sociais e políticos coetâneos... Não sendo, porém, possível reconstruir rigorosamente todas as componentes e características destas movimentações, talvez seja preferível voltar a chamar a *História da antiguidade da cidade de Évora,* tratando agora de a interrogar, suspeitosamente, acerca destas reivindicações, até porque nenhum outro texto impresso prestava serviços tão decisivos na comprovação da dignidade e nobreza exemplares, quase ímpares, da metrópole alentejana.

O mestre humanista havia regressado a Portugal em 1534, precisamente na altura em que morre a sua mãe[45], participando ainda

[44] Estes excertos da carta de Garcia de Resende a Francisco Castelo Branco, camareiro-mor e um dos colaboradores mais íntimos de D. João III, encontram-se publicados em SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal,* Lisboa, 1978, III, p.226.

[45] FERREIRA, Francisco Leitão - *ob.cit.,* p.415.

nos derradeiros momentos da estada da sociedade de corte joanina na sua cidade. Teria, assim, tido ensejo de acompanhar de perto as reivindicações que se intensificavam nesse período tentando transformar Évora na cabeça do reino. Não lhe reconhecemos, então, nenhuma posição: será o seu texto, cuja versão manuscrita terá concluído entre 1540 e 1547, uma intervenção, devidamente amadurecida e fundamentada, em todo este tema que comprometia, afinal, a situação da sua própria «pátria»? De facto, a sua investigação das *antiguidades* de Évora parece representar também um esforço para definir e precisar a posição que a cidade alentejana cumpria na geografia do reino. Na lição que o humanista dedica ao tema da reconquista cristã de Lisboa (capítulo estranho, como se sublinhou, num discurso dedicado às *antiguidades* de Évora) configura-se, sem equívocos, o papel primacial que essa cidade ocupava no país - *«isto quanto a Lisbõa, que por ser a mais noble cijdade de Hispania, non desagradaraa a hos lectores meter este pedaço haqui»*. [fl.91] Atente-se que o «recado» parece óbvio, mesmo num texto que havia sido encomendado por essas mesmas autoridades e grupos sociais que, alguns anos atrás, se julga terem dado corpo a esse combate pela primazia de Évora: a capital, a cabeça do reino, Lisboa é a *«mais noble cijdade de Hispania»* e seria, talvez, obrigação de qualquer leitor culto, mesmo os da cidade transtagana, reconhecer a sua posição primacial, como, aliás, havia acontecido com o impacto central e decisivo da sua reconquista e, inclusive, anteriormente, com a sua situação superior face ao direito romano. Finalmente, o livro impresso de Resende acabava por esclarecer qual a posição rigorosa com que Évora comparecia na geografia social e política do reino, discernimento que se podia recolher na *Fala* à princesa D.Joana que o humanista achara conveniente anexar às suas *antiguidades,* texto em que

> reduzindo me a ho que brevissima e summariamente non consente a razam que lexe de dizer, Princepsa serenissima, esta vossa cijdade, en outro tempo casa e allogiamento do valeroso e muito nomeado Sertorio, e en este nosso frequente morada e habitaçã dos Reis e Principes nossos Senhores: cijdade en sua origeem e fundaçam antiquissima, en ha fee catholica e religiam christãa entre todas has de Hispania ou mais antigua, ou tanto quanto ha que mais, en nobleza de estes regnos ha segunda, e en lealdade, amor e serviço da real corõa delles sen duvida ha primeira... [fls.47v.-48]

Este discurso de boas-vindas foi pronunciado por André de Resende em 28 de Novembro de 1552, no ano em que se realizaria o casamento da princesa com o herdeiro da coroa portuguesa, o príncipe D.João. Quando D. Joana entrou na cidade de Évora foi recebida pelas principais autoridades e nobreza locais, escutando, a seguir, o discurso do nosso humanista[46]... Nesta oração Resende não deixava de recordar os dois veios que, desde o passado, pautavam a dignidade da cidade: o seu «valeroso» passado latino e a sua adesão à fé cristã nos começos da Igreja apostólica primitiva - os dois temas que, no ano seguinte, seriam, afinal, estudados pela sua obra impressa. Existem, porém, alguns acenos com os quais o humanista intenta actualizar aquele passado dignificante, como parece exemplificar-se através da estreita associação entre a eleição de Évora por Sertório e a sua escolha frequente para largas estadas dos monarcas portugueses. No entanto, a partir destas conexões o discurso público resendiano não conclui que Évora deveria ser a primeira, antes esclarece que era a segunda. Primeira apenas, como todas as outras, nessa retórica reafirmação de *lealdade, amor e serviço* ao monarca... Perante esta peremptória afirmação da posição segunda de Évora, não se afigura possível poder integrar a *História da antiguidade de Évora* nesse movimento de opinião que tentou, sem o conseguir, transferir o centro da vida social e política do reino para a metrópole alentejana.

[46] D. Joana entrou *«pela porta davis e Dom Dioguo de castro Capitão da cidade levou pella redea o quartao em que vinha...»* (BPADE - *Cod. CIII / 2-22,* fl.33v.)

O pequeno volume impresso em 1553 possuía, porém, outros sentidos. Para nos aproximarmos da sua investigação é necessário começar por compreender alguns dos símbolos mais activos que marcavam o trabalho antiquário do erudito humanista... Recorde-se que toda a estratégia exemplar em torno da qual adejava o texto se resumia a uma sucessão, quase sequencial, de paradigmas individuais: Sertório, S. Manços, o mártir Vicente, D.Afonso Henriques, D.Afonso IV... Qual deste paradigmas estava verdadeiramente imbuído de actualidade epocal? Qual era o que transmitia lições exemplares mais actuais? Dir-se-ia que, provavelmente, todos..., mas talvez com diferentes finalidades: enquanto S. Manços poderia constituir um paradigma religioso e moral, representando a evangelização primitiva e legando-a à Igreja quinhentista, já os casos de Sertório ou de D.Afonso Henriques encontravam-se mais estreitamente ligados à personalidade da cidade, o primeiro como expoente do seu apogeu clássico e o segundo dirigindo a sua reconquista e refundação depois das «barbáries» visigótica e muçulmana... O «herói romano» e o primeiro monarca comparecem, assim, no texto das *antiguidades* eborenses como paradigmas do poder e da sua acção na elevação e engrandecimento da cidade - tratava-se, portanto, dos verdadeiros exemplos a seguir na actualidade? Símbolos do poder que se queria agora também reactualizar e ajudar a legitimar com as lições do passado?

Estranhamente, aquele que, nesta época, melhor representava precisamente o poder inaugurado com o primeiro Afonso, o monarca reinante, constituía uma figura praticamente ausente do pequeno livro do humanista. No entanto, D.João III só aparentemente desertou das narrativas do texto, porque uma leitura mais minuciosa permite enxergar três vezes o rei, percebendo-se mesmo que, pelo menos em dois quadros que importa reproduzir, a sua presença está eivada de simbolismo pertinente cuja compreensão não escaparia, de certo, aos leitores da *História.* Assim, D.João III começava por ser textualmente

referido no terceiro capítulo *(Do tempo de Sertorio),* quando ao registar o apogeu clássico da urbe Resende assinalava, relembre-se, que

> mandou Sertorio cercar ha cijdade de cantaria lavrada, quomo se inda em muitas partes mõstra, per onde e ha cerca velha, e assi fez trazer ha agua da Pratta a ho portico em ho mais alto da cijdade, donde se repartira per has regiões della: quomo eu declarei en hûa apologia ou resposta contra ho bispo de Viseu screvi: que extorvava a elRei nosso senhor tornar a trazer ha dicta agua: dizendo lhe que nem ha agua ca viera jamais, nem podia vijr nem Sertorio aqui stevera: nem ha obra era romana: contra ho que eu a sua alteza tinha persuadido. Tambem falei dipso en dous livros dos aqueductos que a el Rei per seu mandado screvi e por tanto hagora nõ e necessario tornallo repetir... [fls.10v.-11]

A seguir, o monarca comparecia de novo na obra do humanista no capítulo quinze *(Quomo Evora tornou a ser Bispado, e quem foi ho primeiro Bispo),* lição que começava por recordar, como se se explicou atrás, que *«procurou logo elRei dom Afonso Henriquez que ha cijdade foosse tornada a sua dignidade episcopal, e assi ho pos per obra»,* concluindo-se este temário, um pouco mais à frente, com esta tão significativa quanto sentida declaração:

> Prosegiron hos bispos dij en diante, hacte ho anno de nosso senhor de MDXLI, que elRei nosso senhor Dom Ioan, ho terceiro deste nome impetrou do papa Paulo terceiro, que ha criasse nova metropole, quomo hora e, cujo primeiro arcebispo e, e seja per muitos annos, ho infante Dom Henrique, Cardeal de Portugal. [fl.43v.]

Estas duas passagens que constituem quase as únicas em que se relevam acontecimentos actuais, talvez nos ajudem a investigar a funcionalidade epocal das *antiguidades* resendianas de Évora, até porque encerram, desde logo, uma vantagem pertinente, ao sugerirem qual o símbolo com que o humanista procurou coroar o seu discurso... Repare-se que os dois excertos apresentados sumariam os exemplos

mais importantes do passado latino e do passado cristão da cidade alentejana, o primeiro associado, como se viu, a Sertório, enquanto o segundo se aprofundava com a restauração da dignidade episcopal da cidade. A estes dois emblemas centrais do passado de Évora, André de Resende entendeu dever associar D.João III que, desta forma, passava a comparecer no texto como o lugar de confluência, como a síntese da dignidade e nobreza da antiguidade da cidade. O passado desaguava, inevitavelmente, no presente, mas as suas qualidades mais impressivas actualizavam-se com o monarca reinante. Este, apesar das escassas referências que lhe fazia o pequeno texto, encontrava-se nos locais certos e parece poder dizer-se que se exibe mesmo como o símbolo para o qual o livro, permanente e propositadamente, procura apontar... Só que declarar ser o rei o símbolo nodal que ajuda a compreender a *História* do nosso humanista poderá parecer, com alguma justeza, quer uma generalidade simplista quer, ao contrário, um substancial exagero que o texto não comporta, ao mesmo tempo que se deveria creditar, por fim, como um insípido cair do pano, após uma rápida peça despida de surpresas de vulto, nem, afinal, particularmente «dramática», nem totalmente «feliz» - apenas rápida e com um final de interesse limitado... Porque, enfim, o rei é, naturalmente, o rei. Um símbolo universal com uma autoridade que os leitores do volume de Resende não ousariam, certamente, discutir, limitando-se a reconhecer e a servir. Isto para além de possuírem ainda - pelo menos, alguns - a inegável vantagem (sobre a nossa investigação, obviamente) de conseguir casar a compreensão da instituição real com o conhecimento da pessoa física que a representava, permitindo entender o seu legítimo poder através de gestos, ordens, comentários, atitudes, silêncios... Mas se todos se referiam, quando a obra do humanista foi estampada, a um mesmo rei, neste caso, D. João III, não distinguindo, antes associando univocamente, a personagem e a função, já nem todos, em contrapartida, conseguiriam discernir de forma semelhante esse símbolo. O rei que, por exemplo, Garcia de Resende convidava a

transferir a «capital» do país para Évora não deveria, seguramente, ser entendido e simbolizado da mesma forma pelos mercadores de Lisboa que se haviam habituado a ver o monarca a dirigir a administração dos negócios ultramarinos, sendo ainda possível conjecturar que um qualquer obscuro camponês do Minho (apesar de estarmos quase radicalmente privados de poder vir algum dia a reconstruir as suas opiniões...), vivendo num mundo marcado por um sistema de valores largamente distanciado das culturas cortesãs ou mercantis epocais, talvez encarasse o «seu» rei como uma autoridade longínqua, invulgar, talvez mesmo, fantástica... E poderia ainda ocorrer que nenhuma destas modalidades de entender o mesmo símbolo coincidisse com a representação do rei proposta por André de Resende. Da mesma forma, podia também acontecer não coincidir nenhuma destas representações do monarca com a sua imagem oficial, com a forma como o próprio monarca e os seus colaboradores mais íntimos entendiam o seu próprio poder... Objectar-se-á que, historicamente, mesmo entendido e simbolizado diversamente, o rei é, sempre, naturalmente, o rei. Um símbolo que acabará por ser sempre universal...

Não nos parece, porém, que tenha obrigatoriamente de se chegar a esta conclusão. Afigura-se-nos até que a universalidade do símbolo poderá ser matizada. Repare-se que as diferentes tradições e culturas historiográficas do passado nunca se interessaram em nos veicular as diferentes imagens de um rei, mas pelo contrário apenas nos doaram sempre um rei «em imagens», historiado através das *suas* acções, das *suas* ordens, da *sua* magnanimidade, da *sua* personalidade, enfim, do *seu reinado*. E, no entanto, deve-se chamar a atenção que, ainda mais sentidamente nas sociedades pré-industriais, o rei, o *príncipe* representa, geralmente, um símbolo social e cultural complexo, um conjunto de representações multímodas, para além de um poder que se pretendia coextensivo com a própria sociedade. Se as histórias políticas, sociais e económicas foram esclarecendo diferentes domínios precisamente desta última vertente, julga-se caber à história da cultura

investigar e reconstruir as imagens e as representações do *príncipe,* bem como as diferentes simbolizações através das quais diferentes níveis culturais o procuraram entender e utilizar. No caso presente, desconhecemos, para o nosso século XVI, como é que os distintos estamentos e grupos sociais representavam o «seu» rei, não sendo também ainda possível relacionar a multiplicidade do símbolo real com diferentes estratégias culturais: não se estudou, nomeadamente, se existe na época joanina uma concepção aristocrática de rei, brotando de ambições políticas e culturais nobiliárias; está também por estudar se comparece na nossa cultura de Quinhentos qualquer modalidade de «leitura» mercantil do monarca, ressaltando dos grupos sócio-profissionais com interesses comerciais. Mesmo que as investigações ulteriores de historiadores da cultura, redescobrindo problemáticas completamente diversas, venham a infirmar estas sugestões que estreitam grupos sociais e níveis culturais, cura-se talvez dever concluir que, neste campo, mais geral, do estudo das representações dos poderes do passado quase tudo está praticamente por fazer.

Se não podemos aceder a investigações e interpretações várias em torno do tema da representação e simbolização do poder régio no Portugal do século XVI, pode-se, pelo menos, tentar perceber como é que a *História da antiguidade da cidade de Évora* trata de simbolizar o monarca reinante, D. João III. Para além daqueles dois largos excertos que actualizavam a exemplaridade sertoriana e afonsina, transformando D. João III, duplamente, num «novo» Sertório e num «novo» Afonso Henriques, porque depositário da actualização dos seus exemplos, o livro do humanista eborense passava aos seus leitores outros tratamentos mais cuidados da instituição real. A obra começava e terminava mesmo com referências importantes ao símbolo real. A abrir, nessa cena emblemática em que o humanista recorda o seu encontro com o príncipe herdeiro recolhem-se algumas ideias pertinentes acerca da dinastia reinante. Nesta dedicatória, recorde-se novamente, Resende procura esclarecer que

> beisando eu ha mão a V.A. em Almeirin, oclhou V.A. pera ho arcebispo de Lisbõa, e perguntoulhe quem eu era, e tornando se a mi, me dixe que lhe perdõasse que me non cognoscera. A esta tã real humanidade eu nõ tive entam mais que responder, salvo que plazeria a deos com longa vida de vossa alteza darme a mi graça de lhe fazer algũo serviço per onde me melhor cognescesse. Este desejo ficou tam impresso en minha alma que entre tanto ho nõ ponho en efeito, da vida qua vivo me paresce que sou indigno, e do emprego do tempo en outra cousa, quomo de cousa furtada me affronto. Mas segundo deos fez hos reis grandes, non teemos ca hos baxos cousa mais propria com que vos servir, que com este amor e lealdade que aa Real majestade se deve. En esta parte, beem ousarei eu abbonar me e igualar me com outro qualquer, se leal amor me meresce abbonaçam. Mas com todo la fica inda ha divida do serviço que prometti, por ho qual, per minha meesma bocca stou empegnado. Hora medindo minhas forças, e considerando que hos homeens de leteras, com leteras servem a hos Reis e principes... [fls.1v.-2]

Paremos aqui. Esta «actualizada» fronteira de entrada nas *antiguidades* de Évora parte de uma cena singular, habilmente aproveitada pelo erudito humanista para discorrer sobre um tema que lhe parecia central: as relações entre os príncipes e os homens de letras. Tratando, prontamente, de desfazer um equívoco que ilustrava, precisamente, uma etapa pessoal dessa conexão mais ampla, Resende prefere esclarecer os seus leitores que o reconhecimento da sua actividade intelectual não se deveria estribar tanto na sua pessoa física, mas, essencialmente, no seu serviço literário, o qual enformava mesmo a única pauta capaz de proporcionar um acertado conhecimento do seu valor e competências *(salvo que plazeria a deus con longa vida de vossa alteza darme a mi graça de lhe fazer algũo serviço per onde me melhor cognescesse).* A recordação do seu encontro com o herdeiro da Coroa permite ainda ao erudito eborense exacerbar a ideia de serviço como ligação de sentido único entre os intelectuais e os príncipes, integrando-a ainda no ordenamento social vigente. A seguir, na

continuação da dedicatória, o humanista termina por caracterizar totalmente esta relação social e cultural específica, referindo que

> hora medindo minhas forças, e considerando que hos homẽes dados aas leteras com leteras servem a hos reis e principes e que ho tal serviço sempre aos mesmos foi aceitíssimo, em isto me determinei: Mas entre tanto com outro mais importante me detenho, paresceo me beem tornar ante vossa A. com esta historia desta sua cijdade Evora. Que por V.A. en ella nascer lhe quer beem quomo a patria, e ella a V.A. ama quomo a filho e en elle se revee quomo en speclho. [fls.2-2v.]

Esclarece-se, finalmente, nesta última parte da dedicatória, que a associação entre os príncipes e os homens de letras pressupunha, de facto, o *serviço,* mas apelava também para a *aceitação* (encomenda, financiamento, protecção...) do trabalho intelectual, veio que deveria ainda incluir a compreensão clara da importância da investigação literária. Tal era o caso do próprio texto resendiano que permitia esclarecer, por exemplo, ser o príncipe também um símbolo da cidade, da urbanidade, um símbolo em quem a própria urbe se revia, indiciando assim a pergunta de se saber se a vida da cidade se confundia, afinal, com o próprio devir do príncipe? A despedida literária escolhida para encerrar a pequena obra do nosso humanista, o discurso de saudação à princesa D. Joana, afigura-se contribuir para esclarecer mais generosamente esta questão, reafirmando os principais tópicos que compareciam na dedicatória ao seu futuro marido. Voltemos a ler a parte central dessa arenga pública, na qual

> reduzindo me a ho que brevissima e summariamente non consente ha razam que lexe de dizer, Princepsa serenissima, esta vossa cijdade, en otro tempo casa e allogiamento do valeroso e muito nomẽado Sertorio, e en este nosso frequente morada e habitaçam dos Reis e Principes nossos senhores: cijdade en sua origeem e fundaçam antiquissima, en ha fe catholica e religiã christãa entre todas has de Hispania ou mais antigua, ou tanto quanto ha que mais, en nobleza de estes regnos ha

> segunda, e en lealdade, amor e serviço da real coroa delles sen duvida ha primeira, beisa vossas reaes mãos, e per hũo publico e gẽeral voto, com hos animos chẽos de tanto contentamento, de quanto ho humano intellecto e capaz: pede a deos omnipotente que vossa vinda a estes regnos seja felicissima, Entrae senhora per hos muros dos vossos, e appousentae vos entre hos vossos, quomo lhes ja entrastes per hos corações, que logo ficam entreghes, e a vosso serviço lealmente dispostos, e en elles firmemente stais appousentada. Vivais muitos annos, e regneis muitos annos, e de vos nasça quem sobre nos regne muitos annos. [fls.47v.-48]

A partir deste texto, apesar de largamente marcado pelas retóricas próprias deste discursos, parece poder reter-se que, de facto, a cidade, o seu próprio devir pertence inteiramente ao príncipe. Uma cidade - como o livro do humanista não se cansava de provar - era também antiguidade, passado, melhor, exemplos de dignidade e nobreza transportados pelo passado e que, assim, passavam obrigatoriamente a residir no príncipe - a constituir também o passado do príncipe? Retomemos os excertos em que comparecia D.João III e tratemos de buscar nessas passagens alguns apoios para o esclarecimento desta associação emblemática entre a cidade, aqui representada por Évora, e o príncipe, representado pela própria dinastia reinante, pelo seu monarca presente e futuro.

A primeira vez que o monarca assoma no texto resendiano não parece suscitar grandes problemas de interpretação. D.João III aparece associado a Sertório, sendo apresentado como seu continuador e herdeiro até porque havia restaurado o mais ilustre emblema do apogeu clássico de Évora - o aqueduto romano da cidade. Durante a longa permanência da corte na urbe alentejana, o monarca não deverá ter apenas tomado contacto, entre outros problemas, com esse movimento que propugnava pela transformação da cidade em «cabeça» do reino, mas teve, certamente, oportunidades suficientes para viver, pessoalmente, um dos seus mais graves problemas: a constante falta de água, agravando-se nos estios e contribuindo ainda para algumas

epidemias mortíferas, como as que se encontram bem documentadas para 1495, 1509 e 1523[47].Quando D.João III entra triunfalmente na urbe transtagana, em 1531, uma das suas primeiras decisões foi ordenar que se organizassem, de imediato, os estudos técnicos preliminares que apoiassem a construção de um aqueduto que viesse a permitir resolver definitivamente os problemas de abastecimento de água à cidade. Para concretizar essa obra, o monarca *«mandou buscar os melhores oficiais de pedraria que havia no Reino»*[48], para além de ter nomeado para dirigir todo o projecto o célebre arquitecto Francisco de Arruda[49]. Seis anos depois do arranque do empreendimento público, a população de Évora assistia em festa, *«a 28 de março de 1537, em hûa quinta feira de lava peis, lançarão a primeira ves a agoa da prata na praça desta cidade e correrão quatro touros que os mercadores derão»*...[50] Concluía-se, assim, com êxito uma das mais magníficas realizações públicas do reinado joanino. De facto, apesar de mal estudada, esta afigura-se ter sido uma das mais importantes obras civis do nosso século XVI, devendo-se referir, a propósito, que a água era captada a cerca de 19 km e em minas situadas a uma altura superior à da própria cidade, situações que exigiam a mobilização de capacidades tecnológicas importantes... André de Resende contribuiu também para o sucesso da obra do aqueduto eborense, não, naturalmente, na sua construção ou na sua direcção técnica, mas procurando ajudar a exornar o empreendimento, apresentando-o como uma obra paradigmática que restaurava a urbanidade e dignidade clássicas da urbe que retomava, com actualidade, o seu ilustre passado. O

[47] ESPANCA, Túlio - *ob.cit.,* p.12

[48] BARROS, João de - *Gramática da Língua Portuguesa,* Lisboa, 1540, cit. em ESPANCA, Túlio - *ob.cit.,* p.13

[49] Torna-se difícil precisar, com rigor, quando se inicia a intervenção de Francisco de Arruda na direcção destas obras, mas é possível que se concretizasse ainda na segunda metade de 1531, altura em que substitui o seu irmão Diogo no cargo de Mestre de Obras da comarca do Alentejo (ESPANCA, Túlio - *ob.cit.,* p.13).

[50] BPADE - *Cod. CIII / 2-22,* fl.33v.

humanista nas breves palavras em que referia o investimento joanino, tratava de filiar a acção de D.João III na senda da dignidade clássica inaugurada por Sertório, assinalando, contudo, de seguida, que a decisão de restaurar o aqueduto gerara viva polémica, oposições importantes

> quomo eu declarei en hûa apologia ou resposta contra ho bispo de Viseu screvi: que extorvava a elRei nosso senhor tornar a trazer a dicta agua: dizendo lhe que nem ha agoa ca viera jamais, nem podia vijr nem Sertorio aqui stevera: nem ha obra era romana. [fls.10v.-11]

Estando em causa, nestas detracções, para além da exequibilidade do projecto joanino, a própria antiguidade da cidade e, em particular, o seu passado romano, tão vinculado à figura central de Sertório, André de Resende, mobilizando os seus saberes, parece ter-se visto obrigado a partir em defesa da obra civil promovida pelo monarca, ao mesmo tempo que era ainda arrastado a bater-se pela comprovação das características mais relevantes da romanidade eborense. Em relação às críticas que acusavam a viabilidade do empreendimento, o humanista declara-se

> contra ho que eu a su alteza tinha persuadido. Tambem falei dipso en dous livros dos aqueductos que a el Rei per seu mandado screvi e por tanto hagora nõ e necessario tornallo repetir... [fl.11]

Afigura-se, a partir dos esclarecimentos do texto resendiano, ter sido a sua intervenção ao lado e em serviço de D.João III relevante, quase fundamental na promoção do significado cultural da obra civil régia. De acordo com uma tradição que se acolhe, nomeadamente, à biografia do seu discípulo, Diogo Mendes de Vasconcelos, o monarca teria recebido favoravelmente as sugestões do humanista no sentido da restauração do aqueduto romano da cidade. Esta proposta apoiava-se, ademais, em investigações antiquárias recentes promovidas por Resende que haviam culminado com a descoberta de vestígios

impressivos do monumento romano, incluindo alguns tanques que se localizavam, agora, junto dos açougues públicos (que funcionavam, como se anotou atrás, no templo chamado de Diana - propositada «coincidência» ou clara «habilidade» do humanista eborense?)[51]. De seguida, as sugestões e provas reunidas por André de Resende e apresentadas a D.João III teriam sido duramente criticadas pelo escrivão da puridade do monarca, D.Miguel da Silva (?-1556), bispo de Viseu, o qual teria mesmo acusado os fundamentos históricos e o próprio sucesso futuro do investimento civil régio. A resposta do humanista não tardaria e, com o consentimento régio (de acordo com a tradição biográfica redigida pelo seu discípulo...), concretizar-se-ia numa campanha de pesquisas arqueológicas empreendidas, com ajuda de numerosa brigada de trabalhadores, nos espaços e campos que rodeavam a cidade, de que resultaria, finalmente, a descoberta dos pegões dos arcos do primitivo aqueduto e, mais decisivamente, a recuperação de uma lápide comemorativa da sua edificação, atribuindo a sua construção, irrefutavelmente, a Sertório[52]... Registam-se, todavia, nesta tradição biográfica e apologética da vida de André de Resende

[51] Cf. ESPANCA, Túlio - *O aqueduto da água da prata,* Évora, 1944, p.10.

[52] A lápide, incompleta, alegadamente descoberta por André de Resende exibia a seguinte comemoração: .Q. SERTOR...../ HONOREM NOMINIS SVI, ET COHORT. FORT / EBORENSVM MVNIC. VET. EMER. VIRTVTIS ERGO / DON. DON. BELO CELTIBERICO, DEQVE MANVBIIS / IN PVBLIC. MVNIC. EIVS VTILITATEM VRB. / MOENIVIT, EOQUE AQVAM DIVERSEIS IN DVCT. / VNVM COLLECTEIS FONTIB. PERDVCENDAM CVRAV. Curiosamente, apesar de ser referenciado em ligação com a tal *apologia contra ho bispo de Viseu* [fl.16v.], este tão decisivo monumento epigráfico não era, porém, transcrito no texto impresso da *História,* em 1553. Seguimos, por isso, a lição da primeira obra que reproduziu a lápide RESENDE, André - *Libri Quatuor de Antiquitatibus Lusitaniae,* Évora, 1593, p.14. No século passado, este documento era ainda transcrito, com ligeiras variantes e algumas interrogações críticas, nuns apontamentso manuscritos do erudito eborense RIVARA, J.H.da Cunha - *Lapidas, que se achão colligidas, e encravadas na parede exterior das Cazas da Camara Municipal da Cidade d'Evora (1837),* fl.1v., nº4 (BPADE - *Cod. CIII / 2-17).*

que geraria, aliás, larga prole[53], algumas flagrantes confusões. Na verdade, quando se começam a desenvolver mais intensamente as obras do aqueduto, em 1531, o monarca não poderia ter ordenado qualquer restauração do monumento sertoriano, visto que nada nem ninguém havia ainda comprovado essa atribuição. Demoraria ainda três anos a regressar ao reino o nosso humanista, pelo que a sua intervenção ocorre posteriormente ao início dos investimentos joaninos, remetendo para o período entre 1534 e 1537 que coincide já com a longa estada da corte na cidade alentejana, já também com os derradeiros anos de conclusão do aqueduto. O humanista parece, assim, ter colaborado principalmente na perspectivação cultural da obra promovida por D.João III, prefigurando o seu sucesso e prolongando ainda o seu significado no tempo e nos espaços sociais a que se dirigiam os seus trabalhos literários. Não se trata, de qualquer forma, de uma intervenção menor. Pelo contrário, julgamos ter mesmo o erudito humanista compreendido totalmente a importância dessa sua verdadeira militância intelectual ao lado do monarca, como se comprova pela intenção de associar estreitamente a sua *História* impressa à sua produção literária anterior, directamente vinculada à «restauração» do aqueduto, sublinhando assim o texto que

> tambeem falei dipso en dous livros dos aquedutos que a el Rei nosso senhor per seu mandado screvi e portanto hagora nõ e necessario tornallo repetir. Antes me parescia que hos meesmos livros, por quanto tractam quomo se devem fazer hos aqueductos, e quomo conservar se deviam adjuntar a este tractado, e aas vezes se leeren, pera que delles se tomasse algũa utilidade, se ha en elles haa. [fl.11]

[53] Divulgadas pela *Vida* com que Diogo Mendes de Vasconcelos introduzia os *Livros* das antiguidades da Lusitânia, estas notícias ver-se-iam também acolhidas na obra de ESTAÇO, Gaspar - *Várias Antiguidades de Portugal,* Lisboa,1625, passando, em seguida, para os trabalhos dos jesuítas Manuel Fialho e Francisco da Fonseca, vulgarizando-se ainda mais com a sua fixação pela *Bibliotheca Lusitana,* de Diogo Barbosa Machado (Cf. ESPANCA, Túlio - *ob.cit.,* pp.9-10).

Esta recomendação para ligar a leitura das *antiguidades* eborenses com esses trabalhos sobre os aquedutos, feitos para o monarca, permite relacionar em bases seguras o pequeno livro resendiano com o processo de construção do aqueduto joanino... Cremos, assim, ter encontrado também um contexto epocal preciso, «recomendado» pelo próprio autor, possibilitando uma aproximação mais pertinente à investigação da funcionalidade da *História da Antiguidade da cidade de Évora*... No entanto, pelo menos no que tange a cronologia, esta dimensão contextual mostra-se, no mínimo, estranha: a água não tinha, entretanto, chegado com sucesso à cidade, em 1537? Não ficava sobejamente provada a razão da decisão régia, como o humanista havia asseverado?

O primeiro lançamento de água do aqueduto joanino na praça principal da urbe transtagana não representara mais do que um tímido começo. Era preciso, em continuação, fazer chegar a água às principais zonas e edifícios da cidade, contruir novas fontes, lançar novos canos... Não se podia sequer substituir um abastecimento de água tradicionalmente baseado em poços que secavam constantemente por uma rede de distribuição «moderna» da noite para o dia. Urgia desenvolver várias obras, realizar diversas intervenções, muitas das quais colidiam com o urbanismo da cidade, enquanto outras esbarravam com interesses longamente estabelecidos. Não era, igualmente, fácil alterar de forma quase radical, como se pretendia, o regime de propriedade da água, a qual, em grande parte, passaria de privada e municipal para régia... O *cano real da água da prata,* como passou a ser amplamente identificado, na época, o empreendimento de D.João III, não representava apenas um investimento socialmente relevante e, até, altamente dispendioso, mas implicava ainda algumas alterações de vulto (Resende preferia falar de «restauração») na estrutura e fisionomia urbanas que provocavam alterações sociais, económicas e políticas na vida eborense.

O aqueduto começou, desde logo, por redefinir as estruturas da apropriação social do espaço da cidade e seu termo. Expropriaram-se dezenas de propriedades fundiárias e muitos edifícios urbanos, «nacionalizaram-se» ainda terrenos e nascentes... Este processo viria mesmo a aprofundar-se depois de 1537, período em que, provada a eficácia técnica do novo tipo de abastecimento de água, se enceta o desenvolvimento de uma rede original de distribuição que começou mesmo a exigir a abertura de novos arruamentos e praças, bem como novas campanhas de expropriações[54]. A cidade assistia, assim, à chegada da tão ansiada água, mas com ela chegava também um complexo e longo processo de redefinição das estruturas consuetudinárias da cidade, do urbanismo à sociabilidade, afrontando também, provavelmente, interesses e hábitos mentais arreigados que se exprimiam ainda em 1543 por numerosas e veementes queixas dos moradores da urbe, insurgindo-se contra os lamaçais nas suas ruas e as inundações frequentes das suas casas[55], um género de acidentes, afinal, totalmente novo numa cidade que se havia secularmente habituado a viver com pouca água e, às vezes, sem nenhuma, situação que não deixaria de pautar, por exemplo, as relações de solidariedade ou as estruturas das higienes privadas e públicas.

À medida que a água passava a fluir generosamente em direcção à metrópole transtagana, D.João III especializava também o seu controlo político pelo poder central. Numa primeira fase, o monarca começou por desenvolver uma ampla estratégia de controlo da fiscalidade, promovendo o lançamento de impostos transitórios e fixos que, prioritariamente, trataram de incidir nos rendimentos nobiliários através, nomeadamente, do modelo das *fintas,* gerando meios de financiamento importantes que haveriam de perdurar mesmo depois de concluída a edificação do aqueduto. A seguir, quando o monarca

[54] Informações mais concretas e bem documentadas sobre este processos podem encontrar-se no estudo já várias vezes citado de ESPANCA, Túlio - *ob.cit.,* pp.16 e ss.
[55] ESPANCA, Túlio - *ob.cit.,* p.21.

passou a dispor da propriedade e da distribuição da água, tratou também de apropriar o enorme poder de decidir a *quem* fornecer água e, inclusive, em que quantidade, tendo sido possível identificar, pelo menos, quinze cartas régias que, até tão tardiamente como 1600, determinavam minuciosamente a capacidade dos canos de abastecimento, discriminando ainda os chafarizes, hospitais, paços, igrejas, edifícios religiosos e civis que partilhariam a privilegiada situação de passar a receber a água[56], a qual, curiosamente, apenas parece ter beneficiado uma única pessoa privada: o duque de Bragança, evidentemente... Para sustentar esta verdadeira ofensiva do poder régio na aristocrática cidade de Évora tornou-se ainda necessário nomear novas figuras institucionais e administrativas. O monarca começou por criar um núcleo de oficiais da fábrica do aqueduto que, directamente dependentes do poder central, se reuniam em torno de um procurador régio com largos poderes sobre a própria gestão municipal, atendendo a que

[56] BPADE - *Cod. 56, Regimento das fontes aqueducto, e fabrica da agua da prata da Cidade d'Evora, reformado e acresçentado por Elrey Dom Philippe segundo nosso Sñor no anno de MDC,* fls.16-47v. (Encontrámos duas cópias deste *Regimento,* situação que indicia ter sido divulgado com algum interesse o texto regimental relacionada com a organização institucional e legislativa da distribuição de água à cidade de Évora (BNL - *Ms. 527,* fls.1-60 e BGUC, *Ms. 53).* Acompanhando a periodização que seguem os documentos régios fixados no *Regimento* original, registam-se as seguintes instituições privilegiadas com a renovação da distribuição de água: Convento de S.Domingos (7 de Fevereiro de 1546); Convento de Nossa Senhora da Graça (30 de Outubro de 1554); Convento de S. Catarina de Siena (12 de Março de 1554); Mosteiro de S. Clara (15 de Março de 1554); Colégio da Companhia de Jesus (30 de Outubro de 1554, 11 de Setembro de 1560, 30 de Julho de 1562, 28 de Fevereiro de 1566); Colégio da Companhia de Jesus e Mosteiro de S.João (30 de Março de 1560); Mosteiro de Nossa Senhora do Paraíso (3 de Outubro de 1555); Mosteiro do Calvário (27 de Novembro de 1559); Hospital da cidade (27 de Agosto de 1574); Convento de S.António da Piedade (14 de Outubro de 1585); Mosteiro do Salvador (12 de Dezembro de 1591); cadeia da cidade (20 de Dezembro de 1590); Mosteiro da Cartuxa (20 de Fevereiro de 1592); Colégio dos Padres da Serra d'Ossa (4 de Setembro de 1594); Mosteiro de Santa Mónica (11 de Setembro de 1556).

> todas as vezes que lhe parecer poderaa constranger con dinheiro e suspensão dos officios aos tabeliães e escrivães e officiais da justiça da cidade de Evora e da comarca.[57]

A partir de 1537, com a primeira água, chegava também à metrópole alentejana uma relevante experiência de reordenamento político de uma das mais importantes cidades do reino que tinha o valor de um teste fundamental para o desenvolvimento do programa de absolutismo e centralização joanino. O sucesso desta estratégia que acabaria, assim, por poder vir a ecoar a nível nacional não parece compreensível sem o combate cultural e ideológico que a procurou fundamentar e exornar, acautelando a sua recepção, particularmente nos estamentos sociais dominantes na sociedade portuguesa epocal. André de Resende afigura-se ter servido com a sua competência intelectual esta última vertente, procurando contribuir para justificar e altear os programas joaninos para a sua cidade de Évora: escrevendo sobre os aquedutos, legando à câmara e depois imprimindo a sua *História,* polemizando com D.Miguel da Silva, promovendo investigações antiquárias e dirigindo campanhas arqueológicas..., tentando comprovar que, afinal, D.João III se «limitava» a restaurar a história da urbe, a dignidade dos seus passados latino e cristão, encontrando-se, afinal, a sua acção actual plenamente legitimada pela sua antiguidade...

A partir destes nexos, talvez seja também de retirar outras consequências. Sugerir, por exemplo, que a partir da década de quarenta de Quinhentos só aparentemente se encontraria o nosso humanista «exilado» na sua cidade natal. Requestionar também, a seguir, a utilidade e, inclusive, correcção de se continuar a promover uma perspectivação descontínua, faseada, da biografia cultural de André de Resende. O seu labor parece perseguir os principais veios que pautaram, talvez continuamente, a sua generosa actividade

[57] BPADE - *Cod. 56, Regimento,* fl.8.

intelectual: o serviço, com as letras, ao príncipe, o qual se afigura comparecer simbolizado nestes textos, nestes discursos, se preferirmos, nestes «combates», como uma espécie de «utopia» responsável tanto pela restauração da história de uma cidade, pela sua redefinição a partir da representação do seu passado, com ainda pela construção de uma sociedade harmoniosa, «clássica», em que a sua associação com os intelectuais constituía um dos alicerces mais fundos.

IV. Outros textos e um alargamento do contexto

Estes prováveis horizontes contextuais e simbólicos exibidos pela *História* do humanista eborense entroncam com problemas e debates epocais mais vastos. Resende não foi, como se sabe, o único homem de Letras, o único especialista de humanidades que colaborou activamente com D.João III. Mesmo neste processo concreto que acabámos de investigar em torno da construção do aqueduto joanino de Évora, não parece também ter sido Resende o único intelectual a apoiar com as suas competências culturais específicas a ofensiva política e social de D.João III. Esta ideia reencontra-se quando Filipe II, em 1600, reforma o *Regimento* do aqueduto, reconhecendo, num longo exórdio destinado a justificar a extensa produção legislativa régia compilada nesse documento, que

> Sendo edificado este aquiducto por quinto Sertorio setenta e cinquo annos antes do nascimento de nosso senhor Jesu christo com a mudança que os tempos fizerão nas cousas do Reyno, e com a entrada dos Godos e de outras gentes barbaras a teve tambem este aqueducto de maneira que todo se destruyo sem ficar delle mais que alguns pequenos vestigios, e por esta cidade ser tão principal, que a escolheo Sertorio para assento, e vivenda sua, entre todas as que Hespaña tinha naquelles tempos, e a escolherão tambem alguns dos Reys meus anteçessores para sua corte: contudo sentiasse nella a falta de agoa

> boa, e por isso ElRey Dom João o terceiro meu tio que Deus tem estando nella mandou tratar de como se tornaria a reedificar este aqueducto e posto que teve muita contradição de pessoas, que querião mostrar que nunca esta agoa viera aa cidade, por pareçer que estaa mais alta que as fontes donde nasçe: contudo ouve outros de letras e noticia de antiguidades que affirmarão que jaa a dita agoa fora trazida a ella.[58]

Reproduzindo, provavelmente, temas da introdução ao *Regimento* quinhentista do aqueduto de Évora, documento actualmente perdido, este texto inicial aparece como um reconhecimento relevante do papel dos intelectuais na concretização do empreendimento joanino, sublinhando, num claro aceno à intervenção resendiana, o significado que a investigação antiquária assumiu na comprovação da sua dimensão histórica. Mas este exórdio possui ainda a vantagem de sumariar alguns dos temas transmitidos pelo pequeno livro do nosso humanista, nomeadamente no que tange a fixação do passado clássico da metrópole alentejana, verificação sugerindo que a *História da antiguidade da cidade de Évora* se tinha transformado numa tradição cultural tão actuante que, mesmo passados quarenta e sete anos, Filipe II servia-se novamente das suas lições para «introduzir» e legitimar uma renovada ofensiva do poder central na cidade, só que desta vez mais nitidamente fiscal do que política...[59] Esta apresentação do *Regimento* julga-se ainda ter razão quando acentua a participação plural (*outros de letras*) de intelectuais em defesa do projecto do aqueduto joanino de Évora - quem seriam esses outros homens de letras?

---

58 BPADE - *Cod. 56, Regimento,* fls.1-1v.

59 Mereceria uma investigação mais ampla o conjunto compósito de relações desenvolvido entre Filipe II e a cidade de Évora que parece, curiosa e significativamente, seguir algumas das pistas culturais agitadas na obra de André de Resende, isto se atendermos a que, por exemplo, o monarca não apenas trilha essas sugestões em relação à gestão do aqueduto, mas também o terá procurado fazer quando promoveu a trasladação das relíquias de S.Manços para a pátria do nosso humanista, evento estudado em CATON, José Maria Fernandez - *San Mancio: culto, leyendas y reliquias,* Léon, 1983.

Juristas? Professores? Humanistas? Um outro discurso, fruto também de labor e reflexão humanísticas, anterior ainda ao livro de Resende, exibe-se, igualmente, como um documento importante que tentava contribuir para fundamentar os programas políticos e sociais do monarca. Intitulado, precisamente, *Panegírico* de D.João III, este texto apologético, composto e recitado por João de Barros, talvez, à roda de 1537[60], na transição de um primeiro para um segundo andamento temáticos distintos, advertia numa retórica interrogação o seguinte:

> V.Alteza não sómente se lembra dos nomes, mas do merecimento e preço das pessoas, nem ganha menos a vontade de seus vassalos com a riqueza da memória, que com a perfeição das obras. Aquele verdadeiramente se pode chamar bom, que se preza das boas obras. A virtude, segundo diz Aristóteles, consiste no obrar, o qual tem que a bem-aventurança do homem não é outra cousa senão usar a nossa alma segundo a razão quer em toda a vida. Que mór testemunho do que digo queremos que o que este dia e tempo presente nos pode dar, em que não somente faz mais rica e populosa com a sua presença a sua cidade de Évora, mas ainda mui desejoso de lhe ser causa de móres bens lhe traz novamente água de mui longe em muita abastança, vencendo com arte à natureza, restituindo o cano de água, tam necessário e tantos tempos há esquecido, e com grande ânimo suprindo os defeitos do lugar, por dar saúde e contentamento aos homens?[61]

Escorado nesse princípio normativo de que as virtudes se exprimem pelas obras, João de Barros apresenta exemplarmente o investimento joanino da «restituição» do aqueduto eborense já não somente como um empreendimento que realinhava a cidade com as

[60] Na opinião do ilustre organizador da edição que iremos utilizar, o falecido professor M. Rodrigues Lapa, esta obra seria datável de 1533, baseando-se para tal numa *rubrica que anda apensa ao título impresso.* (BARROS, João de - *Panegírico,* Lisboa, 1943, p.XXVIII). Não se julga, porém, possível continuar a sustentar esta cronologia, porque o texto parece referir, como veremos, a conclusão dos trabalhos do aqueduto joanino e a chegada da água à cidade que ocorre em 1537.

[61] BARROS, João - *ob.cit.,* p.76.

lições de dignidade do seu passado, mormente, clássico, mas também como uma paradigma da associação entre *rex* e *populus* em que o primeiro assegurava a *saúde* e *contentamento* do segundo. No largo andamento temático anterior, o *Panegírico* havia procurado exornar as noções de justiça *(rex iustus)* e de paz *(rex pacificus)* como as virtudes mais adequadas ao príncipe. Mas precisavam de se concretizar em obras... Significativamente, a *obra* eleita para ilustrar estes temas é a restauração do aqueduto eborense, denunciando para além da justeza da política régia a sua preocupação em promover a harmonia da sociedade portuguesa da época. A um outro nível, mais documental, o discurso de João de Barros colhe ainda para testemunhar que vários intelectuais humanistas colaboraram com os seus saberes, com a sua competência intelectual para legitimar as experiências modelares que a governação joanina testava em Évora e que evidenciavam, pelo menos, a importância da aliança entre o monarca e os homens de letras, especialmente entre o monarca e alguns dos mais relevantes humanistas portugueses do tempo.

O período em que D.João III manteve a corte em Évora comparece na história do seu reinado como um tempo de intensa actividade política e legislativa, marcado também por algumas opções decisivas, uma delas constituída, de facto, pela promoção dos humanistas, de acordo com esse modelo conhecido que atingiria o seu corolário com a transferência da Universidade portuguesa para Coimbra, visando, entre outros objectivos, a criação de um sector cultivado importante claramente vinculado ao monarca. Este programa que tem sido estudado com enorme competência em torno do tema (talvez de formulação algo anacrónica...) da *política cultural* de D.João III combinou investimentos culturais compósitos que incluíram a avocação de intelectuais estrangeiros de grande prestígio - que, como Nicolau Clenardo (1493/94-1542), se instalariam no nosso país - ou o desenvolvimento de contactos epistolares com humanistas de renome

internacional[62].Neste último domínio, logo em Julho de 1531, quando D.João III havia acabado de instalar a corte em Évora, chegaria à sua mão uma carta do famoso humanista espanhol Juan Luis Vives (1492-1540) que procurava relevar algumas das normas mais impressivas que deveriam orientar a associação entre o monarca e os intelectuais, começando por referir que

> com sobrada razão correu pela Espanha que não há pai de família mais prudente do que Manuel, que é o teu; porque não consentiu que ninguém na sua família deixasse de cumprir o seu dever, nem permitiu que nenhum dos seus filhos se embrutecesse com a inacção. A todos eles, coisa conveniente aos príncipes, adestrou-os nas armas e nas letras, até ao ponto de já não constituírem duas classes distintas de homens, sendo conveniente que vivam unidos na mais estreita amizade, de forma que uns se apoiem nos outros, prestando-se mútua ajuda. Uns e outros foram dados por Deus às cidades e aos povos para que olhem estreitamente pelo seu bem, os sábios com a sua doutrina, os príncipes com as suas ordens e mandatos, ambos com o seu exemplo. [63]

Partindo desse elogio tópico ao casamento entre as *armas* e as *letras,* que o Venturoso legara à sua prole, Vives procura debuxar um sugestivo programa (*concordia,* no original) acerca do tema da colaboração entre o príncipe e os intelectuais que, estribada na amizade e apoio mútuos, acabaria por propiciar o bem dos povos e das cidades. O soberano, justamente, assegurando o poder e a ordem, os homens de letras comparticipando com a sua cultura. Eram oportunas estas sugestões, principalmente numa altura em que arrancava o projecto de construção do aqueduto de Évora, e mais oportunas se mostravam

62 Continua a ser, naturalmente, indispensável a consulta da obra monumental do professor J.Sebastião da Silva Dias, *A política cultural da época de D.João III,* Coimbra, 1969, I, pp.155 e ss.

63 VIVES, Juan Luis - *Epistolario,* (ed. de José Jimenez Delgado), Madrid, 1978, p.565. Cf. SÁ, A. Moreira - *Uma carta inédita de Luis Vives para D.João III,* Coimbra, 1957.

ainda essas declarações, depois adensadas pelo livro resendiano, quando ligavam o devir das cidades à vida do príncipe. De forma ainda mais explícita, a continuação da carta do humanista espanhol aprofundava as sugestões de um largo aproveitamento pelo monarca dos intelectuais, até porque

> a erudição necessita da tranquilidade que o poder real lhe proporciona; este, por sua vez, conselho para tratar o conjunto de assuntos importantes e este conselho o ministram os varões doutos com a prudência retirada das suas disciplinas, de maneira que se veja que se deixam ajudar uns aos outros, sem o que nenhum deles pode cumprir e defender convenientemente o seu dever. Tal será a compenetração entre ti e aqueles que alimentas nos seus estudos, de forma que tu os ajudes na sua preparação e eles robusteçam e sustentem a tua autoridade, preço mais valioso da tua generosidade. Com efeito, a quem ouvirás com mais segurança e que conselhos seguirás com mais diligência e fidelidade que os daqueles que, graças a ti, saíram tais, que podem estar a teu lado quando te pões a deliberar sobre os mais importantes assuntos?[64]

O monarca deveria, assim, propiciar a tranquilidade indispensável para a elevação do trabalho intelectual (defendendo-o, financiando-o...), enquanto este, pelo seu lado, intermediado pela sua especialização «científica» (*com a prudência retirada das suas disciplinas*), «pagaria» com conselhos... A harmonia do modelo proposto por Vives a D.João III dependeria, a seu ver, do investimento do príncipe na formação desses verdadeiros «quadros» intelectuais capazes de, pelo serviço, fundamentar e justificar eficazmente a sua autoridade, a sua actividade governativa. Trata-se nestas ideias de um modelo que se encontrava no Portugal da época já em andamento, como o parece comprovar a cuidadosa política joanina de concessão de bolsas de estudo para a formação de estudantes portugueses no estrangeiro, particularmente em Paris. O nexo central das sugestões do

64 VIVES, Juan Luis - *ob.cit.,* pp.565-566.

humanista espanhol privilegiava o preceito de que ninguém melhor do que os intelectuais formados com os investimentos do próprio monarca serviria a sua política, legitimaria as suas acções. Mas era preciso, previamente, curar de saber se o modelo era funcional, explorar as suas virtualidades, por outras palavras, era imperativo saber se o serviço justificava o investimento.

No princípio dos anos trinta de Quinhentos, D.João III viu-se confrontado com uma constelação de problemas séria e grave. A tal ponto que mesmo alguns dos intelectuais que temos vindo a acompanhar estreitamente a seu lado não escondiam as suas preocupações acerca do presente da sociedade portuguesa da época. João de Barros, por exemplo, amigo de infância do monarca e um dos seus mais íntimos colaboradores, era também uma das personalidades profundamente preocupadas com a situação do reino. No seu célebre colóquio espiritual *Ropica Pnefma,* sob a arranjada forma de uma profecia, o humanista adiantava algumas denúncias que interrogavam o próprio sentido do império português:

> Mars e Saturno em o ano trinta terão ûa conjunção tão pestenencial, estando o Sol na casa de seu nacimento e exaltação, que o farão, contra sua natureza, retrogradar ao signo de Piscis. E oulhando os outros reais planetas irmã e benivolamente d'aspecto trino, serão vistas em o céo novas estrelas que receberão tão grande claridade do Sol que eclipsarão algûas das outras mil e tantas conhecidas. E nos fruitos da terra, denotava esta conjunção, na casa dos ódios, haver boa novidade de envejas e mentiras antre os lavradores de terras altas, por cursarem grandes ventos a maior parte do ano. E que a verdade, onde estever semeada, como apontar, virão sobr'ela tão grandes geadas que a escaldarão té às raízes, de maneira que andarão a maior parte dos homens doentes pera morrer d'enganados, sem achar ûa pouca pera sua saúde. E valerão tão pouco as almas e honras que darão trinta por um ceitil. E na parte de Espanha haverá guerras cevis de línguas danadas antre a nobre gente, na qual batalha morrerão alguns desta peçonha, por ser erva que lavra muito como chega às orelhas dalgum sangue real. E dos vivos muitos ficarão aleijados nas famas e em

> outros membros que sustêm a boa opinião. E quanto aos particulares juízos, mostra que os homens de nacimento noturno, com Mercúrio no ascendente e 'pars fortunae' exalçada por manha ínclita, terão vida sospeitosa e morte arrebatada, por se juntar 'caput et cauda draconis' na onzena causa. E destes vapores estará a terra tão chea que, desejando de os lançar fora de si, tremerá por espaço de corenta dias, com morte de povos, perda de sumptuosos templos e magníficos edifícios...[65]

Esta primeira parte de uma intervenção que uma das personagens do colóquio preferia designar por *juízo temporal* mostra-se um texto complexo que não é de fácil interpretação. Tem-se mesmo sugerido tratar-se de uma referência tardia aos célebres prognósticos astrológicos que, gerando algum temor e ansiedade, haviam sido propagados por toda a Europa pelo *Almanach* de João Stöfler (1452-1531), prevendo, como neste texto de João de Barros, uma conjunção particularmente nefasta de Marte e Saturno no signo de Peixes que provocaria, exactamente em 1524, um novo dilúvio universal[66]. O humanista que havia, nas discussões imediatamente anteriores do colóquio, criticado as «ciências» astrológicas, aproveita este vaticínio passado (a sua obra sai dos prelos em 1532) para legar aos seus leitores, na continuação da profecia, um quadro de problemas pleno de actualidade:

> E mais, vira, em meio daquele e grande tremor, ûa aguia voante per meo do ar bradando com espantosa voz: «Vae, vae, vae». E, no fim destas três sílabas, leixou cair um rótulo que levava em as unhas, a escritura do qual dizia: «Quando a filha do Sol encher as províncias do Mundo com fama de sua fermosura, levantar-se-ão os falcões lusitanos, vencidos do amor de seu fruito e, armados com armas d'ouro e prata, cavalgarão em cavalos marinhos, pera a conquistar dentro nos termos do seu nacimento. E, havida mui crua e áspera batalha com os

[65] BARROS, João - *Ropica Pnefma,* (ed. de I.S.Révah), Lisboa, 1983, II, pp.53-54.

[66] Cf. CARVALHO, Joaquim de - *O Livro "Contra o Juízo dos Astrólogos" de Frei António de Beja e as suas Fontes Italianas,* in «Obra Completa», Lisboa, 1982, II, p.386.

> corvos das cristas brancas que a defendem, vencê-los-ão com o resplandor das armas de seu Capitão. E, a pesar deles, será desposada com os mosquitos de pernas altas que celebrarão suas vodas com sangue da terra. Mas este prazer será convertido em grão carestia dos naturais fruitos da terra, porque os seus lavradores, com desejo de seguir estas vodas de ventura, desempará-la-ão, confiando mais em sua indústria que na piedade do Senhor que os manteve em honestos costumes, sem cascaves de vícios. E, quando se a terra vir desprezada por as cousas à vida humana não necessárias, dando ela aquelas pelas quais se conserva, já cansados de tantos desprezos e ingratidões de seus naturais filhos, converter-se-á em ódio contr'elles, dando azo e favor a dous famosos ladrões Abril e Maio, que façam a guerra ao povo. Os quais, como sagaces do tal ofício, por mais seguros estarem das vidas, far-se-ão fortes nos celeiros da Igreja com o mantimento de todo um ano. E dali correrão as comarcas, talando pães, destruindo vinhas e olivais, salteando pobres, forçando virgens, deshonrando viúvas, esfolando as bolsas, com outros mil males que nacem de tão crua guerra...[67]

Apesar da densidade simbólica desta profecia, combinando emblemas conhecidos com simbolizações propositadamente artificiosas, parece possível reconstruir o seu tema central. Prende-se, nomeadamente, com os sentidos de uma disfunção cada vez mais discutida nos meios cultos da sociedade portuguesa da década de trinta do século XVI: a contradição entre o reino e o império. O prognóstico, feito, naturalmente, *a posteriori*, procurava assinalar algumas das características que se afiguravam mais óbvias nesta fractura, denunciando um cortejo de situações preocupantes: o abandono da terra, a carestia, a desonra, o vício... Terrível contradição esta que, quase paradoxalmente, havia transformado as conquistas ultramarinas numa espécie de guerra interna, profundamente devastadora... Muitos outros textos procuraram acusar estas disfunções e, revolvendo as lições do passado, trataram de aplicar os modelos e os tópicos da

[67] BARROS, João de - *ob.cit.*, pp.54-55.

história do império romano à situação portuguesa epocal, representação a que não escapa também o colóquio de João de Barros que, nas suas conclusões, procura asseverar que

> os gentios sempre teveram a ciência, armas e a polícia da repúbrica e, per vezes a monarquia assentada em Ásia, Grécia e Itália. Agora, dado que leixasse as partes ocidentais, está no Oriente, como quem deu ûa volta ao mundo e, com seus triunfos, tornou a repousar em o seu primeiro assento. Lá têm ouro, prata, seda, pedras, cheiros, aromatas e outras mui prezadas cousas, fruito que lhe dá sem seu trabalho, e os ocidentais, com tanto perigo da vida, ventura das honras e baratar das fazendas, lá vão buscar. [68]

Parece ser, de facto, relevante a investigação que procura acusar, nessas agitadas imagens literárias que desvalorizavam algumas das consequências da nossa expansão ultramarina e, em particular, a situação do império oriental, um conjunto de temas e tópicos importado dos historiadores clássicos. Tratava-se de tentar partir do paradigma da decadência do império romano para reflectir e acautelar a própria situação da sociedade portuguesa epocal que começava a ser marcada, lado a lado com as riquezas orientais, por uma irreversível decadência da terra e um desregramento dos costumes[69]. Não deixa, porém, de ser também verdade que estes temários clássicos se procuravam ajustar a uma situação real que era pautada por vários e graves problemas. Recorde-se que, apenas oito anos decorridos da subida ao trono de D.João III, o monarca via-se confrontado com uma crise grave no Marrocos, imediatamente acompanhada, à roda de 1534,

[68] BARROS, João de - *ob.cit.*, pp.90-91.

[69] Apesar de constiuir quase uma espécie de «tópico» dos estudos históricos sobre o nosso século XVI, mesmo assim continua a ser importante assinalar que são estas também as ideias que compareciam no célebre texto poético ao «senhor do Basto» de MIRANDA, Sá de - *Obras Completas*, Lisboa, 1977, II, pp.83-99. A propósito da importação de temas da história clássica romana com os quais se tratava de configurar a própria história portuguesa epocal, veja-se o estudo fundamental de REBELO, Luís de Sousa - ***A tradição clássica na literatura portuguesa***, Lisboa, 1982, pp.43 e ss.

depois da conquista de Damão, por uma encarniçada pressão otomana sobre as praças orientais. Eventos sérios que se combinavam com a precária situação económica do reino, obrigado, praticamente todos os anos, entre 1530 e 1550, a comprar no estrangeiro os fornecimentos de trigo que eram essenciais para compensar as carestias frumentárias. Testemunhos que concorriam para convalidar opiniões pessimistas e reflexões críticas que se dirigiam ao poder, convidando o rei a intervir com firmeza...

A fractura entre o reino e o império era um tema de debate nos meios sociais e culturais dominantes desse Portugal do princípio dos anos trinta. Aprofundando uma hereditariedade crítica que remontava praticamente à génese das conquistas e expansão portuguesas, discutia-se, principalmente, a política da monarquia face ao Marrocos, onde as praças portuguesas, cada vez mais isoladas e cercadas, representavam continuadamente um sorvedouro, para muitos, inútil de gentes e dinheiro[70]. No coração destas reflexões rapidamente se viria a insinuar a ideia de um esgotamento irreversível do modelo tradicional de Expansão, se quisermos, do modelo manuelino de Expansão. A este propósito, João de Barros, no seu *Panegírico,* depois de um exórdio em que se acenava a D.João III a inutilidade de *saudosas cantigas e*

[70] Não cremos ser necessário lembrar exaustivamente que D.João III, em 1535, consultou várias personalidades de relevo e com influência na vida nacional acerca da sua intenção de abandonar as praças de Safim e Azamor, solicitações que devem ter, naturalmente, alargado o debate sobre os rumos da Expansão portuguesa. Um dos pareceres mais interessantes deste processo, o do conselheiro régio e alcaide-mor de Arronches D.Manuel de Sousa, encontra-se publicado na colectânea organizada por António Alberto de Andrade sob o título de *ANTOLOGIA do Pensamento Político Português. Século XVI,* Lisboa, 1969, I, pp.219 e ss. Este texto concreto permite ainda perceber que um dos principais argumentos com que o soberano pretendia fundamentar o abandono das posições portuguesas no Norte de África se estribava na radical impossibilidade de suportar financeiramente os gastos com a defesa dessas praças.

trovas namoradas,[71] insinuava uma dessas retóricas perguntas de resposta, previamente, consabida, indagando

> quem poderá dizer com quanta prudência, com quanto zelo, tendo guerra entre si e a mór parte dos principes cristãos, elle, como verdadeiro pai de todo o seu povo, procurou a paz universal destes reinos, não deixando cousa algûa, por onde vivêssemos descansados? Favoreceu Deus este seu tam virtuoso zelo e quis que em tempos tam trabalhosos nos pudessemos lograr um tam proveitoso e desejado bem...[72]

Esta apologia de um *rex pacificus* identificado com o monarca reinante, julga-se haver sido construída ao mesmo tempo que se tornava progressivamente mais nítido o afastamento de um modelo tradicional de Expansão, ainda cavaleiresca e marcadamente épica, coligada a ideários de Cruzada, a quem muitos imputavam as causas da crise do reino, incapaz de assegurar uma relação estável com um império territorial tão vasto. Sintomaticamente, coincidindo com a redacção do *Panegírico* que João de Barros lhe oferecia, D.João III concordava em abandonar a maioria das praças africanas, tratando de desenhar novos objectivos para o processo de Expansão, os quais passaram, quase de imediato, por uma maior atenção em relação ao Brasil, bem como pela reunião de várias sugestões que defendiam a criação de um corpo de letrados capaz de assegurar a missionação ultramarina, proposta esboçada ainda com os pedidos do monarca ao papa no sentido de permitir uma maior aproximação com a Igreja da Etiópia[73]. Nesta linha, a imagem recorrente do *rex pacificus,* que o humanista tratava de associar ao panegírico de D.João III, não se

[71] Procuramos na discussão destes textos e temários seguir algumas das sugestões da inteligente investigação de BIGALLI, Davide - *Immagini del Principe. Ricerche su politica e umanesimo nel Portogallo e nella Spagna del Cinquecento,* Milão, 1985, p.31.

[72] BARROS, João - *Panegíricos,* Lisboa, 1943, p.23.

[73] Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *D.João III,* in «Dicionário de História de Portugal», III, pp.392-393.

limitava à rememoração de um princípio normativo que comparecia em vários *Regimentos* de príncipes, antes possuía fundada actualidade, exornando uma política em movimento preocupada em recompor as fracturas impetradas pelas conexões entre *regnum* e *imperium,* as quais começavam mesmo a alterar alguns dos ordenamentos em que assentava a sociedade estamental, visto que

> dize, cousa algûa há no mundo fora de mercadoria? Se me deres um homem que viva sem ela, eu to darei sem cabeça. Faze quantas divisões quiseres de todas as calidades d'homens, quer sejam eclesiásticos, quer seculares, com quantas dignidades, estados e ofícios houver antre eles, nenhum vive sem comprar e vender. [74]

Conquanto esta pergunta tenha ficado por responder no colóquio espiritual de Barros, a evidência da resposta parece ter sido partilhada por vários textos e intelectuais portugueses da época que manifestavam nos seus escritos já não apenas preocupações com os sinais de crise, mas realçavam principalmente que o reino se apartava dos seus valores tradicionais, afastava-se do ordenamento social consuetudinário, arriscando-se a cortar com a sua própria história, quebrando até os laços que deviam unir sempre o presente de Portugal aos mitos heróicos e unificantes do passado que caracterizavam a sua identidade. Assim, alguém perguntava:

> Ouves Viriato, o estrago / que cá vai dos teus costumes? / Os leitos, mesas e os lumes, / todo cheira: eu óleos trago; / vem outros, trazem perfumes. / E no bom trajo dos pastores, / com que saiste à peleja / dos Romãos tam vencedores, / são mudados os louvores; / Não há quem t'haja enveja.[75]

As fracturas haviam-se introduzido, afinal, no próprio interior da sociedade portuguesa epocal e alteravam a ordem e a tradição.

[74] BARROS, João de - *Ropica Pnefma,* Lisboa, 1983, p.45.
[75] MIRANDA, Sá de - *ob.cit.,* p.84.

Arriscavam-se mesmo a ruir todos os esforços culturais que tinham definitivamente contribuído para legitimar a dinastia de que D.João III era o depositário, edificando mitos longínquos que, como o célebre *Imperador Clarimundo*[76], de João de Barros, haviam dissolvido a origem inssurreicional da dinastia vigente passando a mergulhar a sua genealogia bem fundo na história. Todos estes problemas adejavam nitidamente o príncipe, interrogavam o seu espaço e a sua posição, solicitavam o seu poder. Trata-se de preocupações que talvez se tenham mesmo prefigurado no início do reinado do Piedoso, procurando, duplamente, acusar a herança manuelina, sugerindo ao mesmo tempo ao novo monarca um programa de renovação de toda a sociedade portuguesa. Temas e propostas que julgamos encontrar numa pequena obra poética do «fundador» do nosso teatro, intitulada na compilação das suas obras como *«Outro romance de Gil Vicente que fez quando foy levantado por Rey Dom Ioam o terceyro, de gloriosa memória»*. Redigido tendo talvez ainda presentes os ecos da subida ao trono do novo rei, a breve peça esforçava-se por simbolizar idealmente os principais sentidos das homenagens que os representantes da sociedade epocal tinham acabado de render a D. João III:

> Eu estava cá no chão, / com'outro desmazelado, / do teatro tam alongado, / que via beyjar a mão, / mas nam ouvia o falado. / E acupey o cuydado / no que cada hum deria, / assi de minha fantesia / segundo vi o passado / e a mudança que via.[77]

[76] Recorde-se que esta obra de João de Barros é um texto ainda da sua juventude, datável de 1520, época em que o humanista parece ter sido, como se assinalou, amigo e servidor íntimo do futuro D.João III (BARROS, João de - *Crónica do Imperador Clarimundo,* (ed. de Marques Braga), Lisboa, 1953). A discussão sobre os significados da edificação desse mito de larga ressonância política e dinástica pode ser acompanhada através do estudo anteriormente referido de BIGALLI, Davide - *ob. cit.,* Milão, 1985, p.31.
[77] VICENTE, Gil - *Obras Completas,* (ed. de Álvaro Júlio da Costa Pimpão), Porto, 1962, p.510.

Representação poética ficcionada, como se depreende das palavras anteriores, construída pela «fantesia» do seu autor, mas de acordo com a tradição e significado emblemáticos deste género de cerimónias, tratando, principalmente, de captar e reproduzir textualmente o ambiente funcional social do evento, apurando-lhe o sentido renovador *(e a mudança que via...)*. Como é que esta pequena obra vicentina edifica e representa, afinal, a própria renovação da dinastia reinante? O seu cuidadoso e interessante percurso poético partia da procissão que havia conduzido o novo monarca até ao Convento de S. Domingos de Lisboa para, escorado neste cenário, reconstruir os discursos de homenagem de um conjunto de personagens que se apresentava a desfilar por esta ordem: primeiro, naturalmente, o duque de Bragança e, a seguir, sucessivamente, o mestre de Santiago, o marquês de Vila Real, o bispo de Évora, o conde de Marialva, o conde de Penela, o conde Prior, o conde de Tentúgal, o conde da Feira, o conde de Alcoutim, o conde de Portalegre, o conde de Vilanova, o conde do Vimioso, o conde Almirante e o bispo do Funchal, a que se somava ainda o preito da Câmara de Lisboa e, por fim, a aclamação popular. Trata-se de uma idealização da estrutura da sociedade estamental epocal que se procura conduzir a homenagear o rei, relevando ainda a sua hierarquização consuetudinária através de uma participação largamente maioritária da grande nobreza e do alto clero, a que se juntava a homenagem dos poderes municipais de Lisboa, em nome de todas as cidades do país, daqui resultando, finalmente, ser todo o reino que homenageava e aclamava o novo monarca, refundando a sua legitimidade, jurando servir a sua autoridade. Gil Vicente aproveita com a sua enorme inteligência dramática todas as potencialidades teatrais e emblemáticas deste cerimonial para, numa sucessão de intervenções imaginadas, começar por realçar as esperanças que a sociedade epocal depositava em D. João III, como

> Deria muy humilhado o Duque de Bragança: / - Alto Rey, nossa esperança, / Deos que vos deu o reynado / vos dará sempre bonança. / Esta supita mudança / bem parece divina; / e com esta segurança / fazey que vossa balança / seja fina.[78]

Apesar destes discursos ficcionados revelarem um carácter tópico e retórico acentuado, não deixam, porém, de dirigir acenos importantes ao novo monarca, começando-se por evidenciar a sua necessária ligação à justiça *(fazey com que vossa balança seja fina)*. Tema que, em continuação, permite exibir e desenvolver outras declarações que procuravam denunciar também os grandes problemas que confrontavam a sociedade portuguesa e que exigiam uma resposta firme e decidida do novo rei. Assomam à homenagem poética ideias como a restauração da tradição, vinculada à legitimidade dinástica, matérias apresentadas por

> O Marquez de Vila Real / diria lagremejando: / - Ó neto d'el-Rey Fernando, / todo de sangue real, / pera bem vos seja o mando. / E diria aconselhando: / - Governay polo antigo, / qu'este pasto está em perigo,/ as ovelhas suspirando / sem abrigo.[79]

Retenham-se as virtualidades estratégicas deste texto vicentino que, com inusitada habilidade, coliga ao discurso dos grandes dignitários da nobreza tradicional - precisamente o corpo em que normalmente se erguiam dúvidas e resistências -, a afirmação da inquestionabilidade da legitimidade dinástica, atendendo a que o monarca era *todo de sangue real*, «neto» de D.Fernando, ligando-se, assim, estreitamente à dinastia dos fundadores. E era mesmo preciso restaurar um poder régio estribado na tradição, porque fracturas novas assediavam a sociedade epocal, como

[78] VICENTE, Gil - *ob.cit.*, p.510.
[79] VICENTE, Gil - *ob.cit.*, p.510.

> Diria o conde Priol, / depois de lha mão beyjar: / - Deos vos queyra prosperar; / este he bom re mi fa sol, / porém forte de cantar./ Quero-vos aconselhar / que façaes grande tesouro / antes de fama que d'ouro:/ e tende o muyto cobiçar / por agouro.[80]

Não é necessário acompanhar e reproduzir todos os quadros da representação vicentina para se perceber que ela intenta apresentar o novo monarca como ponto focal da sociedade portuguesa, o seu verdadeiro centro ordenador, um príncipe, verdadeiramente, *ab solutus,* quer dizer, livre e acima de todos, temas que

> Diria o conde d'Alcoutim / beyjando a mão preciosa: / - Deos vos dê vida ditosa / e tire os dias de mi / pera vossa vida e nossa. / E pera ela ser fremosa / sede livre e nam mandado: / Açamay qualquer criado / que nam seja, diz a grosa, / mais que vós, à custa vossa, / adorado.[81]

Centrava-se, por fim, emblematicamente, em D.João III a homenagem e a esperança de todo o reino que se expressava através da aclamação popular, tratando de representar o que

> Diria o Povo em geral: / - Bonança nos seja dada, / que a tormenta passada / foy tanta e tam desigual, / que no mundo he soada. / E pois a mão vos he dada, / fazey-nos sorte ditosa, / e praza à Virgem gloriosa / que guardeis esta manada / como vossa.[82]

Apesar deste pequeno livro não ser o local mais adequado para realizar uma investigação mais aprofundada em torno da obra vicentina em questão, estes discursos ficcionados, que podem também ser entendidos como *conselhos,* não deixam de sugerir várias pistas pertinentes que interessam à nossa investigação. Edificando-se a partir de um movimento em que os principais dignitários da grande nobreza

[80] VICENTE, Gil - *ob.cit.,* p.511.
[81] VICENTE, Gil - *ob.cit.,* p.511.
[82] VICENTE, Gil - *ob.cit.,* p.512.

nacional se encontram, significativamente, reduzidos a meros actores que desfilam as suas homenagens ao longo de um palco totalmente dominado e centrado no monarca, a representação poética parece permitir sugerir que, nos começos do reinado do Piedoso, vários intelectuais portugueses, entre os quais enfileirava mestre Gil, se inquietavam com a situação vigente no reino, interrogavam-se sobre a sua relação com a tradição e a história, adiantando a urgência de renovar as ligações entre o *rex* e o *populus,* tese que comparece a encerrar esta espécie de manifesto em que a aclamação popular reivindica o fim da *tormenta passada* e a inauguração de uma *sorte ditosa...* O novo monarca parece ter chegado ao trono largamente confrontado com problemas e exigências importantes que curavam de debater a própria situação histórica do Portugal quinhentista.

É talvez chegada a altura de voltar a chamar André de Resende e pedir-lhe que traga consigo, uma vez mais, a *História da antiguidade da cidade de Évora.* O humanista e o seu livro eram, de facto, portadores já não apenas de preocupações e exigências, mas de novas construções que, alteando também o poder do monarca, tratavam de ajudar a enfrentar as fracturas que percorriam a sociedade portuguesa. Acreditamos, neste domínio, que todo o processo político e social relacionado com a construção do aqueduto joanino de Évora, sobrepujando a obra e impulsionando uma ofensiva importante do poder central, representa uma das primeiras experiências, se preferirmos, um dos primeiros «laboratórios» em que se confrontou um programa modelar com que D.João III procurou ligar com intensidade o absolutismo político e a cultura humanista. Era preciso saber se este modelo era eficaz e funcional, colhendo na harmonização e recomposição das fracturas da sociedade portuguesa. Évora mostrou-se uma boa escala para medir este programa, atendendo às características sociológicas da urbe, à polémica que rodeou os planos régios e ao facto de albergar a sociedade de corte, de acolher o próprio monarca. A metrópole alentejana representava ainda uma cidade em

que se gerara uma corrente de opinião importante que, ao mesmo tempo que reivindicava a sua transformação em «cabeça» do reino, justificava essas pretensões com concepções que (re)faziam do monarca uma espécie de *primus inter pares,* imerso numa sociabilidade nobiliária, descaracterizando o seu espaço autónomo e a sua direcção centralizada da *respublica.* Este debate foi importante. Haveria mesmo de mobilizar as atenções das Cortes reunidas na urbe transtagana, em 1535, para jurar a continuidade da dinastia na figura do príncipe D. Manuel. A darmos crédito ao testemunho da oração oficial feita em nome do rei por D. Francisco de Melo, D. João III procurou, desde a abertura do Parlamento, dilucidar a imagem renovada do monarca apresentado como

> cabeça de todo este corpo mistico: que he o prinçepe: tem de ser assi como he em poder e estado mais alto: assi em prudençia vertudes e saber mais exçellente e experto: ca elle sso deve: como epaminondas dezia: vigiar por que todos possam sem sobressalto dormir e assi como em a cabeça: a natureza pos os mais prinçipaes sentidos: assi pareçe que o prinçepe e Rei deve mais que todos sentir as neçessidades de seus subditos...[83]

André de Resende e a sua investigação antiquária devem também inserir-se nesta cadeia de intelectuais e de textos que procura legitimar a imagem do príncipe como *«cabeça* e *poder mais alto»* que *«mais que todos»* deve *«sentir as neçessidades de seus subditos»*...O humanista eborense procurou mesmo construir uma obra justificante que tentava ir mais longe. Não apenas facultava ao monarca novos mitos unificantes que o apresentavam como continuador da dignidade clássica e cristã, mas ainda conseguia provar que o destino humano do príncipe coincidia com o destino da cidade, ressaltando assim o seu devir da própria sorte do rei. André de Resende insistiria, novamente,

[83] Utilizamos o texto da oração de Francisco de Melo publicado por A. Moreira de Sá em RESENDE, André de - *Oração de Sapiência,* Lisboa, 1956, p.155.

nestas ideias quando, provavelmente em 1569, apresenta publicamente o discurso que saudava a entrada de D. Sebastião em Évora. Coincidindo também com a renovação da ofensiva política e fiscal do poder central, esta intervenção terminaria, já depois da morte do humanista, por passar a encerrar a reimpressão da sua *História,* em 1576. Aí se poderia encontar um convite ao novo monarca que retomava, precisamente, as palavras e os tópicos com que se construira a dedicatória da obra resendiana a seu pai, o príncipe D.João: *«Venhais em felícissima hora, nosso Rei, nosso espelho, em que nos revemos»*...[84] Sublinhe-se a importância desta simbolização do príncipe que tratava de comprovar a universalidade decisiva do seu destino com o peso do passado, proporcionando uma legitimação do espaço nodal que o monarca ocupava na sociedade portuguesa quinhentista. Afigura-se ainda que esta lição desenvolvia e alargava as imagens que, agitadas no início do reinado joanino, pelos textos vicentinos ou pelas orações de Francisco de Melo, insistiam na imagem de um príncipe como «pastor da manada», passando agora a distinguir entre a história que se depositava no monarca e o espaço individualizado que ele ocupava, elevando-o acima de quaisquer segmentos sociais ou espaciais: não se confundia somente a pessoa física com a função real, mas acreditava-se, mais amplamente, que o devir do reino era a própria vida do monarca.

O *rex pacificus* agitado por textos como o *Panegírico,* de João de Barros, procurando ajudar D.João III a repensar os rumos da Expansão, coligava-se e mesclava-se com estas ideias de um monarca que se elevava acima dos grupos e das fracturas sociais, espécie de centro equidistante da dinâmica social, tema que haveria de encontar no alargamento e recriação do princípio do *rex iustus* uma das suas

[84] Intitulada *Fala que Mestre André de Resende fez a El-Rei D.Sebastião, a primeira vez que entrou em Évora,* esta oração foi impressa no final da segunda impressão do livro do humanista eborense, texto que utilizamos a partir da edição organizada por José Pereira Tavares em RESENDE, André - *Obras Portuguesas,* Lisboa,1963, p.63.

imagens mais atraentes, gerando assim a face de Janus com que o rei assegurava a unificação e o ordenamento sociais, ideário que a historiografia tem, muitas vezes, procurado identificar debaixo do conceito de absolutismo[85]. De facto, a política de D. João III, na primeira parte do seu largo reinado, começou por especializar e exacerbar uma vertente dominante de centralização político-administrativa que se expressaria, nomeadamente, em termos legislativos com a publicação, logo em 1524, do *Regimento dos Corregedores,* tratando de edificar um «braço» intermédio directamente vinculado ao monarca com ampla interferência e controlo da justiça e da administração regionais e locais. No entanto, este combate não parece ter sido suficiente e os problemas dos anos trinta, agravados ainda com as pestes e os sismos catastróficos de 1531, apelavam, exigiam mesmo novas respostas que refundassem a esperança da sociedade portuguesa nessa sua *cabeça mística.* Desenvolveu-se, desta forma, uma outra vertente da acção joanina, marcadamente cultural, seguindo modelos próximos daquele que era sugerido nas cartas de Vives e que parece ter enformado um investimento importante na formação de «quadros» intelectuais dependentes do príncipe e capazes de, duplamente, legitimar a sua política de absolutismo e assegurar a missionação eficaz dos territórios ultramarinos[86] - um programa que teria o seu corolário, como se assinalou, na transferência da Universidade para Coimbra. O serviço

[85] A noção de absolutismo tem sido, nos domínios da história moderna, um dos conceitos mais discutidos e repensados. Esta discussão poderá ser sumariamente acompanhada com a sequência bibliográfica que, a seguir, se propõe: MARAVALL, José Antonio - *Estado Moserno y Mentalidad social,* Madrid, 1972, I, pp.278 e ss.; sobre o tema do *rex iustus,* sugestão tomista que se encontra largamente apropriada pelo absolutismo, consulte-se BURNS, J. H. - *The Idea of Absolutism,* in «Absolutism in seventeenth Century Europe», (ed. de John Miller), London, 1990, pp.6-9.; BONNEY, Richard - *O Absolutismo,* Lisboa, 1991, pp.36-37; e, por todos, compulse-se o manual fundamental de MOUSNIER, Roland - *La monarquía absoluta en Europa del siglo V a nuestros dias,* Madrid, 1986.

[86] Cf. BIGALLI, Davide - *ob.cit.,* pp.17 e ss.

prestado ao monarca pela inteligência portuguesa e, sobretudo, pelos principais humanistas nacionais e por alguns humanistas estrangeiros que trabalharam, nessa fase, no nosso país foi inestimável, não tanto por contribuir para justificar a ordem política ou as reformas administrativas, mas, principalmente, por relevar uma ordem outra, a ordem histórica, tratando de legitimar a acção do monarca com o passado, a tradição, as *antiguidades* - uma ordem que haveria mesmo de se mostrar mais eficaz e, com os seus mitos e histórias, bem mais justificante e muito menos contestável. Deveria ser, assim, neste contexto geral que cremos poder passar a integrar a *História da antiguidade da cidade de Évora,* texto paradigmático no qual André de Resende conseguia comprovar com as suas competência culturais e literárias específicas que o monarca era o depositário legítimo do destino nacional (centrado na história e no mito) e da actualização da dignidade do passado clássico e cristão que se expressava, naturalmente, pelas Letras, mas que se podia encontrar e descobrir pelas *antiguidades.*

Talvez fosse aconselhável encerrar esta investigação com as últimas linhas, apresentando-as mesmo como a «moral» da *História da antiguidade da cidade de Évora...* E, no entanto, hesitamos: talvez se devam ainda introduzir alguns factores de *imoralidade.*

Revolvendo, de novo, as tradições biográficas de André de Resende, um dos aspectos mais realçados pela obra do seu amigo e discípulo Diogo Mendes de Vasconcelos julga-se ser a admiração com que o humanista era reverenciado não apenas pelas suas qualidades de cultor competente das letras clássicas, mas ainda, principalmente, por viver em perfeita comunhão com o mundo antigo. O jardim, por exemplo, da modesta casa resendiana encontrava-se pejado de colunas antigas, cheio de mármores romanos e acumulava grande quantidade desses famosos «letreiros» que tão generosos se haviam mostrado na

sua *História...*[87] A sua actividade arqueológica era também famosa: tinha conseguido, nomeadamente, salvar vestígios romanos abundantes aquando da construção do Convento de N. Senhora da Graça; descobrira também, nos arredores de Évora, os restos da primitiva basílica de S. Manços e, como principal coroa de glória, revelara as ruínas do aqueduto romano de Sertório, achando mesmo a placa que comemorava esse empreendimento clássico. Comungava, de facto, o nosso humanista tão intensamente com o mundo clássico que procurou, naturalmente, como era quase norma, imitá-lo. E, entre outras competências, desenvolveu a extraordinária capacidade de imitar os monumentos epigráficos romanos, transformando-se num exímio construtor de inscrições apócrifas, que seriam rápida e numerosamente solicitadas, compondo mesmo o humanista várias placas comemorativas latinas que passaram a glorificar, imitando os testemunhos clássicos, vários edifícios importantes eborenses, como foi o caso da igreja de S.Antão[88]... Assim, em consequência, vários eruditos e investigadores procuraram discernir quais os testemunhos epigráficos que André de Resende achou de facto e quais os que construiu pelas suas próprias mãos. Existe até uma forte inclinação em várias opiniões eruditas no sentido de integrar, por exemplo, essa tão oportuna inscrição comemorativa da construção do aqueduto de Évora por Sertório na segunda categoria[89]. A ser verdadeira esta constatação, vemo-nos constrangidos a terminar esta investigação aceitando e subscrevendo inteiramente esta declaração de Nicolau Clenardo,

[87] Seguimos a tradução da *Vida de L. André de Resende,* escrita por Vasconcelos para a introdução dos *Libri Quatuor de Antiquitatibus Lusitaniae,* que se encontra em FARINHA, Bento José de Sousa - *Colleçam das Antiguidades de Évora,* Lisboa, 1785, p.28.

[88] FERREIRA, Francisco Leitão - *Notícias...,* pp.205-206.

[89] ESPANCA, Túlio - *ob.cit.,* pp.10-11. Veja-se, principalmente, PEREIRA, Gabriel - *Estudos Eborenses. História e Arqueologia (Época Romana),* Évora, 1916. Algumas sugestões que se podem coligar, com vantagem, a esta discussão encontram-se em FERNANDES, Raul Miguel Rosado - *Méthodologie et Histoire dans 'De Antiquitatibus Lusitaniae' d'André de Resende,* Paris, Centro Cultural Português, 1984.

esclarecendo, numa das suas famosas cartas, que, se alguma vez chegasse a papa, invadiria imediatamente Portugal e ordenaria, entre outras medidas importantes, que

> a Resende fique interdita durante um ano inteiro a arte poética e a agricultura e ser-lhe-á proibido andar a decifrar esses mármores velhos...[90]

[90] Trata-se de um excerto da carta de Nicolau Clenardo a João Petit, enviada de Fez, em 21 de Agosto de 1541, epístola publicada em CEREJEIRA, M. Gonçalves - *O Renascimento em Portugal,* Coimbra, 1974, I, p.335.